



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL**

**MARLO DOS REIS**

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUL DO AMAPÁ:**  
**A TRAJETÓRIA DO CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES**  
**EXTRATIVISTAS**

**MACAPÁ**  
**2018**

**MARLO DOS REIS**

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUL DO AMAPÁ:  
A TRAJETÓRIA DO CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES  
EXTRATIVISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Roni Mayer Lomba

MACAPÁ  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá  
Elaborado por Thalita Ferreira (CRB2 - 1557)

307.72098116  
R375m Reis, Marlo dos.

Os movimentos sociais no sul do Amapá: a trajetória do Conselho Nacional das Populações Extrativistas / Marlo dos Reis; orientador, Roni Mayer Lomba – Macapá, 2018.

116 f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Movimentos sociais no campo - Amapá - Brasil. 2. Populações extrativistas. 3. Trabalhadores rurais. I. Lomba, Roni Mayer, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

**MARLO DOS REIS**

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUL DO AMAPÁ:  
A TRAJETÓRIA DO CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES  
EXTRATIVISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Roni Mayer Lomba

**Defendida em: 23/03/2018**

**Conceito: APROVADA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (Orientador)**

Universidade Federal do Amapá - PPGMDR/UNIFAP

---

**Prof. Dr. Antônio Sergio Monteiro Filocreão (Avaliador Interno)**

Universidade Federal do Amapá - PPGMDR/UNIFAP

---

**Profa. Dra. Patrícia Chaves (Avaliadora Externa)**

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

MACAPÁ  
2018

Às lideranças do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) do sul do Amapá, pela luta, pela resistência, pela militância.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, Dionísio, Maria Eva, Marcelo e Munir, pelo apoio e pelo exemplo de enfrentar as dificuldades de cabeça erguida.

À minha esposa Débora, pela parceria, pela paciência, pelo incentivo e pelas leituras e debates instigantes, mas acima de tudo pelo carinho e companheirismo.

À minha filha Emanuele, pela compreensão e pelo sorriso, por me fazer acreditar no ser humano e no futuro.

Aos sujeitos entrevistados, pela confiança e pela militância na luta por justiça e desenvolvimento para todos e todas.

Aos professores e colegas do PPGMDR 2016, pela contribuição e pelo debate caloroso na busca de mais conhecimentos e melhor compreensão sobre o desenvolvimento de nossas comunidades.

Aos membros da banca, Dra. Patrícia e Dr. Filocreão, pela leitura crítica e excelentes contribuições na qualificação e defesa.

Ao Dr. Roni, meu orientador, pela acolhida e pela parceria na luta e na busca de uma sociedade melhor para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

"Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo"

Karl Marx

## RESUMO

Os movimentos sociais têm participado ativamente das transformações sociais ocorridas no país por meio da organização coletiva dos trabalhadores por suas demandas. No sul do Amapá os extrativistas se articularam no Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e conseguiram a posse de seus territórios por meio das áreas protegidas. Este estudo apresenta a trajetória do movimento social dos camponeses do sul do Amapá como constituição de um sujeito coletivo formado por extrativistas e sua organização de 1990 a 2016. O método utilizado é o materialismo histórico-dialético por entender que as lutas de classes e a organização social desempenham um fator preponderante na análise do objeto escolhido. O estudo é composto por levantamento bibliográfico para o embasamento histórico e conceitual dos movimentos sociais do campo e pelas vozes das lideranças extrativistas constituídas, com destaque para os sujeitos mulheres e juventude camponesa. A pesquisa empírica se deu por meio de entrevistas realizadas com dez membros do CNS e outras organizações sociais das comunidades, com representantes do Setor Nacional e dos Setores do Estado (juventude e mulheres), das associações e comunidades. Os resultados deste trabalho respondem às questões referentes aos desafios enfrentados na organização política dos camponeses, jogam luzes sobre a crise vivenciada no decorrer do período e as articulações da juventude e mulheres extrativistas por suas demandas. Após a delimitação das áreas extrativistas os movimentos sociais no sul do Amapá enfrentaram diversas dificuldades que fragmentaram sua organização política, prejudicaram a renovação de sua base e o surgimento de nova geração de lideranças. O estudo apresenta a gênese de um movimento social original construído pelos camponeses extrativistas e visibiliza os segmentos de juventude e mulheres como sujeitos coletivos do sul do Amapá.

**Palavras-chave:** Movimento extrativista. Juventude extrativista. Mulheres extrativistas.

## ABSTRACT

Social movements have actively participated in the social transformations that have taken place in the country through the collective organization of workers for their demands. In the south of Amapá the extractivists joined the National Council of Extractive Populations (CNS) and were able to gain possession of their territories through protected areas. This study presents the trajectory of the social movement of the peasants of southern Amapá as a constitution of a collective subject formed by extractivists and their organization from 1990 to 2016. The method used is Marx's historical-dialectical materialism by the work *The German Ideology*, because it understands that class struggles and social organization play a preponderant role in the analysis of the chosen object. The study is composed of a bibliographical survey for the historical and conceptual basis of the social movements of the countryside and for the voices of the extractivist leadership constituted, with emphasis on the women subjects and peasant youth. The empirical research was conducted through interviews with ten organizational leaders of the CNS and other social organizations of the communities, with representatives of the National Sector and State Sectors (youth and women), associations and communities. The results of this work respond to the questions related to the challenges faced in the political organization of the peasants, throw light on the crisis experienced during the period and the articulations of the youth and extractive women by their demands. After the delimitation of the extractive areas, social movements in southern Amapá faced several difficulties that fragmented their political organization, undermined the renewal of their base and impelled the empowerment and emergence of a new generation of leaders. The study presents the genesis of an original social movement built by the extractive peasants and makes the segments of youth and women visible as active collective subjects in southern Amapá.

**Keywords:** Extractive movements. Extractive youth. Women extractors.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Áreas Protegidas do Estado do Amapá.....	60
Mapa 2 - Áreas Protegidas no Sul do Estado do Amapá.....	61
Mapa 3 - Localização das Comunidades das Lideranças Entrevistadas.....	63
Mapa 4 - Regiões do Amapá.....	70
Mapa 5 - Escolas Família do Estado do Amapá.....	103

## LISTA DE ABREVIATURAS

AIMTR/SUL	Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul
ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
ANMTR	Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
ATEXMA	Associação dos Trabalhadores do Assentamento Extrativista do Maracá
CADAM	Caulim da Amazônia S/A
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMNTR	Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional das Populações extrativistas
CNTR	Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENFOC	Escola de Formação da CONTAG
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBB	Fundação Banco do Brasil
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETAGRAP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amapá
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FSM	Fórum Social Mundial
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento Educação e Pesquisa
DER	Departamento de Educação Rural
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S.A.
IFAP	Instituto Federal do Amapá

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEDOC	Licenciatura em Educação do Campo
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento da Mulheres Trabalhadoras Rurais
MP	Teoria da Mobilização Política
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MR	Teoria da Mobilização de Recursos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MYYSA	Mineração Yukio Yoshidome Sociedade Anônima
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PAE MARACÁ	Projeto de Assentamento Extrativista do Maracá
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROCAMPO	Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores

RESEX	Reserva Extrativista
SINTRA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SOCEAP	Associação dos Agricultores do Estado do Amapá
SPM	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
STRs	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
VC	Via Campesina
WWF	World Wide Fund For Nature

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL.....</b>	<b>19</b>
2.1	OS CAMPOS TEÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	19
2.2	UM PAÍS FORJADO NA LUTA.....	27
2.3	OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DE 1990 a 2016.....	30
<b>2.3.1</b>	<b>Movimento Sindical das Mulheres Trabalhadoras Rurais.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Movimento das Mulheres Camponesas.....</b>	<b>35</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Juventude Camponesa.....</b>	<b>41</b>
<b>3</b>	<b>OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO SUL DO AMAPÁ.....</b>	<b>51</b>
3.1	FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA .....	51
<b>3.1.1</b>	<b>Antecedentes históricos.....</b>	<b>52</b>
3.2	OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS ÁREAS PROTEGIDAS NO SUL DO AMAPÁ.....	59
<b>3.2.1</b>	<b>Luta pelas áreas protegidas.....</b>	<b>60</b>
3.3	A TRAJETÓRIA DO CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS NO SUL DO AMAPÁ - CNS.....	62
<b>3.3.1</b>	<b>Conquistas no período de 1990-2016.....</b>	<b>74</b>
<b>4</b>	<b>AS DEMANDAS DA JUVENTUDE E DAS MULHERES NO SUL DO AMAPÁ.....</b>	<b>77</b>
4.1	MOVIMENTOS SOCIAIS: CRISE OU CRIATIVIDADE?.....	78
4.2	JUVENTUDE: OUTROS PROTAGONISTAS.....	88
4.3	MULHERES: OUTRAS VOZES.....	95
4.4	DESAFIOS QUE PERMANECEM.....	99
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>111</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propôs a pesquisar a trajetória do movimento social dos camponeses do sul do Amapá como um esforço de compreender, interpretar e publicizar a organização desses sujeitos coletivos articulados no Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

Este estudo é composto pelo embasamento histórico e conceitual dos movimentos sociais do campo, também pelas vozes de suas lideranças constituídas e de seus novos sujeitos – mulheres e juventude camponesa como tentativa de compreender os desafios enfrentados pelos movimentos sociais no sul do Amapá em termos de organização política e como são articuladas suas demandas.

Neste sentido, há que se interpretar os desafios para a organização política dos movimentos sociais diante do cenário local, nacional e mundial, bem como dar voz aos demandantes por novas articulações provocadas pelo contexto atual. O recorte temporal do referido trabalho é de 1990–2016, como expressão da retomada da democracia direta no país, após duas décadas de ditadura militar, o contexto de governos recentes diante da escalada neoliberal globalizada sobre os Estados nacionais na atual fase de dominação capitalista, e a criação do Estado do Amapá com suas áreas protegidas na região Sul.

Diante das questões postas, a hipótese investigada é: - Após a delimitação das áreas extrativistas os movimentos sociais no sul do Amapá têm enfrentado dificuldades que fragmentaram sua organização política e prejudicaram a renovação de sua base.

Para a consecução deste estudo elaboramos como objetivo geral, compreender as recentes configurações dos movimentos sociais no sul do Amapá. Especificamente, analisar o contexto dos movimentos sociais no campo brasileiro; investigar a gênese dos movimentos sociais no sul do Amapá pelo seu caráter extrativista; e compreender a crise do movimento social tradicional e a emergência de outros sujeitos e organizações sociais (juventude e mulheres).

Após a realização de estudo bibliográfico e pesquisa documental, foram feitas visitas nas áreas protegidas, participação em reuniões e entrevistas com lideranças dos movimentos sociais a fim de verificar as vozes desses sujeitos sociais que raramente são percebidos dentro das pesquisas, em especial a juventude e as mulheres.

Por compreender a importância dos camponeses como sujeitos coletivos, a complexidade de suas organizações e negociações de pautas e demandas, além da necessidade

de dar visibilidade aos seus processos organizativos e inovações na luta social, este estudo se reveste de importância e ineditismo pelas metas assumidas.

Como a luta de classes tem assumido contornos próprios no campo brasileiro ao longo do processo histórico, pesquisar os movimentos sociais no sul do Amapá implica em considerar a exploração histórica que tem se perpetuado e a resistência coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras na defesa de seus direitos à terra, à vida e à autodeterminação.

O movimento social no sul amapaense não pode ser interpretado de forma isolada do contexto do Estado, do país ou do mundo globalizado, pois estas relações que aqui se materializam manifestam ecos de redes distantes compostas por um emaranhado de relações interligadas (CASTELLS, 1980; SANTOS, 1996).

Este estudo parte da concretude do trabalho e da organização dos camponeses em seus espaços de atuação e lutas, tendo como base teórica o materialismo histórico-dialético embasado na obra *A Ideologia Alemã* onde Marx (2009, p. 05) afirma que: “a divisão do trabalho no seio de uma nação começa por provocar a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e, com ela, a separação de cidade e campo e a oposição dos interesses de ambos”.

Este espaço cindido entre mundos agrícola e industrial, urbano e rural, coloca em oposição os camponeses e os donos dos meios de produção, os capitalistas da agricultura e força diferentes estratégias de organização e empoderamento para a disputa a ser travada em cada parcela do espaço.

O recorte temporal aponta para o período de 1990-2016, cenário recente marcado pelo estágio neoliberal globalizado do domínio capitalista que provoca uma reordenação dos movimentos sociais do campo brasileiro (CHAVES, 2015; FILOCREÃO, 2014, GOHN, 2011; MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2004).

Como o foco deste trabalho será o movimento social do campo, a fim de compreender as dinâmicas do campesinato e suas estratégias de sobrevivência e reprodução são refletidas em diálogo com Fernandes (2009), Martins (1981) e Oliveira (2004), sendo que o primeiro afirma:

Dessa maneira, entendemos que existem duas formas de criação/recriação/produção/reprodução do campesinato sob o modo de produção capitalista, uma das formas [...] é via movimento desigual e contraditório do capital: que produz/reproduz capital por meio de relações não-capitalistas, como as relações de trabalho familiares/camponesas. Todavia, outra maneira igualmente importante, é o processo de recriação do campesinato por meio da luta. A luta pela terra do campesinato, hoje, se dá, principalmente, por meio da ocupação de terras (FERNANDES, 2009, p 87).

A dualidade da reprodução camponesa e sua recriação por meio da luta pela terra na região amazônica comporta características diversas do cenário nacional. A base do movimento social no cenário brasileiro tem na primazia do MST e da CONTAG seus maiores protagonistas, ao passo que na Amazônia estes sujeitos coletivos são ladeados pelo CNS. Sobre esta temática os autores aprofundados são Chaves (2015), Filocreão (2014) e Scalabrin (2011). No Estado do Amapá, a preponderância do CNS, bem como a inexistência do MST configuram o movimento social com uma característica específica, ao que Filocreão afirma:

Nesse quadro de conflitos os índios, seringueiros, castanheiros e outros camponeses agroextrativistas emergem como novos atores políticos, que através das suas alianças com os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, vão ter poder de pressão e voz junto a um Estado que se democratiza. Dessa luta de resistência [...] surge como principal proposta a implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia (2014, p. 63).

Destas novas organizações que surgem dentre as populações tradicionais, os extrativistas do sul do Amapá serão os sujeitos desta pesquisa, por meio da participação de dois grupos específicos, suas lideranças e os novos sujeitos camponeses, a saber, as mulheres e a juventude, com atuação destacada no universo de protagonistas camponeses.

Cada grupo camponês tem características próprias, identidades diferentes. Com isso começou a dar mais atenção a essa diversidade e a buscar um tratamento diferenciado a cada uma delas – indígenas, quilombolas, posseiros, extrativistas, seringueiros, faxinalenses, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, retireiros do Araguaia, assentados, ribeirinhos, acampados, sem terra, atingidos pela mineração, atingidos pelos grandes projetos, camponeses tradicionais, atingidos por barragens, migrantes, pequenos agricultores, juventude camponesa, coletivos de mulheres - e muitas outras mais. Muitos destes grupos e comunidades são qualificados como comunidades tradicionais. Uma das características que os distingue é o uso comum da terra onde vivem e trabalham (CTP, 2010, p. 1).

O campo científico se assenta em discursos e práticas sociais que carregam em si subjacentes epistemologias que se assumem (ou não) nas explicitações de seus instrumentos e interpretações. O discurso acadêmico tem produzido uma epistemologia dominante que afirma o que é certo, válido, verdadeiro e os procedimentos para se chegar a esta certeza infalível. Diversos autores têm chamado a atenção para outras abordagens que partem de discursos e visões de grupos subalternos como premissas de

[...] alternativas à epistemologia dominante partem, em geral, do princípio que o mundo é epistemologicamente diverso e que essa diversidade, longe de ser algo negativo, representa um enorme enriquecimento das capacidades humanas para conferir inteligibilidade e intencionalidade às experiências sociais (MENEZES; SANTOS, 2010, p. 18).

Esta percepção acerca da diversidade de saberes e valores demanda uma postura transparente do pesquisador em assumir um determinado grupo social como sujeitos da pesquisa e uma base teórica que reconheça e aponte coerentemente as motivações e alcance desta escolha, diante da grande complexidade que envolve o ato de pesquisar e construir conhecimento, segundo Santos:

A pluralidade epistemológica do mundo, e, com ela, o reconhecimento de conhecimentos rivais dotados de critérios diferentes de validade tornam visíveis e credíveis espectros muito mais amplos de ações e de agentes sociais. Tal pluralidade não implica o relativismo epistemológico ou cultural, mas certamente obriga a análises e avaliações mais complexas dos diferentes tipos de interpretação e de intervenção no mundo produzidos pelos diferentes tipos de conhecimento. (SANTOS, 2010, p. 19)

São diferentes critérios de validade que apontam para conflitos e disputas que dependem das escolhas e posições de cada pesquisador que se aproxima de determinados grupos e sujeitos sociais, pois, “[...] não há conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias” (SANTOS, 2010, p. 15).

Como todo conhecimento brota de uma prática social, este trabalho assume como base epistemológica o materialismo histórico referenciado em Marx e Engels e se propõe a debater como ocorre a luta de classes neste território, dando voz aos sujeitos coletivos dos movimentos sociais do sul do Amapá para compreender como estes se organizam e lutam por um bem coletivo.

Dentre estes sujeitos sociais, existem grupos emergentes que não estão reconhecidos em sua relevância nos processos de gestão e organização social, nem em estudos e publicações acadêmicas, como os jovens e as mulheres do campo, motivo pelo qual são considerados sujeitos centrais desta pesquisa.

Muitos estudos já foram realizados sobre os movimentos sociais no mundo e no Brasil (CASTELLS, 1980; GOHN, 1995, TOURAINE, 1994), mas no Estado do Amapá, esta temática se apresenta de forma incipiente, pois apesar de diversas dissertações produzidas no Mestrado em Desenvolvimento Regional/UNIFAP sobre as populações do sul do Amapá, as áreas protegidas e a educação do campo, o foco na juventude e nas mulheres reveste de ineditismo esta abordagem sobre a configuração atual destes sujeitos sociais em seus processos e organizações coletivas.

Para a análise da realidade e dos sujeitos da pesquisa a abordagem é qualitativa, ancorada em autores como Chizzotti (2009), Demo (1995), Minayo (2002) e Turato (2004), em estreita ligação com o referencial teórico e baseada no materialismo histórico e orientação dialética, pois,

Se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo de significados [...]. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou objetos sociais apresentam (MINAYO, 2002, p. 24-25).

Os sujeitos desta pesquisa são lideranças dos movimentos sociais organizados no sul do Amapá, especificamente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Pelo perfil dos sujeitos pesquisados, seus significados e representações referenciam relatos que foram construídos pela ação e reflexão no cotidiano das lutas e tensões da dinâmica social de suas comunidades (GOHN, 2010).

Este estudo está fundamentado em levantamento bibliográfico sobre o objeto de estudo, identificação das categorias, conceitos, dados e demais subsídios necessários para o embasamento teórico por meio do diálogo com os autores que já realizaram estudos sobre a temática e apresentam a base de cada elemento conceitual. As categorias centrais para este estudo são, movimento social, juventude, mulheres e extrativistas.

Algumas fontes de informações são documentos que receberam análises e interpretações pela primeira vez, como atas de reuniões e outros documentos internos, o que circunscreve a modalidade denominada pesquisa documental, conforme descrito por Severino: “no caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos [...]. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (2007, p. 122-123).

As entrevistas foram realizadas com as lideranças dos movimentos sociais, por meio de uma conversa guiada por questionários semiestruturados. É uma técnica muito utilizada e adequada para se conseguir informações, composta por questões organizadas num roteiro feito de “uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.188) para possibilitar a comunicação do máximo de informações e dados no contato com cada sujeito da pesquisa.

A interação entre sujeitos em uma troca que possibilite a construção de conhecimentos se apresentada de forma coerente com os objetivos deste estudo que vai se debruçar também sobre as questões da juventude e mulheres, pois, no dizer de Bauer,

Dentro destes grupos será necessário levar em consideração se tais características como gênero, idade e educação seriam relevantes ou não. Sabe-se, por exemplo, que embora os homens tendam a aceitar mais as novas tecnologias que as mulheres, a relação com a idade não é tranquila. Uma vez mais o pesquisador terá de tomar algumas decisões entre os benefícios de se pesquisar determinados segmentos e os custos de se ignorar outros (2002, p. 70).

Assim, este estudo assume as questões de idade, gênero e educação como relevantes e elege como critério de seleção amostral das lideranças dos movimentos sociais que serão entrevistadas a garantia da presença de representantes da juventude, de mulheres em virtude da invisibilidade dispensada a estes grupos em diferentes espaços e publicações.

Como as organizações sociais são espaços de hegemonia masculina e de adultos, eleger as mulheres e os jovens como protagonistas desta pesquisa implica em enfrentar o silenciamento e abrir espaços de empoderamento na academia e no interior do movimento social. É uma demanda pertinente por focar sujeitos sociais que são inferiorizados mesmo dentro dos grupos mais excluídos da sociedade.

Dentro das relações de classe se impõem também relações de gênero e geração, questões de educação e cultura, imbricadas num amálgama complexo e multifacetado. Entender esta realidade pode jogar luzes para o processo de construção do desenvolvimento para as populações camponesas e o conjunto da sociedade.

Este trabalho está estruturado em três seções: 1) Os movimentos sociais no campo brasileiro; 2) Os movimentos sociais do campo no sul do Amapá; e 3) Os novos sujeitos sociais e suas demandas no sul do Amapá.

## 2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO

A gênese dos movimentos sociais no campo brasileiro se mistura com a própria história de nosso país. Neste capítulo se remontam estas raízes históricas para chegar ao recorte temporal de 1990-2016 e aprofundar a reflexão sobre o período recente.

Importa situar o cenário brasileiro no contexto mundial e traçar semelhanças e diferenças da trajetória do movimento social do país com a Amazônia amapaense, esta fronteira de avanço das forças capitalistas sobre os camponeses em suas populações tradicionais.

Os conceitos são apresentados e referenciados e os novos sujeitos dos movimentos sociais são apresentados no cenário nacional (mulheres e juventude). Deste panorama macro se tecem as redes para entender melhor como se dá a luta e a organização dos movimentos sociais no sul do Amapá.

### 2.1 OS CAMPOS TEÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

O estudo sobre os movimentos sociais do campo brasileiro é alicerçado nas publicações de Gohn (2011), Ianni (1984), Oliveira (2007), Palheta (2004) e Ribeiro (2010). São apresentados também estudos sobre o campesinato e os conflitos do campo como Chaves (2015), Fernandes (2004), Martins (1981) e Oliveira (2004).

Estes estudiosos do campo brasileiro são referência de embasamento no materialismo-histórico-dialético e se apoiam no marxismo por identificar instrumentais pertinentes para compreender como se dá a luta de classes no meio rural de uma nação periférica como o Brasil.

Este estudo parte da concretude do trabalho e da organização dos camponeses em seus espaços de atuação e lutas, tendo como base teórica o materialismo histórico-dialético embasado na obra *A Ideologia Alemã* onde Marx afirma que “a divisão do trabalho no seio de uma nação começa por provocar a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e, com ela, a separação de cidade e campo e a oposição dos interesses de ambos” (2009, p.07).

Desde a separação campo e cidade, este espaço cindido entre mundos agrícola e industrial, urbano e rural, coloca em oposição os camponeses e os donos dos meios de produção, os capitalistas da agricultura e força diferentes estratégias de organização e empoderamento para a disputa a ser travada em cada território, região e nação.

Na análise e interpretação desta luta de classes no campo brasileiro, a aproximação empírica se apresenta como imperativa para evitar um ponto de partida equivocado que não considere a ação direta e real dos camponeses, pois, como afirma Marx,

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas destes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem materialmente, como trabalham, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade (2009, p. 07)

Para Marx, tanto o Estado como as estruturas da sociedade têm centralidade no trabalho material, nas condições concretas de vida e reprodução, sendo que a realidade destes trabalhadores se apresenta numa singularidade em cada território. A luta de classes é este processo que brota da vida material com todas as suas condições e limites. Daí a importância de partir desta base concreta, conforme a crítica de Marx a Feuerbach pois este

“também aqui se mantém na teoria, e não concebe os homens na sua dada conexão social, nas suas condições de vida reais que fizeram deles aquilo que são, nunca chega aos homens activos, aos homens realmente existentes; fica-se pela abstracção de “o Homem”, e só consegue reconhecer o “homem corpóreo, individual, real” no sentimento, ou seja, não conhece outras “relações humanas” “do homem com o homem” além de amor e amizade, e mesmo assim idealizados. Não faz nenhuma crítica às condições de vida actuais” (MARX, 2009, p. 11)

Conhecer as condições de vida dos camponeses reais, corpóreos faz perceber que sua luta assumiu contornos únicos no campo brasileiro ao longo do processo histórico e esta herança é corolária de sentidos e provocações para qualquer tentativa de interpretação e compreensão. Essa ação condicionada e situada dos trabalhadores se apresenta como uma ação coletiva que aponta para a categoria movimentos sociais que é assumida como centralidade deste estudo.

A autora Gohn (2000) apresenta uma primeira classificação das teorias dos movimentos sociais divididas em três grandes paradigmas: o norte-americano, o europeu e o latino-americano. No paradigma norte-americano as análises destacam os movimentos em ciclos evolutivos que abrangem o surgimento, crescimento e sua propagação. Entre as teorias contemporâneas norte-americanas, a autora destaca a “Teoria da Mobilização de Recursos” (MR) centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos. Esta teoria recebeu muitas críticas por não levar em consideração os valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados. Após estas críticas, a teoria da

mobilização de recursos foi reformulada originando a “Teoria da Mobilização Política” (MP) que destaca o processo político e o campo da cultura na interpretação das ações coletivas.

Sobre o paradigma Europeu, Gohn distingue duas linhas denominadas neomarxista e a culturalista-acionalista ou “Novos Movimentos Sociais”. Sobre a abordagem marxista na análise dos movimentos sociais priorizam-se os processos de lutas para transformar as condições econômicas e sociais (luta de classes). Seriam seus expoentes Gramsci, Rosa Luxemburgo e outros autores da Escola de Frankfurt, Eric Hobsbawm, Castells e outros.

Já a teoria dos “Novos Movimentos Sociais” critica o paradigma tradicional marxista (clássico ou ortodoxo), por não considerar em seus esquemas interpretativos a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade, a identidade, priorizando o domínio do aspecto econômico, tendo como precursores Touraine e Offe, que descartam o paradigma neomarxista por considerar apenas o aspecto macro da sociedade, o que minimiza a dimensão inovadora dos movimentos, o potencial criativo dos atores sociais (GOHN, 2000).

Na esteira desta discussão entre a corrente marxista e o campo de “Novos Movimentos Sociais”, este trabalho elege a categoria sujeitos e não atores por considerar que a luta de classes se dá em territórios concretos na disputa da materialidade da vida dos trabalhadores, e não apenas em um “palco” ou “cenário” onde os “atores” estariam como que numa mera representação de “papéis”. Como desdobramento desta escolha, a juventude e as mulheres extrativistas são referenciadas como sujeitos sociais.

Sobre o paradigma Latino-americano, Gohn (2000) afirma a impossibilidade de se falar de um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais, pois apesar da existência bem diferenciada de lutas e movimentos sociais na realidade concreta, a autora não identifica um paradigma teórico propriamente dito. Isso se deve em consequência da chamada teoria da dependência e da marginalidade, pois os movimentos sociais europeus e estadunidenses ecoavam na América Latina de maneira peculiar quando aqui os movimentos populares ganharam centralidade (anos 1960 e 1970). Para Gohn, a base teórica conceitual que mais influenciou os estudiosos dos movimentos sociais latino-americanos foram Castells (1980) e Touraine (1991).

Como consequência da marcha avassaladora da industrialização urbanizante, as relações de venda de força do trabalho e aquisição de produtos mantém a sociedade em rede ligada pela dependência do trabalho alienado. Assim, nos anos 1990 o capitalismo globalizado em sua fase neoliberal de mercado se apresenta como hegemônico, mas eivado de contradições que provocam resistências desde as margens desta grande correnteza, afirmando que esta não é a única visão, pois “navega em um oceano cercado por praias ligadas ao tempo,

de onde ainda se podem ouvir os lamentos das criaturas a ele acorrentadas” (CASTELLS, 1999). Castells afirma que a globalização amplifica as contradições do capital, o que acaba movendo a resistência e luta dos sujeitos e movimentos sociais num território de infinitas possibilidades que se apoiam no “tempo humano”, visto que “todo tempo, na natureza como na sociedade, parece ser específico a um determinado contexto: o tempo é local” (CASTELLS, 1999). Essa compressão do espaço em sintonia com a imediatização do tempo é uma característica marcante desta cultura em rede planetária.

As relações de poder disputam cada local, cada porção do espaço onde as lutas emergem para, em constante tensão entre o mundo e o indivíduo, definir onde os seres humanos redescobrem o local, ferramenta para sua ligação com o global, ao transformar e a recriar os sentidos para os sujeitos que ali constroem suas condições de vida material concreta. Assim, “cada lugar é, à sua maneira o mundo. [...] Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade” (SANTOS, 1996, p. 252).

Esse processo se dá pela relação entre os sujeitos e destes com o espaço, o qual “se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual” (SANTOS, 1996, p. 254).

Como a globalização reordenou a lógica capitalista, a desigualdade de forças e a nefasta apropriação das riquezas pela burguesia, os trabalhadores historicamente se opuseram a esta situação. Suas ações coletivas dão conta do caráter e identidade de seus movimentos sociais, ao que Ammann (1991) afirma que para haver movimento social, é necessário que haja a característica do protesto, da contestação, que seria a evidência concreta de um movimento social e sem isso não se pode afirmar que há movimento social. Também o autor brasileiro Moisés analisa em seus estudos as revoltas populares e levanta a hipótese que tais ações violentas são resposta das populações às duras condições de vida a que estão submetidas, efeitos do sistema capitalista e do Estado brasileiro que provocam a reação e protesto dos movimentos sociais (MOISÉS, 1978).

Se as condições de vida impostas aos trabalhadores do campo e da cidade não possibilitam os elementos mínimos necessários para sua reprodução social, sua luta por garantir e melhorar este contexto é premissa basilar de sua ação histórica, conforme afirma Marx quando aponta:

A primeira premissa de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, ou seja, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro acto histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um acto histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (2009, p. 12).

No campo brasileiro as resistências e reações contra-hegemônicas se deram, historicamente, com o campesinato enfrentando o latifúndio monocultor, no interior do desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista, na disputa pela terra e pelo território, conforme afirma Camacho (2014, p. 181) sobre a “luta camponesa para permanecer em seus territórios - terra de trabalho, ou mesmo, para retornar aos seus territórios (reterritorialização)”.

As categorias “território” e “campesinato” são elegidas neste estudo por serem fundadas nas construções históricas da luta dos movimentos sociais do campo brasileiro e, epistemologicamente, nas pesquisas e publicações dos teóricos Fernandes (2004), Martins (1981) e Oliveira (2007), entre outros.

Numa concepção dialética sobre as expressões lugar, espaço, paisagem ou outras que designem a materialidade física do trabalho e da luta dos camponeses, tanto a organização dos territórios como sua significação enquanto representação são fruto das relações sociais que aí se estabelecem. Numa expressão direta, Oliveira (2007) afirma que “o território é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”. Nesta direção, o conceito de território é alargado para além de sua dimensão física, para uma construção multidimensional que se produz e reproduz em um movimento constante de luta e disputa entre grupos e indivíduos.

Nesta luta por sua terra e seu território, os movimentos sociais do campo têm enfrentado a elite dos latifundiários e na perspectiva de garantir suas condições de reprodução e seus modos próprios de vida e trabalho, ao que Chaves afirma:

Dessa forma, a luta pela terra e a luta pelo território no Brasil tem abarcado uma série de sujeitos sociais, seja na luta pela propriedade comunitária, seja sob a forma de posse. Formas de propriedades que impõem relações sociais de produção que se sobrepõem ao desenvolvimento capitalista e impedem a geração da renda da terra capitalista (2015, p. 52).

Sobre a categoria “campesinato” as suas características se relacionam com esta luta e este modo de vida. São trabalhadores ligados à terra, ao trabalho com a terra, à economia

familiar ou comunitária o que desemboca numa classe da sociedade (oposta aos capitalistas) e também num modo de vida (CHAVES, 2015; FAVARETO, 2016; MARTINS, 2003; OLIVEIRA, 2005; SHANIN, 2005). Assim, as expressões “trabalhador rural, agricultor familiar, populações tradicionais” designam uma ou outra nuance desta relação e conflito e obedecem a este ou aquele interesse, enquanto a categoria “camponês” mantém uma dimensão revolucionária e criativa diante das ameaças constantes que o capitalismo impõe a sua sobrevivência econômica, política e identitária.

No contexto estudado, no decorrer da pesquisa, as categorias trabalhador e camponês foram materializando a expressão “extrativista”, o que fica claro nas falas dos sujeitos da pesquisa quando defendem sua identidade relacionada com seu modo de vida fundamentado na forma de trabalhar e viver preservando a floresta em pé.

O período estudado (1990-2016) é cenário de recrudescimento da violência da elite agrária e ampliação do leque de sujeitos e modos de enfrentamento e organização social de muitas parcelas do campesinato.

Dessa luta camponesa emerge um duplo movimento, um esforço para manter as características do modo de vida camponês e outro revolucionário no sentido de resistir ao capitalismo na defesa do direito a terra, ao território, à moradia, à renda, à educação, à saúde, enfim, às condições de viver com dignidade. Sobre este duplo movimento, Camacho refere que é “via movimento desigual e contraditório do capital: que produz/reproduz capital por meio de relações não-capitalistas, como as relações de trabalho familiares/camponesas” (2014, p.180) e “outra maneira igualmente importante, é o processo de recriação do campesinato por meio da luta” (Ibid, p.180). Essa resistência camponesa recria nos movimentos sociais especificidades e diversidades, ainda de acordo com Camacho,

a necessidade de se considerar nesse processo as variantes temporais e espaciais, além, das diferenças entre os grupos sociais que estão se territorializando, tendo em vista que os objetivos são diferentes. Enquanto os camponeses buscam o território como lugar de reprodução de sua família, os empresários do agronegócio buscam a expansão das relações capitalistas numa articulação em rede em nível mundial (2014, p. 215).

Mesmo considerando as variantes e as diferenças entre os grupos sociais citadas por Camacho, são os objetivos de camponeses e empresários da agricultura capitalista, também conhecida por “agronegócio” que os colocam em lógicas diametralmente opostas. Conforme afirma Oliveira, enquanto o capitalismo pensa na lógica da produção, reprodução, circulação, valorização do capital e extração da renda da terra/reprodução da força de trabalho/criação de um exército de reserva, o camponês trabalha para a reprodução social de seu grupo familiar e

modo de vida de sua coletividade, pois “[...] é essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam dinâmicas desiguais de valorização, produção e reprodução do capital” (OLIVEIRA, 2004, p. 41).

Esta diferença de projetos coloca os camponeses em oposição aos empresários da agricultura capitalista e forja sua identidade diversa, mas expressa como categoria, corroborando Touraine (1994) quando afirma que uma luta reivindicativa não é por si só garantidora da existência de um movimento social, pois pode ser fruto de uma defesa corporativa, ou até mesmo resultado de pressão política. Ampliando esse conceito, Palheta afirma que, além de ser o movimento social um fruto de conflito social, deve ter também com clareza um projeto cultural que vise a realização de valores culturais e a vitória sobre um adversário social (PALHETA, 2004).

Esta dinâmica deriva da centralidade da terra e do território e a luta por seu acesso na constituição identitária dos camponeses enquanto modo de vida e classe social ao que afirma Chaves:

Portanto, o que a história do Brasil nos tem mostrado, é que o campesinato luta pela terra, luta para entrar na terra e luta para não sair dela. Luta para garantir a produção de alimentos, que, aliás, não é tão somente para seu consumo porque é o excedente produzido pelos camponeses, que também garante a alimentação do povo brasileiro. (CHAVES, 2015, p. 66)

Gohn (2000) supera os postulados de Ammann e Touraine ao afirmar a centralidade da ação coletiva dos homens na história. Esta ação supõe pensar e agir por meio de um conjunto de ideias que motiva e fundamenta esta ação, ou seja, uma práxis. O campesinato se constitui como este coletivo diverso e multidentitário que tem sua ação pautada por princípios definidos e intercambiados em constante criação e recriação a partir de suas práticas e resultados obtidos.

Gohn concebe duas possibilidades de movimento social. Uma mais ampla, que independe de paradigmas teóricos (luta social dos homens) e outra que se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado, conceituado. A autora conceitua movimento social como

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. (GOHN, 2000, p. 251).

Estes camponeses, enquanto sujeitos sociais coletivos fazem parte da classe trabalhadora e da camada social mais pobre da população porque, superexplorados pela lógica do capital que privilegia os donos dos meios de produção, acabam criando campos políticos e de lutas com apropriação em cada conjuntura da sociedade civil, conforme afirma Marx,

Esta concepção da história assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a este modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estádios, como base de toda a história (...) mas que nela, em todos os estádios, se encontra um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e dos indivíduos uns com os outros que a cada geração é transmitida pela sua predecessora, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, por um lado, é de facto modificada pela nova geração, mas que por outro lado também lhe prescreve as suas próprias condições de vida e lhe dá um determinado desenvolvimento, um carácter especial -, mostra, portanto, que as circunstâncias fazem os homens tanto como os homens fazem as circunstâncias. (2009, p. 21)

Enquanto teóricos como Ammann e Touraine afirmam a existência de uma crise no seio dos movimentos sociais ao longo dos anos 1990, motivada pelo avanço neoliberal, crescimento das ONGs e encolhimento das manifestações de massa, Gohn discorda frontalmente pois as formas de manifestações tiveram que se transformar e se adaptar aos novos contextos diante da globalização da economia com um posicionamento mais propositivo, sendo uma parte essencial da identidade e ação prática desses movimentos (GOHN, 2000).

Esta capacidade de se recriar e atualizar suas demandas e formas de intervenção é destacada por Gohn como uma dimensão de autonomia e, ao mesmo tempo, memória dos passos e momentos históricos vivenciados pela luta social, como no fragmento

Há neles uma resignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é resignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais. (GOHN, 2011, p. 337)

Resignificar ideais históricos e pensar novos modelos para a luta e os enfrentamentos locais demonstram esta capacidade de inovação e criatividade dos camponeses. Esta diversidade e flexibilidade se apresentam como parte de uma identidade multifacetada com fidelidade às bandeiras mais tradicionais e adaptação diante dos novos cenários que se descortinam para a luta de classes. Desta nova formatação dos movimentos sociais vão

emergir novos sujeitos como protagonistas que serão aprofundados adiante, a saber, as mulheres e os jovens militantes em diversos espaços e métodos de atuação.

## 2.2 UM PAÍS FORJADO NA LUTA

A ocupação humana do atual território brasileiro tem início com a chegada dos povos indígenas desde tempos remotos, sendo que antropólogos e arqueólogos afirmam datações comprovadas a mais de 10 mil anos e algumas teses apontam para mais de 60 mil anos (BANDEIRA, 2006; GUIDON, 2005). A ocupação territorial modificou-se violentamente com a chegada dos europeus no séc. XVI (principalmente portugueses) que provocou o genocídio de 3 a 5 milhões de seres humanos e impôs a cultura eurocêntrica sobre as terras e gentes conquistadas além de tentar anular a história vivida e reiniciar de um ponto zero considerado como “descobrimento” (RIBEIRO, 1999).

O Império colonial português utilizou indígenas e principalmente negros africanos como mão de obra escravizada, do séc. XVI ao XIX, garantindo o domínio e exploração do território brasileiro e a produção de mercadorias para o mercado europeu. Lançava assim as bases da sociedade brasileira: monocultura, latifúndio e escravidão que produziram o racismo, a violência e desigualdade.

Mas a marcha da colonização portuguesa não ocorreu sem resistência e lutas dos indígenas e africanos. As guerras, levantes, fugas, mocambos, quilombos e nomes como Sepé Tiaraju e Zumbi dos Palmares em nossa historiografia oficial dão conta desta postura rebelde e reativa das populações e grupos (GOLIN, 1998).

É nessa postura ativa e coletiva de indígenas e africanos em luta contra o extermínio, a escravidão e a submissão que se situa a experiência fundante do que será denominado “movimentos sociais” pelos teóricos na década de 1960 (CASTELLS, 1980; TOURAINE, 1991). Como os séculos de colonização portuguesa imprimiram uma cultura e sociedade agrárias em nossas terras, é correto afirmar também que no Brasil os movimentos sociais têm seu nascimento no “campo”, muito antes do processo de urbanização desencadeado no séc. XX (GOHN, 1995; RIBEIRO, 2010).

Nos períodos colonial e imperial, vários povos indígenas lutaram contra a invasão dos europeus, como os Goitacazes que derrotaram os invasores portugueses e chegaram a inviabilizar algumas capitânicas hereditárias que não saíram do papel, as confederações dos Tamoios (1555-1565) e Cariris (1683-1713) que reuniram povos em liberdade apesar da invasão e os Guaranis que enfrentaram os exércitos unidos dos portugueses e espanhóis na

defesa de seu território na Guerra Guaranítica (1753-1756) são alguns exemplos (GOLIN, 1998; VAINFAS, 1995).

No mesmo período, os africanos lutaram contra a escravidão, fugiram, criaram quilombos e mocambos (Zumbi dos Palmares de 1630-1695), invadiram fazendas e libertaram outros escravos. Somam-se outros tipos de levantes populares armados de luta pela terra como a Revolução Pernambucana (1817), a Balaiada no Maranhão (1830-1841), a Revolta dos Malés na Bahia (1835), os Cabanos no Pará (1835) e os Canudos na Bahia (1874-1897) entre outros representantes desta rebeldia social (GOHN, 1997). Nos séculos XVI a XIX o país passa por violenta disputa de terras ao ser inserido na Divisão Internacional do Trabalho como produtor primário onde o latifúndio e a escravidão eram sua face mais voraz.

Com o fim da escravidão, a proclamação da república e os primórdios da urbanização brasileira, o séc. XX inicia sacudido por lutas sociais como o Contestado em Santa Catarina e Paraná (1912), o Cangaço e movimentos messiânicos no Nordeste nos anos 1920, e a Coluna Prestes de 1925 a 1927 que denunciavam as contradições da sociedade brasileira e pegaram em armas para defender suas convicções (RIBEIRO, 2010).

O século XX é marcado pela urbanização e industrialização da sociedade brasileira. É a adequação ao capitalismo industrial que penetra no país de forma monopolista e moldando novas relações de submissão pela burguesia nacional e superexploração dos trabalhadores das cidades e do campo.

Até os anos 1950, os movimentos populares/sociais tinham uma forma mais rebelde e menos organizada de luta/resistência. Sem a institucionalização sindical urbana, as demandas camponesas se canalizaram por meio das Ligas Camponesas que se organizaram no nordeste brasileiro, sendo que no sul do país surge o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e ambos aglutinam as lutas dos trabalhadores do campo desde a década de 1940 até o golpe militar de 1964 (1995).

Nos anos 1950, a Liga Camponesa aliada ao PCB transformou a luta pela terra num movimento organizado que discutiu as políticas públicas envolvendo principalmente a reforma agrária. Em consequência disso, no Governo Goulart ocorreu o golpe militar, instituiu-se o Estatuto da terra, que por um lado, reprimiu a luta, por outro institucionalizou a reforma agrária, os direitos ao trabalhador rural e funcionamento dos sindicatos.

Os Sindicatos se articularam em Federações Estaduais (FETAGs) nos anos 1960 e construíram sua Confederação Nacional (CONTAG) em 1963, organizando os trabalhadores rurais no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) (FAUSTO, 1998; IANNI, 1984).

Durante a ditadura militar (1964-1985) os movimentos sociais do campo foram criminalizados, suas lideranças perseguidas, presas e assassinadas, o que forçou a atuação clandestina e ocupação de espaços como as comunidades eclesiais de base com apoio dos setores progressistas da Igreja Católica, inspirados na Teologia da Libertação e nos ideais socialistas.

A ditadura foi marcada pelo recrudescimento da violência, mas a crescente luta pela democratização e pela reforma agrária possibilitou a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no início dos anos 80 (GOHN, 2000).

Com a pressão social e a crise do modelo econômico implantado pelos militares, as lutas pela Anistia e pelas DIRETAS JÁ empoderaram a sociedade brasileira que retomou a democracia, escreveu nova constituição cidadã (1988) e os movimentos sociais do campo ampliaram sua luta por justiça e inclusão social diante da retomada do neoliberalismo da década de 1990.

Das experiências de organização sindical, das ligas camponesas e da luta pela redemocratização nos anos 1970/1980 surgiram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Estes sujeitos aliados aos indígenas e quilombolas desdobraram as demandas específicas em cada realidade diversa da ruralidade camponesa (RIBEIRO, 2010).

Na redemocratização, a ação do MST e da CONTAG sobre o Governo Federal forçou a realização de reforma agrária, ao menos de forma tímida, por meio do assentamento de milhares de famílias de agricultores e implantação de políticas para o crédito agrícola (PRONAF em 1998) e a educação do campo (PRONERA em 1998), porém, a criminalização e truculência estatal continuaram vitimando muitas lideranças do campo brasileiro durante os governos eleitos democraticamente.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder (Lula 2003-2010 e Dilma 2011-2016) na abertura do 3º milênio impactou de forma paradoxal na realidade do campo brasileiro. Os movimentos sociais foram convidados a participar da elaboração de políticas públicas dentro do espaço institucional do Estado com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para atender demandas históricas junto a outros ministérios, o que produziu uma série de avanços significativos para as populações do campo como ampliação do acesso à água, energia elétrica, habitação rural, crédito, educação, saúde, complementação de renda entre outros. Por outro lado, as forças da agricultura capitalista

continuaram se ampliando, inclusive com recursos públicos, e apoiaram o golpe legislativo que interrompeu o quarto mandato petista por meio do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

### 2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS NO PERÍODO 1996-2016

Os movimentos sociais do pós-1990 inauguraram novas estratégias marcadas por outros sujeitos sociais, que se empoderaram e propuseram outras nuances à luta de classes no seio da sociedade brasileira, numa dialética de recriação que possibilitasse a ascensão destas vozes em novas demandas e, até mesmo, diferentes identidades de movimentos organizados.

Se a história dos sindicatos rurais nasce da tutela do Estado varguista e serve como pelego em muitas realidades do país, os anos 1990 marcaram o surgimento do “Novo Sindicalismo”, com várias dissensões da base contaguiana e uma atuação marcadamente politizada em bases socialistas. Os diversos sindicatos foram sacudidos pela ascensão da organização das mulheres e da juventude com bandeiras próprias e autonomia de organização e atuação (VIEIRA, 1997).

As ações e práticas destes novos sujeitos em novos movimentos reorientam também a forma e o perfil de atuação junto aos demais movimentos sociais, sendo que o período será marcado pelas categorias “autonomia”, “identidade”, “cidadania” e “emancipação”, reconfigurando também o embate conceitual e acadêmico.

Com a penetração maciça do neoliberalismo em sua fase de globalização planetária, as nações em desenvolvimento viram chegar ao poder governos comprometidos com a “modernização” da economia, o que significou abertura aos capitais internacionais e flexibilização de todo o regramento de garantias de direitos pretendidos pelos trabalhadores. Na prática, a questão colocada pela era global foi deixar os direitos humanos e fundamentais colocados de lado, em “função de interesses considerados talvez mais fundamentais como a integração econômica e respeito às leis de mercado” na ideologia neoliberal que se instalou (VIEIRA, 1999).

O Brasil viveu nesta década o retorno da democracia e os movimentos sociais tiveram atuação forte em cada fase e cada plano de governo posto em prática. Este estudo apresenta algumas características desta ação dos movimentos sociais do campo brasileiro diante dos governos que se estabeleceram no período.

Após décadas de ditadura militar, uma euforia tomou conta da sociedade brasileira ao escolher novamente o presidente por voto direto em eleições gerais. Na escolha por Collor

(Itamar) e FHC, foram eleitas propostas de modernização neoliberal que foram confrontadas pelos movimentos sociais organizados.

Esta proposta modernizadora foi classificada como neoliberal-conservadora, pois ao mesmo tempo que abria a economia brasileira para os capitais internacionais e privatizava serviços públicos, instituiu para os trabalhadores do campo um cenário de abandono e miséria, com a fome e a violência vitimando homens, mulheres e crianças conforme denuncia Chaves (2015, p.104): “Pelos acampamentos de reforma agrária a tragédia da fome se alastrava e muitos camponeses viam conjuntamente nos acampamentos não somente estratégias de luta para conquista da terra, como também o único meio de sobrevivência.”

Como os governos se aliaram aos latifundiários e empresários rurais, a sociedade brasileira respondeu com amplos setores apoiando as lutas e organizações camponesas. A CNBB, a OAB, a CUT, o MST e a CONTAG denunciaram este quadro de violência e ausência de uma política pública de acesso à terra e aos direitos e serviços básicos para os camponeses.

Diante desta realidade, em acordo com Vieira (1999), o que provocou o aparecimento dos novos movimentos sociais foi justamente a necessidade de uma resposta “à crise de racionalidade que envolveu a sociedade burguês-capitalista e a crise das estruturas de poder dos sistemas periféricos como o latino-americano”. Desta forma, o formato de organização política da sociedade embasado na instituição de “novas práticas coletivas e participativas dos movimentos sociais, teriam como meta a construção de uma nova ordem social emancipadora, enquanto proposta alternativa ao contexto de crise das estruturas de poder na sociedade” (VIEIRA, 1999, p. 1).

Entre os novos valores propostos, estão práticas sociais organizadas de forma pacífica, aliadas ao “compromisso com a democracia mais participativa e direta, a descentralização das decisões políticas, a autonomia das organizações societárias com relação às instituições dominantes e a tolerância pluralística fundada na diversidade cultural e humana” (VIEIRA, 1999, p. 3). Este viés de atuação acrescenta ao caráter marcadamente reivindicatório do movimento social do séc. XX uma dimensão propositiva e colaborativa com as demais instituições. Desta forma

de organização dos movimentos está relacionada com a instituição de práticas políticas geradoras de novas experiências e novos relacionamentos no âmbito societário, ações estas realizadas considerando o próprio cotidiano em que vivem os seus sujeitos. No interior desses movimentos dá-se o processo de constituição de novos sujeitos históricos, através da elaboração de uma consciência crítica das desigualdades sofridas e das necessidades compartilhadas pelos membros do grupo

que vivem uma história em comum. Nesse processo emergem os valores “identidade”, “autonomia” e “emancipação”, na qualidade de princípios concretos informadores das ações e como metas a serem alcançadas pelos sujeitos em suas organizações e em suas relações com os demais setores da vida social. (VIEIRA, 1999, p. 5)

É no bojo deste processo histórico que as mulheres atuantes nos movimentos sociais viveram e marcaram este processo de construção de autonomia e identidade própria. Construíram suas próprias organizações e ergueram suas bandeiras de luta numa relação de liberdade e em conjunto com toda a classe trabalhadora.

Neste estudo, será apresentada a experiência da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) da CONTAG e do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) que veio a se tornar o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ligadas ao MST e Via Campesina. São três representantes de um conjunto de organizações de mulheres rurais que caracterizam momentos e nuances próprias desta organização social.

Enquanto a CNMTR expressa a luta sindical com sua característica própria, o MMA e o MMC fizeram uma ruptura com as estruturas ortodoxas sindicais e se configuraram movimentos sociais das mulheres camponesas, e este movimento é fundamental para lançar bases de interpretação para a análise da organização das mulheres camponesas extrativistas no sul do Amapá.

### **2.3.1 Movimento Sindical das Mulheres Trabalhadoras Rurais**

A CONTAG elegeu a primeira mulher para a Direção Nacional no ano de 1988, ocupando o cargo de suplente e em agosto de 1994 foi realizado o 1º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais (CNETR) com a presença de diretoras estaduais e duas representantes mulheres de cada Estado. No ano de 1995 que a Confederação dá passos mais decididos conforme relata o Caderno de Textos de sua Escola Nacional de Formação (ENFOC):

O 6º CNTR acontece em maio de 1995 explicitando a necessidade da classe trabalhadora rediscutir a sua prática de luta e de convivência democrática com as divergências. O 6º CNTR foi um marco, pois a partir daí o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR incorporou o conceito de agricultura familiar às suas formulações, dando os passos iniciais para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural, a participação efetiva das mulheres na Diretoria da CONTAG e uma maior abertura para os jovens e as pessoas da 3ª idade. (BORGES, 2015, p. 61)

Este texto marca um divisor de águas na organização dos trabalhadores contaguianos. A necessidade da “convivência democrática” com divergentes, a chegada do conceito de Agricultura Familiar, o projeto de desenvolvimento rural e o espaço reservado aos novos sujeitos e segmentos vão marcar as próximas etapas das lutas e ações da CONTAG.

Em 1997 foi realizada a 1ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que discutiu as demandas específicas das mulheres e a sua relação com as lutas do conjunto da categoria, sendo que a aprovação da cota de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias do sindicalismo rural seria uma conquista no ano seguinte. Junto com o acesso e afirmação das mulheres na CONTAG, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) nascia como passo significativo para a articulação e unificação das lutas da categoria na esfera nacional e para o fortalecimento de um novo tipo de interseção campo e cidade (ENFOC, 2016).

A construção do PADRS impactou as ações de forma significativa, conforme afirma o Caderno da ENFOC,

o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), tendo por princípio a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, expansão, valorização e fortalecimento da agricultura em regime de economia familiar, centrado na inclusão social, no desenvolvimento social, econômico, ecologicamente sustentável e no fim de todas as discriminações, em especial as de gênero, de geração, raça e etnia. Para a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) desenvolveu-se um trabalho de formação de lideranças em desenvolvimento local, através do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS), voltado para a animação e estímulo a processos de desenvolvimento sustentável ao nível local, possibilitando uma maior intervenção nas políticas públicas e nos Planos Municipais (ENFOC, 2016).

O entrelaçamento das bandeiras de reforma agrária, desenvolvimento local, sustentabilidade, enfrentamento de discriminações, formação de lideranças no local e políticas públicas condensam a nova forma de atuar do sindicalismo na virada do milênio, onde demandas históricas recebem novas temáticas que agregam outras facetas ainda não trabalhadas historicamente. Este processo é descrito por Vieira que afirma:

As lutas sociais pela conquista da autonomia implicam a conscientização dos agentes sociais frente à realidade constituída e sua afirmação como sujeitos da história, na qualidade de atores políticos responsáveis perante a vida e a sociedade. Expressam um processo de conscientização dos sujeitos, com a elaboração de uma consciência crítica em face do mundo, no sentido de encaminhar uma práxis que busque romper com as formas culturais alienantes e reificadoras do ser humano, impulsionando, dessa maneira, o processo de libertação humana e social (VIEIRA, 1999, p. 10).

A atuação dos movimentos sociais possibilita a conquista da autonomia e conscientização acerca da realidade dos sujeitos, na medida em que os torna atores concretos em suas comunidades exercendo a práxis como processo de libertação e superação da alienação. Esta possibilidade está ancorada no que Marx afirma sobre premissa da supremacia da ação concreta de homens e mulheres de carne e osso sobre a ideologia quando escreve que,

não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente activos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos deste processo de vida (MARX, 2009, p.61).

Esta práxis que vai do processo de vida real dos trabalhadores e trabalhadoras ao desenvolvimento de reflexão e proposição de novas lutas tem impulsionado adaptações e atualizações constantes no PADRS que se mantém

Ainda hoje, esse processo formativo busca conjugar a formação política sindical com as demandas por melhoria das condições de trabalho, aumento da renda e dos salários, direitos trabalhistas e previdenciários, elevação dos níveis de escolaridade, de formação e requalificação profissional, habitação rural, saneamento básico, saúde pública e de qualidade, educação do campo e lazer. Conjugadas com as demandas estruturantes do desenvolvimento rural sustentável, como o acesso à terra, crédito, infraestrutura social e produtiva, condições de comercialização, tecnologias de produção adaptada à agricultura familiar e aos ecossistemas. (CONTAG, 2016)

Dessa maneira, a CONTAG afirma o PADRS como sua primeira iniciativa concreta de unificar as demandas do campo, reconhecendo as diferenças e especificidades regionais, culturais, produtivas, ambientais, organizativas, de gênero, geração, raça e etnia. E propõe ainda considerar as “demandas das pessoas no âmbito das suas características produtivas, a exemplo das assalariadas e assalariados rurais, das agricultoras e agricultores familiares, assentados, acampados, meeiros, posseiros, extrativistas, dentre outros” (CONTAG, 2016).

Desde o ano 2000, a Marcha das Margaridas tem se consolidado como uma ação de massa importante no contexto do MSTTR, ao mobilizar milhares de trabalhadoras rurais dos municípios, Estados e regiões, contando também com a adesão das trabalhadoras urbanas. É a maior mobilização nacional de mulheres já realizada na história do país.

Os principais objetivos da Marcha são o “fortalecimento das organizações e comissões de mulheres nos STTRs, Pólos/Regionais, FETAGs, CONTAG e a inclusão e organização das mulheres trabalhadoras de base” afim de dar visibilidade e reconhecimento ao papel político, econômico, social e cultural das mulheres trabalhadoras rurais no movimento sindical e na

sociedade (CONTAG, 2016). As principais demandas levantadas pela Marcha são relacionadas com os direitos trabalhistas e inclusão das mulheres como sujeitos em todas as políticas públicas.

### **2.3.2 Movimento das Mulheres Camponesas**

O Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) teve início em 25 de julho de 1981, no Município de Chapecó/SC, por meio da organização de agricultores/as em torno da conquista da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó. O movimento nasceu em ação conjunta da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como espaço para a reflexão/organização das mulheres agricultoras (BETTO, 2016).

Em 1986, quatro militantes do MMA/SC participaram do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado com a contribuição da CUT e do MST para debater a criação de uma organização nacional de mulheres. Esta informação aponta para uma dimensão de identidade e perfil do MMA, pois,

o MST era portador de uma nova concepção de mobilização e organização e com isso, através do processo de engajamento e mobilização que essa concepção envolvia, emergiam aspectos que dotavam de sentido a ação política do MST em oposição ao sistema contaguiano, criando um campo de disputas. Nesse sentido, as conformações que as práticas da articulação das mulheres da região Sul e posterior ANMTR passam a ter, parecem se aproximar mais da concepção de mobilização e organização desenvolvida pelo MST (BETTO, 2016, p. 41).

Esta articulação, organização e mobilização apontam para uma oposição ao sistema da CONTAG que marca o início de uma experiência diversa na iniciativa das Mulheres Agricultoras do sul do país. Esta divergência vai se manifestar em outras oportunidades e as categorias realizarão muitas caminhadas paralelas em virtude deste perfil.

Em virtude dessa divergência, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela atuação com objetivo de sindicalização das mulheres e disputa das direções dos STRs como oposição sindical, ao passo que as lutas da categoria articulavam gênero e classe pela conquista de direitos trabalhistas previdenciários como “reconhecimento da profissão, aposentadoria, auxílio-acidente de trabalho, auxílio doença, salário-maternidade, entre outros” (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013, p. 80). Nesta direção, os direitos viriam a partir deste reconhecimento, o que provocou a campanha da documentação pessoal e profissional embasada na cartilha de formação “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”, campanha de 1994 e distribuída

pela Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais/Sul (AIMTR/SUL, 1994), como uma campanha central na trajetória do movimento.

Essa é uma marca da luta dos anos 1990, pois após a aprovação da Constituição cidadã em 1988, houve toda uma mobilização social para que os trabalhadores pudessem acessar os direitos garantidos na lei, onde as mulheres trabalhadoras precisavam minimamente de Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor, Certidão de Nascimento/Casamento, Carteira de Sócia do Sindicato, Bloco de Notas de Produtora Rural, Talão do INCRA, Contrato de Arrendamento, Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso das assalariadas rurais, ou permaneceriam desassistidas e excluídas (AIMTR/SUL, 1994).

Esta incoerência do Estado enquanto garantidor de direitos é consequência direta do que Dagnino (2004) chama de confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo e uma economia capitalista neoliberal, ao que Betto corrobora ao afirmar

Desta maneira, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira vivenciava um momento de alargamento da democracia, aumento da participação popular nas definições que orientam a ação do Estado, por outro lado com a emergência de um programa de governo alicerçado numa visão política onde o Estado passa a se retirar da responsabilidade de garantir direitos sociais (BETTO, 2016, p. 44).

Este cenário contraditório produz as condições para que a luta por direitos sociais, construa a elaboração de determinada identidade, onde as mulheres do movimento social se afirmam como político por meio da categoria “mulheres agricultoras”. Esta categoria vai se construindo e definindo sua percepção e ação dentro de um conjunto de condições e possibilidades dadas no contexto nacional

entre as organizações de mulheres e no próprio processo de construção de uma articulação nacional existiram dissidências relativas principalmente à forma de “fazer política” decorrentes das diferentes trajetórias das lideranças dos diferentes movimentos, ocorre a aproximação entre movimentos de mulheres com outras organizações mistas, devido a certas concordâncias, entre elas a necessidade que sentiam de construção de um projeto político para toda a classe trabalhadora e em contraposição ao projeto neoliberal em ascensão. Nesse momento o MMA/SC se posiciona em defesa do encaminhamento das “lutas concretas da classe trabalhadora” (MMA, 1996), avaliadas pelo movimento enquanto questões que envolvem “cidadania, terra e trabalho” e que exigem a aliança com outras entidades representativas, a exemplo do MST (BETTO, 2016, p. 45).

As dissidências e concordâncias dentro da classe trabalhadora impulsionam as alianças e disputas na construção das estratégias e projetos de luta, sedimentando a aproximação das Mulheres Agricultoras da região sul com o MST e a Via Campesina. Neste campo, vários

estudiosos situam um afastamento do movimento social com os sindicatos, pois os movimentos sociais carregariam um ideário de luta por mudança social impactante baseada no socialismo, enquanto os sindicatos não esperam mudança radical e operam na tensão entre autonomia crítica e tutela do Estado (BONI, 2012; DABOIT, 1996; PICOLOTTO, 2011). Um marco desta virada seria a criação do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) como um processo de dissidência do sindicalismo rural, ao final da década de 1990.

A luta das mulheres agricultoras, entre os anos de 1996 e 1998, assume enquanto inimigo maior o sistema neoliberal, busca a construção de um plano alternativo a este, denominado como Projeto Popular para o Brasil numa perspectiva socialista. Em sintonia com o MST, o MAB, a CNBB e a Via Campesina, as mulheres agricultoras se envolvem diretamente nas discussões sobre alternativas de desenvolvimento para o país a partir de 1997 ao integrar o conjunto de iniciativas conhecida como Consulta Popular para construir este “projeto popular de desenvolvimento para o Brasil” como contraposição ao modelo econômico do governo FHC. Esse amálgama de movimentos sociais, intelectuais da esquerda, algumas pastorais e sindicatos propunha um programa de transformações estruturais, voltando a atenção para o cumprimento de três tarefas consideradas essenciais: “elaborar teórica e politicamente uma alternativa para o Brasil, formar e articular os lutadores do povo e apoiar os movimentos sociais” (CONSULTA POPULAR, 1997).

Em consonância com esta luta, a I Assembleia Latino-Americana das Mulheres Rurais e o 2º Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo realizados em 1997 em Brasília; o IV Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, organizado pela ANMTR em 1999 com o lema “Unidas contra o neoliberalismo por pão, justiça e igualdade” e o I Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais realizado em Brasília em 2000 com cerca de 3.000 mulheres de todo o país foram importantes eventos de atuação da ANMTR dentro da construção de um projeto mais amplo para toda a nação (BETTO, 2016, p. 74).

Este contato com a Via Campesina possibilita compreender a premissa fundamental da participação das mulheres do campo na construção de um novo modelo de agricultura, pois “produzem grande parte do alimento que nutre as famílias” e são “atual e historicamente responsáveis por protegerem e fortalecerem a biodiversidade” (VIA CAMPESINA, 2000). Na II Assembleia Latino-Americana de Mulheres do Campo que ocorre em 2001, as mulheres se declaram guardadoras ancestrais das sementes, afirmam ser este um patrimônio de toda a humanidade e elaboram crítica pesada ao patenteamento das sementes e o uso de transgênicos (MMC, 2005).

Na mesma direção também foi realizado o III Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (2002) com o lema “Trabalhadoras: gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade” onde aparecem fortemente discussões relacionadas aos transgênicos e a “defesa das sementes enquanto patrimônio da humanidade e sobre a necessidade de um projeto que contemple um modelo de agricultura alternativo, principalmente em defesa da soberania alimentar nacional”. Também é apontado que, além das práticas, a mudança exige que as militantes aprofundassem seus estudos em relação às discussões que ocorrem sobre modelos de agricultura, sejam elas sobre vertentes sustentáveis ou sobre a agricultura capitalista. No plano de ação desenhado para o próximo período, a centralidade é dada à “agricultura que as mulheres precisam” (MMC, 2005).

As proposições emanadas destes eventos materializam uma mudança do caráter inicialmente mais reivindicatório do movimento para outro mais propositivo e conflitivo, no qual as lutas de gênero e de classe, individuais ou junto a outros movimentos, as caravanas, concentrações, marchas, mobilizações, congressos, entre outras práticas produziram a construção de uma nova perspectiva identitária, conforme datas a seguir:

O 3º Congresso do MMA – “20 anos! MMA/SC na luta construindo o MMC do Brasil” -, realizado no município de Chapecó, no ano de 2003, e a 9ª Assembleia – “MMA/SC na luta! Participando e construindo o MMC do Brasil” -, realizada em novembro de 2004, no município de Itapiranga/SC, foram eventos centrais na transição de Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina para Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, em termos de concretização de um movimento unificado (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013, p. 84).

Esta substituição das antigas categorias “trabalhadora rural” e “agricultora”, além de tantas outras definições regionais, pela designação “camponesa” representa uma das mudanças mais significativas que produz intensas discussões e diferentes significados. Num contexto de lutas, a utilização da categoria “camponesa” implica em mudança conceitual e política unificando movimentos na e pela criação de uma identidade política comum. Conforme Paulilo (2004, p. 230), o termo “camponês” carrega a “conotação política de criação de identidade em momento de lutas (haja vista as Ligas Camponesas)” e esta recuperação de identidade está na base do processo de mudança do nome de Movimento de Mulheres Agricultoras para Movimento de Mulheres Camponesas. Sobre a categoria camponês, o MMC afirma

Fizemos debates sobre a categoria camponês que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado, se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma, com o objetivo de satisfazer as

necessidades familiares de subsistência, e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher legitimam e confirmam, no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2005).

Este conceito está posicionando a mudança de identidade a partir de nova compreensão do sentido da luta de classe e de gênero dentro de condições diversas e multifacetadas, ao que Marx designa afirmando que:

São os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX, 2009).

Além do mais, acrescenta-se, nas últimas décadas, homens e mulheres. Assim, este conceito vai se aprofundando e alarga sua base de atuação, desde a dimensão interna dos grupos humanos até sua relação com outros sujeitos, para além das definições já “clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e sociedade” (GOHN, 2011, p.336).

Esta caracterização da forma de atuação e da identidade própria dos movimentos sociais tem em Gohn uma clareza conceitual e uma coerência com as novas demandas da sociedade globalizada neste estágio neoliberal do capitalismo, pois dá conta de elementos da luta social por justiça econômica e também engloba novas questões subjetivas em curso. Sobre o momento atual, a autora afirma que os movimentos sociais

Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos (Ibid, p. 336).

Às categorias democracia e sociedade são enriquecidas com inclusão, sustentabilidade, cultura e tantas outras questões fundamentais presentes nas pautas dos movimentos sociais. Outra motivação para a utilização do termo camponesa pelo movimento se deve ao caráter de

resistência que carrega, permitindo uma ligação das lutas marcando a contraposição aos grandes proprietários e a aliança entre as classes populares (MARTINS, 1981).

Betto (2016) afirma que para os movimentos da Via Campesina, a identidade camponesa tem conotação política na perspectiva de as mulheres do campo serem sujeitas ativas, tanto na agricultura, como também politicamente, ao contribuírem na construção de um modelo de agricultura que faz enfrentamento ao projeto neoliberal, a partir das práticas de recuperação e produção das próprias sementes, utilização de técnicas naturais para controlar pragas, demonstrando formas de autonomia frente às indústrias produtoras de sementes e agrotóxicos.

Em relação ao movimento feminista como um todo, as militantes do MMC/Brasil consideram que tem esta identidade em seu projeto de agricultura camponesa, pois na 10ª Assembleia Estadual do MMC/SC realizada em 2007 “O MMC tem como princípios de ser um movimento de luta, novas relações, autônomo, feminista, camponês, classista e socialista” e no ano de 2010 assumem oficialmente que o caráter feminista, momento em que as discussões foram realizadas com base no tema Identidade camponesa e feminista e no lema Mulher camponesa produzindo alimento saudável, construindo libertação (MMC, 2005).

Por dentro do MMC, o ser feminista implica em lutar pela emancipação da mulher no direito de decidir, no acesso a documentações, acessar crédito e, principalmente, “tomar juntas as decisões, coordenar e exercer liderança, participar nos espaços de decisão da sociedade, valorizar e reconhecer seu trabalho, divisão de tarefas, no acesso a saúde, a educação. Ser feminista é assumir a luta por todas as formas de vida” (MMC, 2014). Uma consequência de assumir as questões de gênero e lutar contra o patriarcado é uma maior incorporação de pautas como a campanha internacional “Basta de Violência contra as Mulheres” lançada pela VC em 2008.

Um momento significativo da luta do MMC consistiu na ação realizada por mulheres da Via Campesina no ano de 2006 quando ocuparam um laboratório da Aracruz Celulose destruindo milhares de mudas de eucaliptos, embasadas nos seguintes princípios

Onde o deserto verde prospera a biodiversidade está destruída, os solos estão deteriorados, os rios estão secos e a enorme poluição das fábricas de papel ameaça a saúde humana e a água. Se o deserto verde continuar crescendo, em breve, não haverá água e terra para produzir alimentos [...] Somos mulheres camponesas filhas dessa terra brasileira, que há 500 anos vem sendo regada com suor, sangue e muito trabalho de tantas gerações de mulheres e homens de diferentes etnias. Mesmo com todas as lutas de resistência dos povos indígenas, negros e brancos pobres, nosso país continua sendo um território para extração de riquezas que alimentam os lucros de grandes grupos capitalistas. O Brasil está longe de ser uma nação livre e soberana (MMC; FAO, 2006).

Esta ação expôs ao conjunto da sociedade uma marca de autonomia e coragem, deixando claros os malefícios gerados a partir de setores do agronegócio no país e que se contrapunha ao que as camponesas defendem. Foram mais de duas mil mulheres participantes do ato e obteve grande impacto com repercussão internacional, pois o horto florestal onde a ação foi realizada era considerado o maior viveiro de mudas de eucalipto de toda a América Latina.

Uma década após este ato, de maneira muito semelhante, mulheres da Via Campesina ocuparam a sede de uma empresa de fertilizantes em Porto Alegre no 8 de março de 2016.

A ação fez parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas que teve como lema Mulheres na luta em defesa da natureza e alimentação saudável, contra o agronegócio e teve o objetivo de denunciar o uso abusivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos na produção de alimentos. Evidentemente, essas ações de caráter conflitivo rompem com os limites de compatibilidade do sistema de relações sociais a que a ação se destina, pois rejeitam regras existentes, colocam em questão a legitimidade do poder dessas empresas e demonstram a oposição e a incompatibilidade entre o modelo de agricultura camponesa defendido como condição para atingir uma soberania alimentar no país e o modelo de produção do agronegócio (BETTO, 2016, p. 65).

Esta clareza de princípios e ações materializa na luta política uma frase muito presente em materiais e discursos elaborados pelas mulheres do MMC: transformar as relações sociais de classe, mudar as relações com a natureza e construir novas relações de gênero.

### **2.3.3 Juventude Camponesa**

Diferente da categoria mulher agricultora ou camponesa, estudar a categoria juventude implica um esforço inicial de situar as diversas abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude rural. Weisheimer (2005) aponta cinco abordagens principais em uso na comunidade acadêmica: faixa etária; ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida e ainda representação social.

De acordo com o autor, “alguns pesquisadores enfatizam uma dessas abordagens, outros procuram fazer diferentes combinações entre elas. Há ainda aqueles que não se preocupam em estabelecer alguma definição sobre o que entendem por juventude e a tratam como um pressuposto, como se o termo fosse autoexplicativo” (WEISHEIMER, 2005, p. 21). Vejamos cada uma dessas abordagens separadamente:

1) Juventude como faixa etária - Pesquisas que ancoram sua definição de juventude utilizando como critério a idade dos entrevistados, indicadores demográficos e padrões emanados dos organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) baseada no processo biológico da pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos), a Organização Internacional da Juventude, usam a faixa entre 15 e 24 anos (UNESCO, 1997). No Brasil o IBGE classifica o “grupo jovem” entre 15 e 24 anos e o Estatuto da Criança e do Adolescente considera adolescente a faixa de 12 a 18 anos (BRASIL, 1990).

2) A juventude como período de transição ou ciclo de vida - assumida pela Unesco a partir da Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble (1964), sendo uma das mais utilizadas, designa um Estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade. Por isso, a transição juvenil se caracteriza como o processo de socialização e atribuição de papéis sociais específicos, partindo da ideia central de que a juventude é um estágio no qual acontece a entrada na vida social plena e que, como situação de passagem, compõe uma condição de relatividade: de direitos e deveres, de responsabilidade e independência mais amplas do que as das crianças e não tão completas quanto as dos adultos (ABRAMO, 1994, p. 11).

3) O enfoque nas gerações - Perspectiva tributária das formulações de Karl Mannheim, o conceito de geração emerge por meio da ideia de “situação” no processo social, estabelecendo um paralelo com a circunstância de classe, onde os membros de um grupo etário têm uma situação comum perante as dimensões históricas do processo social (MANNHEIM, 1968). A abordagem geracional apresenta-nos questões relativas à transmissão e à adaptação da herança cultural.

4) Juventude como cultura ou modo de vida - Perspectiva em que a juventude é vista como uma expressão da cultura de massas, definida por critérios culturais dando destaque a uma cultura jovem e à importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades. A mídia aparece então como o principal componente na construção do entendimento do que seja a juventude, essa cultura juvenil produto da abundância intimamente ligada à sociedade de consumo. Hoje em dia, até nas regiões mais isoladas os meios de comunicação promovem a disseminação de uma cultura urbana, e no seu bojo os **processos de hibridização**, que os jovens sentem de forma bastante intensa. Além disso, o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, seu padrão de modernização e os recentes processos de industrialização difusa, que fazem do rural um espaço não exclusivamente agrícola, contribuíram para a **diluição das fronteiras** materiais e simbólicas entre o meio rural e o urbano. Se isso não pôs fim às profundas diferenças entre estes, permitiu ao menos a convivência em um mesmo espaço social de práticas e valores que articulam elementos urbanos e rurais. Parece-nos que é esse processo que leva Maria José Carneiro (1998, 1999) a sugerir que as identidades locais não são mais sustentadas na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade, e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identifica como “**rurbanização**”. Ainda segundo essa autora, nesse contexto, os jovens filhos de agricultores reelaboram suas identidades sociais e passam a questionar os projetos de reprodução de modos de vida pautados exclusivamente na atividade agrícola, reivindicando padrões de vida, valores e condições materiais tidos como “urbanos”, o que se expressa no “ideal rurbano” (CARNEIRO, 1998).

5) Juventude como representação social e autorrepresentação - Segundo esta abordagem teórica, o termo “juventude” designa um conjunto de relações sociais específicas, vividas por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade. Mais do que uma faixa etária, fala-se em condição juvenil, que aparece como uma posição na hierarquia social fundada em representações sociais, ou seja, busca-se apreender os significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural. Esses critérios de inclusão e exclusão são socialmente construídos, tornando-se móveis suas fronteiras. Essas representações sociais remetem à ideia de que a juventude é um processo transitório que marca a passagem de uma condição social da dependência plena na infância a outra, de plena independência na idade adulta. Essa independência que caracteriza a entrada na “vida adulta” aparece vinculada à assunção de responsabilidades produtivas,

residenciais, matrimoniais, paternais ou maternos. Esta abordagem retém a ideia de que os jovens estariam sujeitos à incorporação de uma série de papéis sociais ou funções socialmente atribuídas pelos processos de socialização. A alternância de papéis sociais e de processos de socialização que marcam a condição juvenil está voltada a assegurar a reprodução ou a continuidade social (WEISHEIMER, 2005, p. 20–22, grifo nosso).

As diferentes interpretações da condição juvenil revelam que esta é fruto de construção social, cultural e histórica, por isso os jovens não formam um todo homogêneo. Conforme o grifo, nesta cultura marcada pelo desenvolvimento das forças capitalistas que chegam nos espaços mais afastados no meio rural, a juventude do campo passa por uma transformação muito grande que Carneiro (1988) caracteriza como hibridização na direção de uma rurbanização. Estudar juventude camponesa implica considerar esta especificidade fruto da massificação dos meios de comunicação social e da sociedade em rede no estágio globalizado.

Em consequência disto, as diferenças de classe social, etnia e gênero, dependendo das diferentes posições ocupadas nos espaços sociais, apontam ser mais correto privilegiar as noções de juventudes e jovens rurais no plural, em virtude destas realidades sociais bastante diversas, construindo experiências e identidades coletivas distintas.

Como todas essas questões impactam sobre o fenômeno social da juventude, a definição deste ou aquele termo apresenta-se bastante complexa, contraditória e ocorre até mesmo a falta de consenso quanto à noção de “juventude” a ser utilizada nas pesquisas acadêmicas, produzindo múltiplos recortes analíticos e definições conceituais, mesmo quando todas tratam dos jovens que vivem no meio rural.

Apesar desta variedade de nomenclaturas que são necessárias para se referir à juventude rural, a realidade destes sujeitos apresenta alguns traços comuns, segundo Weisheimer,

Esta heterogeneidade das condições de vida e trabalho dos jovens que vivem no meio rural brasileiro resulta em diferentes inserções produtivas, de acesso a serviços públicos e diferentes padrões de sociabilidade. Esses jovens compartilham os desafios que a agricultura familiar e os assentados e assentadas da reforma agrária encaram para garantir sua autonomia econômica e a melhoria das suas condições de vida. Diante da falta de novas oportunidades de trabalho e renda que marcam historicamente esse setor, alguns desses jovens migram para as cidades. Envelhecimento da população rural, quebra dos mecanismos de hereditariedade e concentração da terra são alguns de seus efeitos (2005, p.3).

São diferentes inserções, mas desafios compartilhados, como acesso, autonomia, condições, migrações e dificuldades na sucessão da terra. Por outro lado, na última década, as demandas da juventude rural, passaram a ser reconhecidas, legitimadas e incorporadas pelos

movimentos sociais e pelo Estado. Desde os anos 1990 passaram a integrar as reivindicações e agendas de entidades como a CONTAG, a FETRAF e o MST, além da materialização de estruturas internas específicas criadas para possibilitar o protagonismo desse segmento nas ações concretas.

Conforme os dados disponibilizados pelo IBGE, a década de 1991 a 2000 apresentou uma redução de 26% da população jovem no meio rural, originada pelos processos migratórios, ocasionando o esvaziamento e a masculinização da população rural. Dados recentes apontam uma alteração nesta tendência que será acompanhada pelos próximos estudos. A demografia brasileira passou por transformação social de impacto nos últimos cinquenta anos, pois de 1950, quando as pessoas residentes em zonas rurais correspondiam a 63,8% do total, para o ano 2000, essa proporção havia caído para 18,8% do total da população do país. Dentre as faixas etárias, nos anos 1990, ocorreu um deslocamento populacional principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos (ABRAMOVAY, 1999).

Dentre os diferentes movimentos sociais da juventude do campo, este estudo apresenta a trajetória da Pastoral da Juventude Rural (PJR), surgida em 1983 no seio da Igreja católica, herdeira da Teologia da Libertação, das CEBs e da Educação Popular. Alguns dados sobre a juventude do MST, da CONTAG e da FETRAF também serão abordados, mas a PJR será a principal experiência trabalhada, em virtude da ligação estreita com a CPT e afinidade conceitual com a experiência camponesa.

A decisão em aprofundar o estudo sobre a PJR se dá em função da base conceitual, histórica e pragmática que move esta experiência de organização da juventude camponesa e aponta para os conceitos e demandas que servirão como categorias interpretativas da experiência dos jovens extrativistas no sul do Amapá, foco desta pesquisa.

Em maio de 1986 a CNBB publica “Pastoral da Juventude no Brasil” (Estudos 44 da CNBB) e a PJR é citada pela primeira vez num documento episcopal, neste primeiro marcado pela articulação e construção da identidade da PJR (1989-1994). Nesta fase, a formação levou a PJR a participar da constituição do Departamento de Educação Rural (DER) da FUNDEP (FUNDEP-DER), em Braga/RS, em parceria com o movimento popular, uma das raízes da “educação no campo”, onde o primeiro curso dos movimentos sociais foi Magistério e o segundo Agente em Desenvolvimento Rural (PJR, 2015).

No ano de 1989, na eleição para presidente, na disputa entre dois projetos: neoliberal (Collor) x democrático popular (Lula) que resultou na derrota da “Frente Brasil Popular”, a PJR se envolveu na campanha para que os jovens retirassem seu título e votassem. A PJR

aderiu à campanha de Lula e perdeu muitos militantes engajados, o que provocou um descolamento da base.

Em 1992 o tema da Campanha da Fraternidade foi “Fraternidade e Juventude” e o lema “Juventude – caminho aberto”, sendo que a PJR inicia a experiência missionária por meio das Missões Jovens, como forma de se multiplicar em novas paróquias ou municípios e a discussão sobre “Projeto Pessoal integrado ao Projeto Comunitário”, enfocando o jovem como cidadão, sendo protagonista da sua história e da nova sociedade. Nesta direção, em 1993, as Pastorais Sociais da CNBB iniciam a 2ª Semana Social Brasileira (SSB) com o tema “Brasil: Alternativas e Protagonistas”.

Em 1993, a PJR reflete a derrota esmagadora do Projeto Democrático Popular, realizada por Fernando Henrique Cardoso (FHC) por meio do Plano Real que radicalizou a implantação do neoliberalismo, da farsa da estabilidade econômica para o repasse do patrimônio público para a iniciativa privada (privatização), denominada “privataria” (PJR, 2015).

Os anos de 1994 a 1996 são vividos pela PJR como uma fase de construção de sujeitos como projeto e missão da Pastoral, onde a III Assembleia Nacional em Timóteo/MG se desenvolveu com o tema “antropologia, sociologia e valores culturais da juventude rural”, além da participação na luta “Terra Livre Brasil” com a necessidade da constituição de um novo projeto popular. Suas lideranças reconhecem que não houveram forças para implementar e, por isso, a partir de 1997, se engaja na Consulta Popular em vista de um Projeto Popular para o Brasil e nele um Projeto Popular de Campo (PJR, 2015).

Ainda em 1994, no Boletim Informativo Nacional da PJR do Brasil, as suas lideranças fazem uma crítica ao movimento sindical e popular, afirmando que

É um instrumento para anunciar as bandeiras, divulgar a caminhada, auxiliar na articulação da base e mostrar a cara da PJR. Este período histórico foi marcado pelo embate entre o movimento popular e o movimento sindical, pois o segundo queria transformar o primeiro em uma comissão sua, tirando-lhe a autonomia. E, ao mesmo tempo, o PT não conseguiu organizar os seus núcleos de base, e assim foi perdendo o seu enraizamento popular o que levou o partido a cada vez mais ser comandado pelos que estavam inseridos no parlamento e na máquina partidária. Aos poucos o PT trocou o “macacão” de peão pelo “terno e gravata”, o que levou a mudar a sua estratégia: abriu mão da transformação da sociedade e abandonou o horizonte socialista e passou apenas disputar o governo, visando um capitalismo mais democrático e participativo (PJR, 2015, p. 71).

Este registro aponta a característica de autonomia e criticidade da juventude da PJR em sua crítica ao movimento sindical e ao Partido dos Trabalhadores diante do cenário e das escolhas realizadas.

No ano de 1995 foi pautado o debate de gênero pela primeira vez na PJR, quando o tema da “Campanha da Fraternidade” foi “Fraternidade e os excluídos e não podemos nos esquecer da exclusão do homem e da mulher da terra, do e da jovem camponês(a)”. Esta Campanha da Fraternidade vai gerar o “grito dos excluídos” que passa a ser realizado anualmente. Também em 1995 o debate sobre “o Brasil que queremos” acabou influenciando a elaboração do Projeto Político da PJR, que depois levanta a bandeira da Terra Livre Brasil (PJR, 2015).

No ano de 1996 ocorre um momento importante na luta dos camponeses, com a constituição do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que nasce para ser um “instrumento de luta mais eficaz que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de então” (Ibid, p. 74). Neste ano a PJR faz um balanço do processo das lutas populares e percebe que se esgotou o ciclo do projeto democrático popular, sendo necessário iniciar a construção de outras bandeiras.

Com a ocorrência do massacre em Eldorado do Carajás/PA, dia 17 de abril de 1996, onde o jovem camponês Oziel Alves Pereira, de 17 anos, militante do MST, é barbaramente assassinado, origina-se ao dia de Luta Camponesa, indicando o perfil da identidade e atuação da PJR, ligada ao MST, o MPA e VC.

De 1997 a 1999 foi o período da construção da Terra Livre Brasil onde a PJR refletiu sua missão para dentro (“No ventre da PJR, somos construtores da Terra Livre Brasil”) e a missão para fora (“No anseio da Terra Livre ousamos romper fronteiras”), na percepção de que a construção começa no trabalho de base e transborda para fora, num compromisso com os movimentos sociais e com os jovens rurais, inclusive de outros países, numa perspectiva internacional da luta camponesa (PJR, 2015).

Em 1997 pela primeira vez, um militante da PJR, realiza uma greve de fome, com outros camponeses e camponesas, em solidariedade à luta do MPA pelo acesso dos pequenos agricultores ao PRONAF e acontece a marcha dos 100 mil, realizada pelo MST, dando origem à Consulta Popular.

Em abril de 1998 acontece o Tribunal da Dívida Externa e em julho o Simpósio da Dívida Externa, em preparação ao Plebiscito Nacional da Dívida Externa (2000) onde a PJR tem atuação destacada. Em julho acontece a I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, onde a PJR assume a dianteira nesta nova bandeira de luta, de muito interesse da juventude camponesa por uma Educação que deve acontecer NO Campo e deve ser DO Campo (CALDART, 2002, p.18).

Na internacionalização da luta camponesa, em agosto de 1998, no I Seminário Intercultural de jovens rurais do Brasil e Europa, foram recebidos no país 50 jovens vindos da

Alemanha, Hungria, Áustria, Romênia e Suíça, que visitaram várias regiões. Na Marcha Popular que acontece nos Estados, a consulta popular lança uma cartilha convocando uma retomada do “trabalho de base”. É neste ano, que se começa o debate, sobre os Grupos de Produção Agroecológica (GPA), que depois foram denominados de Grupos de Produção e Resistência (GPR). Também se reflete sobre a importância da cooperação, de assumir a agroecologia como “um jeito de viver na roça” e a necessidade de crédito para a juventude (PJR, 2015).

Junto ao crédito e a agroecologia, o ano de 1999 é significativo na luta da PJR, pois os projetos e lutas começam a sentir dificuldades financeiras e buscam outras fontes de sustentação como

A PJR inicia um debate sobre o acesso ao crédito para a juventude camponesa e a necessidade de uma luta concreta para conquistá-lo. A primeira proposta encaminhada ao governo foi um crédito para os grupos de jovens, repassado para eles e não aos adultos, para grupos que produziam agroecologicamente e que assumissem uma comercialização solidária. Acreditava-se que assim, contribuiríamos para diminuir a ida de jovens do campo para a cidade em busca de renda. Neste ano aconteceu a 2ª etapa do Seminário Intercultural com a Europa. 43 jovens brasileiros e 5 paraguaios partem para a Alemanha, onde junto aos jovens Europeus partilham suas experiências, refletem sobre a realidade de seus países e visitam experiências na Áustria, Romênia, Suíça, Hungria e Alemanha. O encontro dos delegados foi dia 28 de agosto e o seminário de 01 a 25 de setembro de 1999. Na oportunidade, também foram realizadas reuniões com entidades sobre projetos financeiros. (PJR, 2015, p. 84)

Após o ano 2000, a PJR se constrói como força social e reelabora o projeto a fundo perdido para a Comunidade Econômica Europeia, mas como esta não trabalha com pastorais, a PJR se apresenta como um movimento. No mês de maio é constituído o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), a partir de sua primeira luta e no mesmo mês a PJR participa de sua primeira mobilização nacional junto com os trabalhadores rurais articulados pela da Via Campesina. No final de janeiro de 2001 acontece o I Fórum Social Mundial (FSM), como contraposição ao Fórum Econômico de Davos, mostrando que um “outro mundo é possível” sem o neoliberalismo, e no Fórum é constituída a Via Campesina Brasil. Neste ano, constitui-se FETRAF/SUL como dissidência dos Rurais da CUT do sistema contaguiano (PJR, 2015).

Também acontece o primeiro Curso Massivo dos jovens rurais visando à formação de lutadores do povo de 23 a 27 de maio de 2001, realizado pela Via Campesina, no RS, em conjunto com outros movimentos sociais do campo (MPA, MAB, MST e MMTR) tendo a PJR como protagonista do mesmo. Em 7 de dezembro de 2001 é assassinado Fernando

Evangelista, militante da PJR que atuava no STR de Acajutiba, BA, manchando de sangue mártir mais um pedaço do chão brasileiro (PJR, 2015).

O ano de 2003 inicia com Lula presidente e uma nova expectativa de avanço do campo popular, mesmo sabendo que seria um “governo em disputa”. Neste ano acontece o Salão Nacional da Juventude Rural promovido pela CONTAG e o I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, promovido pela FETRAF/SUL. No ano de 2003 foi criada a Frente Parlamentar de Juventude e uma comissão destinada a acompanhar as políticas públicas de juventude e a elaboração da PEC da juventude, com apoio do Governo Federal num aceno de uma nova relação dos movimentos sociais com a gestão do Estado. Era uma resposta às pressões realizadas pela juventude brasileira.

Em 2004 acontece o primeiro encontro da Via Campesina sobre a Educação do Campo. Neste ano é fundada a FETRAF-Brasil, outra força no sindicalismo voltado para a agricultura familiar e as Pastorais Sociais iniciam a 4ª Semana Social Brasileira. Ainda em 2004 inicia com forte discussão a questão do crédito para os jovens do campo, onde pela primeira vez na história da República uma pauta da juventude camponesa foi entregue nas mãos do Presidente do país.

Na sequência, após a derrota do Plano Nacional da Reforma Agrária, inicia-se uma discussão no sentido do resgate da identidade camponesa e também pensar estratégias para a agricultura camponesa, como uma forma de pressionar o governo a discutir o tema do crédito para a juventude, o que deu origem a uma mobilização de ocupação da Delegacia do MDA em Porto Alegre. Novamente, pela primeira vez jovens camponeses de uma pastoral pressionaram o Governo Lula, governo que ajudaram a eleger (PJR, 2015).

Como resultado destas pressões, no final de junho de 2005 o Governo Federal, por sugestão de um grupo interministerial implementado em 2004, cria a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) onde a PJR tem acento, bem como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Sendo que a PJR se constitui cada vez mais como sujeito político, demandando por dentro dos ministérios as suas pautas e reivindicações.

Em fevereiro de 2006 aconteceu em São Gabriel/RS, a constituição do Levante Popular da Juventude e, no mesmo mês, foi feita uma parceria com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos com o intuito de fazer uma “Pesquisa sobre a Juventude e Direitos Humanos no Meio Rural”. Entre 23 e 27 de julho de 2006 acontece o II Congresso Nacional, em Brasília, com o tema “Juventude Camponesa na construção de um projeto Popular para o Brasil”, que culmina numa marcha pela cidade até a Praça dos Três Poderes e a entrega de

uma Carta-compromisso da Pastoral da Juventude Rural (27 de julho de 2006) ao presidente Lula. Em janeiro de 2007, a PJR aprova o seu primeiro projeto em parceria com o Governo Federal, via Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) (PJR, 2015).

Em agosto de 2008 aconteceu o I Encontro Nacional da Juventude Campo-Cidade, promovido pela Via Campesina. Em 2009 é publicado o livro “Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político” escrito por estudiosos que relatam uma pesquisa realizada (2006 a 2008). Em maio a Pastoral, a nível nacional, passou a ser articulada eletronicamente.

Em setembro de 2010 aconteceu o Plebiscito Popular em vista do limite da propriedade da terra no Brasil, no qual a PJR do Nordeste se envolveu para valer. Em março de 2011 aconteceu a campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida e a unificação desta com a campanha contra o extermínio da juventude, Nasce também o *blog*<sup>1</sup> da PJR. São novos tempos para a organização da juventude camponesa (PJR, 2015).

A partir de fevereiro de 2012 a PJR passou a participar, sempre que possível, das reuniões das Pastorais Sociais do Campo (CPT, CIMI, PJR, Cáritas, SPM, SPP). Em maio de 2012 participa do I Seminário Nacional da Juventude Rural e Políticas Públicas, em Brasília, promovido pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Entre 20 e 22 de agosto de 2012 participamos do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, em Brasília e em outubro de 2013 participou também da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Estas lutas travadas no período correspondem ao processo vivenciado pela PJR enquanto movimento social que se constrói e se apresenta ao coletivo dos jovens como ferramenta de luta dos camponeses. Sua história aborda tópicos importantes para os objetivos deste estudo, como a percepção de classe social, o empoderamento dos sujeitos, a base militante da Igreja Católica, a autonomia diante dos demais movimentos da classe trabalhadora e, principalmente, sua capacidade de participar da elaboração e implementação de políticas públicas e também construir críticas aos demais movimentos sociais e governos constituídos.

Estes elementos de construção de autonomia e identidade de movimento social são referenciados em categoria invisibilizada socialmente, conforme Weisheimer,

Esta “situação de invisibilidade” a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Nesse

---

<sup>1</sup> Disponibilizado no domínio: <[www.pastoraldajuventuderural-pjr.blogspot](http://www.pastoraldajuventuderural-pjr.blogspot)>.

contexto, a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles **permanecerem invisíveis** ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo **socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos**, dificilmente serão incluídos na agenda governamental. Até que essa inclusão ocorra, o que se tem são “Estados de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem os grupos de jovens rurais, sem chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas. O atual “Estado de coisas” implica negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para a juventude do meio rural. Esse segmento, sob muitos aspectos, não acessa nem usufrui do conjunto de direitos básicos que estruturam a condição de cidadão. Não é exagero dizer que os jovens rurais brasileiros não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não-reconhecimento, preconceitos, marginalidade e exclusão. (2005, p. 8, grifo nosso)

Então, enquanto invisibilizados e não reconhecidos, estes públicos não estão em pé de igualdade para as disputas e conflitos na sociedade como um todo. Apesar do processo de tomada de consciência e organização alcançados em seus movimentos sociais, a juventude e as mulheres são públicos que permanecem numa posição inferiorizada e silenciada.

### 3 MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO SUL DO AMAPÁ

Este capítulo apresenta elementos da trajetória dos movimentos sociais na Amazônia amapaense, com destaque para as vozes e percepções das lideranças do sul do estado do Amapá. Nestas páginas, evidencia-se o surgimento de um movimento social autônomo e inédito no cenário nacional, erigido por meio da luta pelas áreas protegidas, neste território extrativista.

#### 3.1 FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

Na realidade específica da Amazônia, a história da acumulação capitalista e da resistência campesina comporta especificidades próprias devido às características particulares dessa região. No século XX, as tentativas de integração da região amazônica trouxeram grandes empreendimentos públicos e privados que só fizeram piorar as condições de trabalhadores, seringueiros, extrativistas e agricultores amazônidas, aumentando a tensão e os conflitos existentes na região (FILOCREÃO, 2014).

A luta pela manutenção do direito de coletar, caçar, pescar e trabalhar em suas terras empodera os Povos da Floresta que criam, em Encontro Nacional no ano de 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros da Amazônia (CNS), hoje Conselho Nacional das Populações Extrativistas, conservando a mesma sigla CNS.

No bojo desse movimento, na comoção mundial provocada pelo assassinato do líder Chico Mendes (AC) em 1988, organismos nacionais e internacionais pressionaram o governo brasileiro, que foi obrigado a dar uma resposta oficializando a criação das Reservas Extrativistas em Decreto de 1990, o que garantiria as lutas históricas dos extrativistas, conforme afirma Filocreão:

Nesse processo histórico, se constituiu e vem se fortalecendo uma economia agroextrativista na região, onde a exploração agrícola através do cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão, associado à coleta de produtos como a castanha, o açai, resinas, cipós vem garantindo a sobrevivência de um contingente populacional significativo e garantindo a manutenção da floresta em pé nas unidades de uso especial que foram criadas (2014, p. 132).

As lutas campesinas na Amazônia se afirmam o campo e a floresta como espaços de produção material e simbólica, que guarda múltiplas formas de relacionamento com os recursos naturais os quais se dão por meio de atividades complexas e organizadas, do manejo

e associação de atividades adequadas a realidade local. Esta resistência é apontada por Caldart como:

os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas (2004, p. 152).

As resistências apresentadas por Caldart afirmam esta luta camponesa em chão amazônico, apresentando um novo modelo de desenvolvimento que tem marcado a trajetória recente dos movimentos sociais no país, a saber, a defesa da agroecologia, a soberania alimentar, a autonomia dos camponeses, políticas públicas e recursos públicos em coerência com estas bandeiras e pautas desta classe. Experiências e iniciativas sugerem que este é o caminho para os camponeses e para quem com eles se põem em luta pela justiça e sustentabilidade dos trabalhadores do campo e da cidade nos dias hodiernos.

### **3.1.1 Antecedentes históricos**

A história dos movimentos sociais no Amapá se constrói sobre as raízes do próprio desenvolvimento do Estado, que remonta ao mercantilismo que financiou a revolução comercial europeia, e subsequente revolução industrial. Esta acumulação mercantil ocorreu por meio da apropriação das riquezas e culturas ameríndias, as relações de trabalho escravistas impostas a negros oriundos do continente africano e expansão do domínio europeu sobre o mundo. Fizeram uso de congregações religiosas para domesticar e se beneficiar das primitivas práticas extrativistas, explorando os indígenas como mão de obra principal na obtenção das drogas do sertão que deram início à atividade mercantil dos mercadores e companhias comerciais das Coroas Europeias que garantiram uma fenomenal acumulação de capitais.

A autora Camilo (2003) apresenta a Construção da Fortaleza e de Macapá (1764-1782) como um símbolo desta relação, pois na efetivação deste projeto os Colonos dos Açores e os Militares são lembrados como os responsáveis pela Gestão das construções ao passo que os milhares de trabalhadores indígenas e africanos ficam relegados ao anonimato, mesmo sendo os braços que efetivamente “carregaram as pedras”. A escravidão não possibilitava vez nem voz na historiografia oficial, por isso a importância destas pesquisas para resgatar outras versões ainda não contadas.

No caso de Mazagão Velho, Boyer reflete a intensidade deste silenciamento e invisibilidade de sujeitos históricos não hegemônicos, e a consequência do não reconhecimento dos negros e indígenas como vítimas da colonização e escravização desemboca na negação de “políticas públicas para compensar e reparar os danos junto às vítimas da violência que se encontram por isso marginalizadas: os índios e os negros terão acesso a direitos diferenciados nas áreas da saúde, da educação e do território” (BOYER, 2008, p. 11).

Muito antes da chegada do colonizador, o processo de formação socioespacial amazônico é fruto das ações produtivas materiais e simbólicas de povos pré-colombianos que aqui viveram. Os locais que viriam a ser selecionados para a construção de fortificações, vilas e cidades dos invasores europeus seguiram a localização já adotada pelos indígenas para a construção de suas aldeias. A participação de seus primeiros habitantes na construção da espacialidade amazônica foi a diretriz que orientou os dominadores em sua empreitada nestas terras e águas e florestas.

O trabalho indígena foi responsável pela madeira, palha, fibras e resinas para a construção de barcos e casas utilizando fauna e flora nativas; a pesca e a caça (quando faltava o pescado parava a obra por falta de alimentos); no transporte de materiais pela navegação à remo (se adoecesse o remador parava a obra por falta de material); na agricultura onde “o senhor era o agricultor, o indígena trabalhava a terra” sendo que a farinha era a base da alimentação, o algodão desde a plantação até a fiação; as plantas medicinais, suas substâncias e usos no restabelecimento da saúde de toda a população entre outras (CAMILO, 2003, p. 124).

O amálgama da cultura afrodescendente com a religião do grupo dominante (europeus católicos) ocasionou, entre outros fatores, o silenciamento da presença indígena autóctone na hegemonia cultural amapaense. Ainda que a Coroa tenha forçado a cidadania indígena e incentivado a miscigenação com os colonos, Boyer reflete a permanência de um preconceito sobre esta população ao trazer falas como “Fico chocada dos paraenses verem a gente como índios. Ninguém quer ser índio. Os preconceitos do pessoal do Sul, a gente espera, mas não do pessoal do Norte. Somos todos nortistas” (BOYER, 2008, p. 22). Em consequência disto, os povos indígenas sofreram uma absorção pela miscigenação física com portugueses e pela cooptação cultural dos negros afrodescendentes, promovendo para a “indianidade” a subjugação “pela ‘brancura’ ou pela ‘negrura’, o retrato do país acabou saindo essencialmente em branco e preto” (Ibid, p. 23).

Esta ascendência se impõe ancorada em duas genealogias distintas reunidas pela história da colonização do Amapá: de um lado os portugueses, brancos, europeus, católicos, colonizadores e de outro os africanos, negros, escravizados, multiculturais e de universo religioso eclético e

multifacetado. Os portugueses como raça superior foram o padrão para a construção da nova sociedade, os africanos escravizados fizeram parte de toda a construção da nova cidade cuidando de todos os trabalhos, desde a construção de prédios civis e militares, retirada de pedras nas pedreiras, serrarias, na lavoura de subsistência e muito mais (BOYER, 2008).

A miscigenação desde o passado colonial se deu quando a coroa portuguesa decidiu pela emancipação dos indígenas para que se casassem com os colonos e produzissem a mistura que seria a saída para os constantes problemas de fugas dos escravos africanos. Como não fugiriam, se a realidade cotidiana nos trabalhos da Fortaleza era de esforço contínuo numa atividade insalubre, sujeitos a castigos físicos, com alimentação deficiente que era constituída até mesmo por comida estragada, elementos que produziram doença e morte (CAMILO, 2006).

Marin e Gomes (2003) apresentam riqueza de elementos sobre as reações indígenas e africanas por meio das fugas e mocambos nas áreas de Fronteira e diversas estratégias usadas pelos que fugiam da colonização e escravidão para construir outras lógicas de sobrevivência em liberdade. Estas práticas de solidariedade e recusa da dominação social levavam os insurgentes a transgredir os códigos coloniais, transpor os limites geopolíticos e ganhar certa autonomia.

Dentre os mocambos do Amapá na época, os mais conhecidos estavam localizados às margens do rio Araguari onde os fugitivos atravessavam matas, cachoeiras, florestas, rios, montanhas e igarapés e se instalavam num espaço bem apropriado para desenvolverem suas atividades com uma relativa segurança. Eram negros amocambados, escravos fugidos, libertos ou livres, também indígenas e outros setores sociais que criaram um espaço para contatos e cooperação com os sujeitos além limites nestas fronteiras em formação. Esta mistura de fugitivos, cativos nas plantações e soldados desertores de ambos os lados propiciava a troca de ideias e novas percepções redefiniam ou inventavam significados variados sobre escravidão, liberdade e colonização.

Este estudo afirma que os fugidos não ficaram “impassíveis ou boquiabertos com as decisões políticas que lhes poderiam ser benéficas” nem mesmo permaneceram isolados na imensidão da floresta amazônica, pois por meio de fluxos constantes foram tornando possível alguma proteção e autonomia, mesmo que precária e temporariamente (MARIN; GOMES, 2003).

Enquanto as leis aboliram toda e qualquer forma de escravidão dos índios (Séc. XVII), mas a “guerra justa” defensiva aplicar-se-ia em caso de “invasão dos estabelecimentos portugueses pelos índios ou quando estes impedissem a livre circulação de missionários e colonos” (MARIN; GOMES, 2003, p. 06). A modalidade de guerra justa ofensiva era admitida no caso de ameaça de ataque por parte dos índios. Estes acontecimentos estão vivos em nossa história recente, pois ainda hoje, no século XXI assistimos ao assassinato de

indígenas, quilombolas e posseiros legitimado pela acusação de “invadir” as propriedades dos fazendeiros em nossa triste herança colonial do latifúndio “assassino”.

Um dado sobre a dimensão econômica do Mocambo revela que “o trabalho da caça e das roças é mandado fazer pelo capataz, e logo que se recolhem com a dita caça, ou efeitos da roça ou vão levar à presença do dito, o qual faz a repartição por todos eles” (MARIN; GOMES, 2003, p.88). Esta base comunal com partilha equitativa seria um ingrediente muito interessante para ser pesquisado, pois revela um comportamento social específico que vai na contramão das relações hegemônicas do sistema escravagista e, posteriormente, capitalista.

Outro resgate interessante no estudo de Marin e Gomes (2003) que valoriza a experiência destes fugitivos aponta para um “cotidiano e a leitura deste eram essencialmente politizados”. Em meio às disputas coloniais entre Inglaterra e Holanda pelas Guianas, dizia-se, por exemplo, que alguns índios encontravam-se “influenciados por mulatos de Demerara”, parecendo “satisfeitos da obediência ao atual governo inglês na colônia”. Contatos e ideias transatlânticos que circulavam naquela conjuntura eram compartilhados tanto por negros como por índios. Povoações indígenas inteiras, por exemplo, cruzavam os territórios espanhóis em busca de refúgio” (Ibid, p.94). São fragmentos de uma inteligência e consciência coletiva que não encontramos na literatura regularmente, pois o discurso hegemônico oficial os caracteriza com carregadas tintas negativas e depreciativas.

Sobre a possibilidade dos cativos serem “contagiados” pelas “ideias de liberdade” advindas da Europa, através de comunicações com as colônias estrangeiras e os escravos viessem a articular uma grande revolta, Marin e Gomes (2003) afirmam que,

Os escravos não precisaram, necessariamente, de um suposto “ideário revolucionário” advindo da Europa ou do brado de abolicionistas estrangeiros para implementarem seus protestos. Pelo contrário, poderiam perceber, avaliar e reconfigurar esses momentos com significados próprios” (2003, p. 94).

Como que herdeiros destes rebeldes de outrora, nas reservas extrativistas estas populações vivem do extrativismo como estratégia diferenciada, fruto e espaço de luta dos movimentos sociais e sua atuação na construção do desenvolvimento desta região.

Estas comunidades e populações tradicionais continuam enfrentando o projeto “civilizador” das elites que dominam/maltratam/matam, por meio da luta pela sustentabilidade e defesa dos biomas, dos ciclos de água e energia, da vida de outras espécies vegetais e animais e daqueles que ainda vão nascer.

Não são os atrasados e preguiçosos da literatura de Monteiro Lobato (Jeca Tatu). São os herdeiros da vida e da liberdade, que não se curvam diante do poder das elites e ousam levantar a cabeça, quebrar os grilhões e instaurar outras formas de trabalhar, viver e construir seus sonhos.

Estas populações se desenvolveram sem chamar a atenção nem do centro do país nem internacional até o aumento do uso da borracha a nível industrial, quando os olhares externos voltaram-se outra vez para a região e grande número de migrantes nordestinos veio para a Amazônia atrás da riqueza que escorria pelas seringueiras, mas, mais uma vez o sonho de uma vida melhor foi transformado na vida de semiescravidão no meio da floresta dos muitos migrantes, impostas a partir das relações de trabalho do sistema de aviamento (SANTOS; FILOCREÃO, 2012).

As lutas camponesas na Amazônia se revestem de dramaticidade e barbárie nos anos 1990 em consequência da ação orquestrada da burguesia internacional e nacional aliada aos governos e suas políticas de expansão das fronteiras sobre as populações tradicionais desta porção do país, redundando em conflitos e embates que vitimaram milhares de lideranças dos movimentos sociais da Amazônia no período (CPT, 2015, p. 85). Os massacres de Corumbiara e Eldorado do Carajás mancharam a história destas lutas com sangue de dezenas de trabalhadores assassinados pela repressão violenta do Estado brasileiro.

Uma realidade específica da situação dos movimentos sociais na Amazônia está situada na região do Bico do Papagaio, área localizada na divisa dos Estados do Tocantins, Maranhão e Pará. Segundo Chaves (2015), esta tem concentrado a maioria dos conflitos e violências relacionadas a disputa pela terra e território dentro do cenário amazônico nos últimos anos, representando a barbárie do avanço do agronegócio sobre os trabalhadores que historicamente ocupam a região.

Os grupos indígenas e organizações sindicais (CONTAG) em todos os Estados da Amazônia legal, o MST no Estado do Pará e o CNS no Acre e no Amapá são os representantes de maior visibilidade entre os movimentos sociais na Amazônia.

Na atualidade, a luta das populações tradicionais se mantém, pois, a cultura atual insiste na lógica de considerar o Campo e/ou a Floresta como espaço do atraso e não como fecundo para o desenvolvimento sustentável. É a disputa conceitual, ideológica e política que necessita do contraponto aos pacotes tecnológicos ditos “modernos”, que padronizam a produção, mas não distribuem equanimemente os frutos do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Na Amazônia Amapaense, os efeitos da economia da borracha foram visíveis no Vale do Jarí, através do coronelismo praticado por José Júlio de Andrade, que chegou no Jarí em

1882 construiu um poder de coerção física, econômica e pessoal a partir da extração e exportação de produtos amazônicos como: castanha, copaíba, borracha, balata e outros, conseguindo se tornar um dos maiores latifundiários do mundo, com posse de mais de três milhões de hectares de terras. Com a borracha, em termos geopolíticos, tem início a intervenção norte-americana na Amazônia e, também na América do Sul (GOMES, 1999).

A economia da área que corresponde ao sul do Amapá caracterizava-se pela extração da borracha, da castanha, do pau-rosa, da madeira, das sementes oleaginosas, pela exploração das minas de ouro e pela criação de gado, cujo mercado consumidor destes produtos se encontrava em Belém ou Caiena.

A criação do Território Federal do Amapá (1943) se justificou na ideologia da "defesa nacional", no contexto da Segunda Guerra Mundial visando proteger a fronteira brasileira com a vinda de uma leva de políticas públicas na tentativa de completar a ocupação, defesa e integração.

O desenvolvimento do território recém-criado foi delegado a grandes projetos que se instalaram devido ao interesse político de grupos econômicos externos, nacionais e internacionais, por grandes empréstimos realizados pelo Governo Militar junto aos credores internacionais que possibilitaram investimentos que culminaram em melhoria das infraestruturas básicas (transporte, energia, urbanização, educação e outras) (PORTO, 2002).

A instalação do Território se deu sob a tutela direta da União e esta característica centralizadora produziu uma realidade de difícil gestão, pois a autonomia, a competência e a burocracia foram pensadas desde o Governo Federal, sem a participação da comunidade local, o que resultou numa série de dificuldades para a estruturação da autogestão, do planejamento racional e das políticas públicas centradas em princípios como a participação e o controle social.

O Projeto da ICOMI (1953), o Projeto JARI (1967) e o Projeto Calha Norte (1982) fizeram grandes investimentos em infraestruturas, sobretudo, nos segmentos dos transportes, energia, comunicação e urbanização. Também foram feitos investimentos e políticas de desenvolvimento regional, como o estabelecimento do Amapá como um dos polos de desenvolvimento da Amazônia, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) contribuíram para configurar esta formação socioespacial na segunda metade do século XX.

A exploração e exportação do manganês no Amapá, no período de 1957 a 1997, foi realizada pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), alavancou a economia do Território e a implantação de infraestruturas locais como estrada de ferro, porto, rodovias e uma usina hidrelétrica. Os recursos tiveram forte participação do Estado, via incentivos fiscais e

aquisição de financiamento externo e o impacto deste grande empreendimento se fez sentir em vários municípios e deixou marcas que ainda estão presentes (PORTO, 2002).

Outros investimentos também fizeram parte desta formação do Território do Amapá: 1) O Grupo CAEMI (1968) instalou em Santana a BRUMASA, um empreendimento para fabricação de compensados a partir da extração da espécie vegetal virola; 2) A Empresa Caulim da Amazônia S/A (CADAM) (1974), foi criada para a exploração da mina nas margens do rio Jari, o processo de lavra no município de Mazagão e responde por mais de 30% da produção brasileira de caulim beneficiado e a segunda maior produção do país; 3) Na década de 1980, as empresas de mineração Novo Astro Sociedade Anônima (1983) e Mineração Yukio Yoshidome Sociedade Anônima (MYRSA) fizeram a exploração de ouro secundário na região de Lourenço, no município de Calçoene, entre 1983 e 1995, extraindo mais de 20 toneladas nesse período; 4) O Complexo Industrial do Jari (1980) para extração de celulose no extremo sul do território (AMORIM, 2016).

A análise que se faz necessária sobre estes investimentos no Território Federal do Amapá aponta para a tendência de concentração com consequentes efeitos cumulativos. Os aparelhos de suporte dos empreendimentos no perfil de monopólios culminaram na concentração das infraestruturas, impactando em polarização econômica e desequilíbrio demográfico, pois o Estado não disseminou os equipamentos de natureza social de forma equitativa em todo o território, não produzindo dispersão de recursos e investimentos como energia, estradas, escolas e hospitais (SANTOS, 2010).

Esta tendência brasileira de dispor dos recursos e investimentos públicos com foco em grandes empreendimentos em espaços singulares atende a uma espécie de mito de crescimento econômico que só beneficia as empresas e os monopólios. Nesta simbiose entre o Estado e os donos do capital, a difusão geográfica e social do crescimento econômico deixa de ser gerada, acabando por difundir a pobreza por todo o território e a concentração de renda e desenvolvimento em pontos ou polos de crescimento econômico (SANTOS, 2010).

Esta estruturação e reprodução do capitalismo produz desenvolvimento desigual e faz surgir ilhas espaciais de acumulação do capital num iníquo processo de polarização. Esta hierarquia e centralidade refletem em estruturas de dominação embasadas em desenhos assimétricos e irreversíveis, pois são retroalimentados por novos investimentos em capital fixo concentrados naquela área central. Daí segue o ciclo marcado por forças aglomerativas que se apropriam de economias de escala, de proximidade e exclusão dos meios de consumo coletivo nos espaços e núcleos urbanos centrais.

A organização espacial do Amapá, até 1990 esteve voltada para atender interesses hegemônicos externos à região, europeus, estadunidenses, do sudeste brasileiro, o que se

reflete nos sistemas de engenharia alocados pelo poder público ou por consórcios e arranjos econômicos de grupos privados nas áreas de energia, comunicação, transportes, estrutura urbana e serviços públicos como saúde e educação.

O cenário pré-estadualização é vivido na década de 1980, quando a Amazônia é elevada nos debates internacionais, principalmente devido ao seu uso e ocupação desordenada, com impacto negativo na questão ambiental. Surge então com força o debate acerca do desenvolvimento sustentável: 1) a resistência das populações tradicionais em luta por seus territórios e identidades; 2) aumento da pressão ambientalista nacional e internacional contra a devastação dos recursos naturais; 3) o esgotamento do modelo de empréstimos internacionais e a crise do Estado brasileiro; 4) a resposta do governo brasileiro as pressões e criação do Ministério do Meio Ambiente (1993) e de uma política ambiental. Este embalo por sustentabilidade fomenta também a criação do projeto Calha Norte (1985), a demarcação das terras indígenas e a criação de unidades de conservação.

Estes são os marcos que fundam a tomada de decisão do intervalo temporal deste estudo (1990-2016). Sobre a história do Amapá, sua formação até os anos 1990 temos acesso a muitos estudos, dissertações, teses e publicações de todas as áreas do conhecimento. Já os eventos pós-1990 são pouco conhecidos e estudados.

### 3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUL DO AMAPÁ

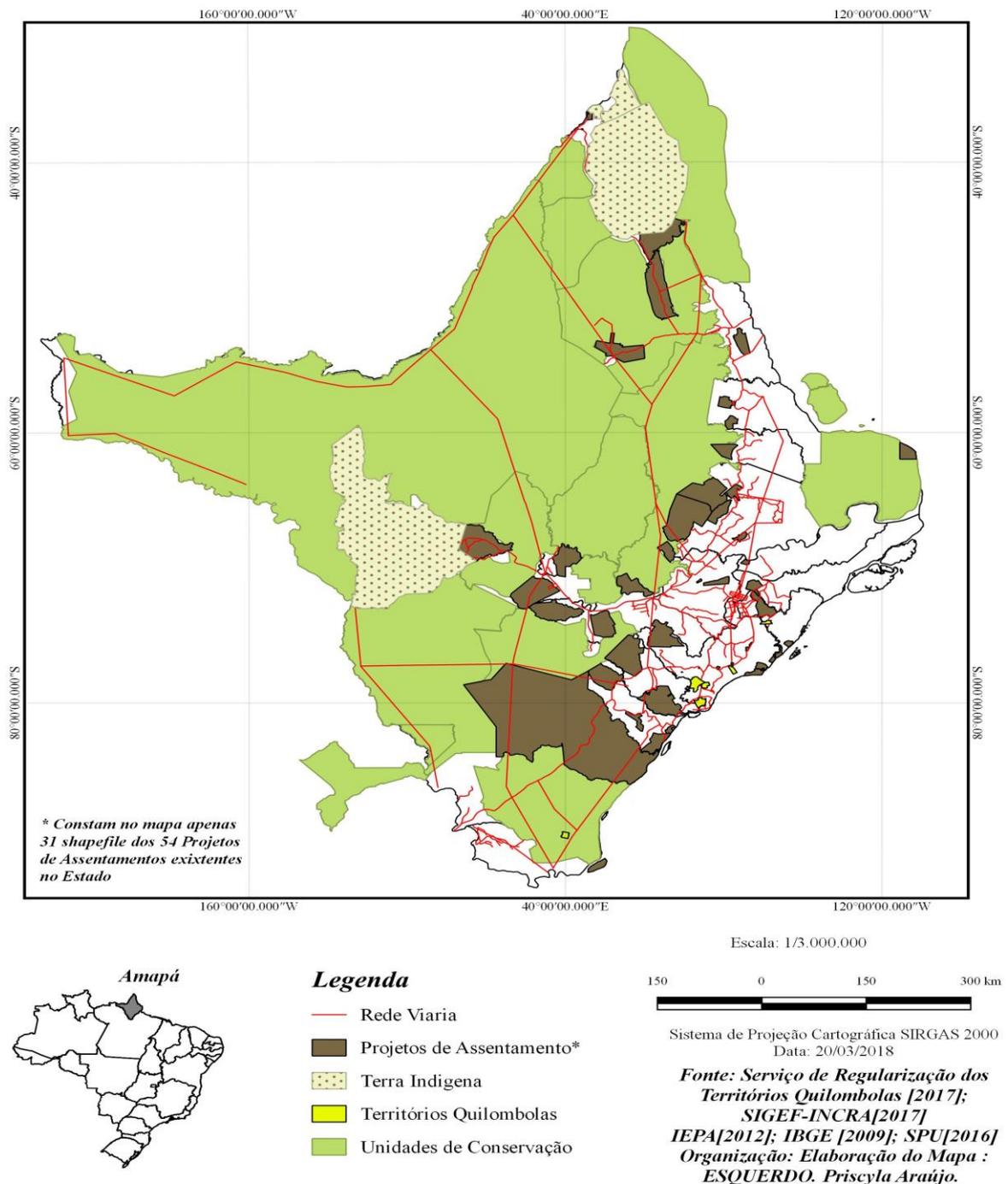
A política nacional é pressionada por uma conjuntura social que exige a volta da democracia e o fim da ditadura militar que culmina em eleições em 1985, e uma Assembleia Constituinte que promulga uma nova Constituição Federal em 1988, configura também o momento de criação do Estado do Amapá. Situado na Amazônia Oriental, limita-se ao sul (pelo rio Amazonas) e a oeste (pelo rio Jari) com o Estado do Pará, a leste com o Oceano Atlântico, ao norte com a Guiana Francesa (pelo rio Oiapoque e Serra do Tumucumaque) e a Noroeste com Suriname (pela Serra do Tumucumaque). Possui 1.691 km de fronteira nacional e 707 km de estrangeira. É atravessado pela linha do Equador e ocupa uma área de 143.453,7 Km<sup>2</sup>, que corresponde a 3,71% da Região Norte e 1,68% da área nacional (PORTO, 2002).

Com a autonomia proporcionada pela estadualização, o Amapá passa a elaborar seus próprios planos de desenvolvimento. Em 1990 houve a primeira eleição geral de sua história, quando os amapaenses elegeram governador, deputados estaduais constituintes, deputados federais e senadores. Desde então, foram vários programas de governo implantados, com muitas consequências na vida dos extrativistas no sul do Estado.

### 3.2.1 Luta pelas áreas protegidas

As lutas dos camponeses da Amazônia amapaense constituíram uma situação muito específica em relação à proteção ambiental, pois 73,8% do território amapaense é formado por áreas protegidas, conforme mostra o Mapa 1.

**Mapa 1 - Áreas Protegidas do Estado do Amapá em 2017**

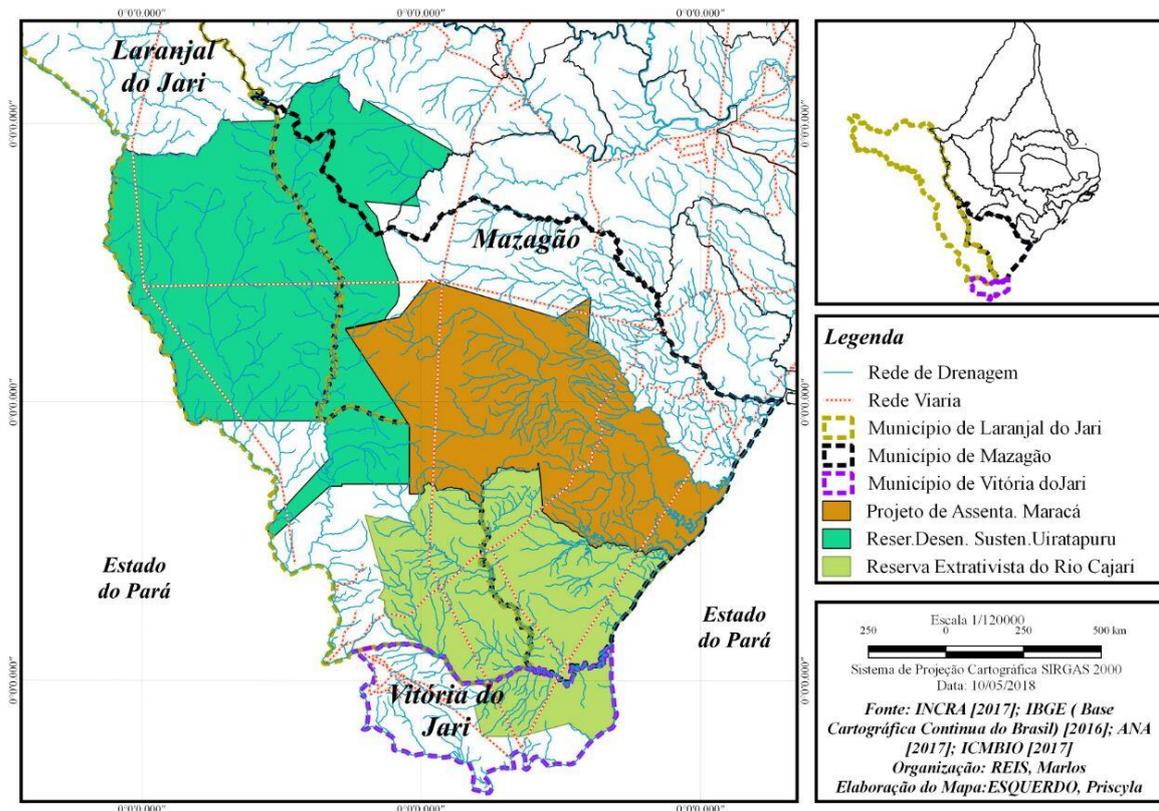


Fonte: Esquerdo, P. A. (2017).

São Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Ambientais, Assentamentos de Reforma Agrária, Terras de Remanescentes de Quilombos e outras denominações de gestão federal, estadual ou municipal compõe a diversidade de formas e modelos de gestão e manejo dos recursos com proteção a um patrimônio de inestimável valor. O Mapa 1 apresenta esta conformação territorial que abarca uma área que não encontra comparativo em outra unidade da federação no tocante a percentagem da área protegida sobre o total da área do estado do Amapá.

Dentre as diversas Unidades de Conservação que compõe as áreas protegidas do Estado do Amapá, o foco deste estudo está na região sul do estado onde se situam três parcelas do território com identidades diferenciadas. São elas o Projeto de Assentamento do Maracá (PAE Maracá), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uiratapuru (RDS Uiratapuru) e a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX Cajari), conforme o Mapa 2.

**Mapa 2 – Áreas Protegidas no Sul do Estado do Amapá em 2017**



Fonte: Esquerdo, P.A. (2017).

Mesmo com a institucionalização destas áreas como terra protegida não se garante a segurança de suas populações tradicionais, pois a violência tem aumentado nos últimos anos,

registrando apenas no ano de 2015 um total de 64 conflitos envolvendo 1.908 famílias do meio rural do Amapá segundo a publicação da CPT (2015) intitulada “Conflitos no Campo”. São ameaças, expulsões e violências de todo tipo contra lideranças extrativistas, quilombolas, indígenas e outros tantos.

### 3.3 O MOVIMENTO SOCIAL DOS EXTRATIVISTAS NO SUL DO AMAPÁ: CNS

As reflexões acerca da luta de classes dos extrativistas por seu território se assenta sobre as informações oriundas da base empírica produzida no decorrer do processo de entrevistas junto aos sujeitos da pesquisa. A história do Movimento Social do Campo se materializa com os camponeses extrativistas que instauram suas lutas e organizações neste território específico, as áreas protegidas no sul do Estado do Amapá.

Para responder ao objetivo deste estudo, em sintonia com o método elegido, se retomam os objetivos específicos frente às vozes dos sujeitos pesquisados e sobre o alicerce epistêmico das categorias e conceitos assumidos diante da base bibliográfica que embasa esta reflexão.

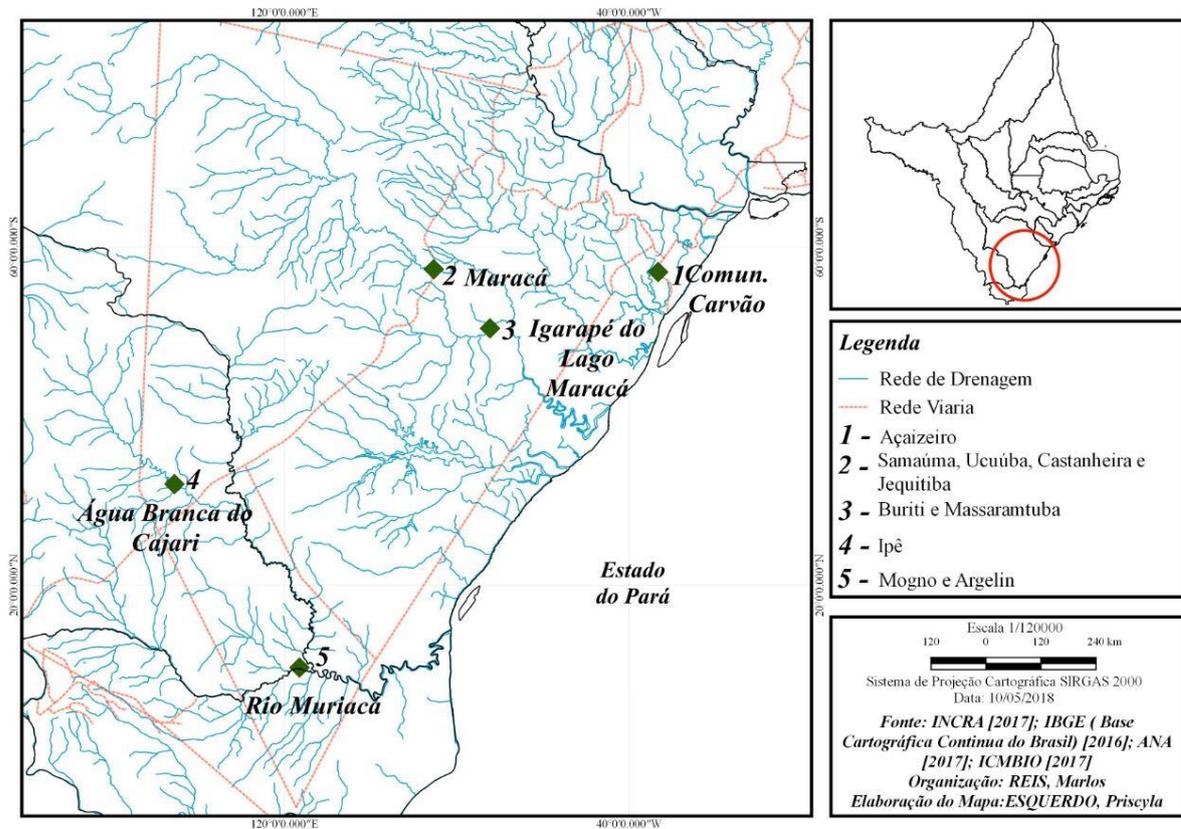
Esta aproximação se deu ao longo dos últimos quatro anos após o autor assumir concurso público na UNIFAP – Campus Mazagão e iniciar sua atividade profissional nesta região. Foram muitas conversas com as lideranças dos movimentos sociais, participação em reuniões, visitas às áreas protegidas e trabalho intenso de extensão e pesquisa.

Após o ingresso no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) da UNIFAP, este contato foi estreitado e se iniciaram em julho de 2017 as entrevistas visando alicerçar este estudo.

As entrevistadas foram realizadas no período de julho/2017 a janeiro/2018 com dez lideranças ligadas ao CNS e outras organizações sociais das comunidades, com representantes da Nacional, dos setores do Estado (juventude e mulheres), das associações e comunidades. Foram entrevistados seis representantes adultos e quatro jovens, em consonância com os objetivos do estudo, assim como duas representantes mulheres, sendo uma jovem e uma adulta.

Como as falas dos sujeitos da pesquisa envolvem situações vividas, conflitos e, até mesmo processos judiciais e criminais, seus nomes serão substituídos por pseudônimos para proteger suas identidades e integridades. Seus nomes foram substituídos por árvores da Amazônia, símbolos de resistência e risco de extinção: Açaizeiro, Angelim, Buriti, Castanheira, Ipê, Jequitibá, Massaranduba, Mogno, Samaúma e Ucuúba, conforme apresenta o Mapa 3.

**Mapa 3 – Localização das Comunidades das Lideranças Entrevistadas (2017-2018)**



Fonte: Esquerdo, P. A. (2018).

As comunidades do Carvão, Maracá e Igarapé do Lago Maracá ficam no município de Mazagão, sendo que a Água Branca do Cajari pertence à Laranjal do Jari, enquanto a comunidade de Santa Rita, no Rio Muriacá, é território de Vitória do Jari, os três municípios que compõem a região sul do Estado.

As lideranças Ipê e Angelim fizeram parte de toda a luta de organização dos extrativistas desta região desde a década de 1970 e protagonizaram as etapas de mobilização, conquista e gestão das estruturas sociais, tendo lutado ao lado de Chico Mendes e viajado pelo Brasil e pelo Amapá neste processo organizativo da categoria. Suas falas retratam a memória histórica de antes e durante o período investigado (1990 - 2016).

Os líderes Açazeiro, Buriti e Mogno representam a segunda geração de lideranças e atuam desde os anos 1990, sendo herdeiros dos pioneiros e estão hoje coordenando o CNS e as associações de suas comunidades. Vivenciaram a conquista dos pais e trabalham a três décadas na gestão das organizações e movimentos sociais.

Já as lideranças Samaúma, Ucuúba, Castanheira, Jequitibá e Massaranduba são jovens que estão atuando no período recente, tendo assumido cargos de coordenação nos últimos 05 anos, em virtude de sua pouca idade.

Com estes representantes, o estudo levantou elementos estruturantes da organização social dos extrativistas do sul do Amapá, alicerçado nas vivências das comunidades dos três municípios que compõem a região sul e entrelaçando as percepções de três gerações de lideranças que protagonizaram as lutas deste movimento social.

Este estudo parte do contexto dos movimentos sociais no campo brasileiro, desde suas raízes históricas produzidas pela colonização escravocrata, monocultora e centrada na grande propriedade até os anos recentes, seus principais protagonistas e características. A aproximação teórica da formação do movimento social no sul do Amapá e o olhar empírico embasado na pesquisa realizada apontam para similaridades e também estranhamentos se comparados ao cenário nacional.

A Amazônia amapaense foi inserida na divisão internacional do trabalho como região estratégica de fornecimento de matérias primas animais, vegetais e minerais que pautaram a exploração capitalista em grandes projetos de extração de suas riquezas numa aliança do Estado com a elite capitalista nacional e internacional.

O sul do Amapá foi território de disputa desigual entre os trabalhadores e os grandes proprietários, inicialmente com o domínio do Coronel José Júlio e, posteriormente da empresa Jari, fato que foi relatado pelos sujeitos da pesquisa como as que seguem

*Quando a gente faz a leitura do que foi a conquista da Reserva Cajari, então a gente começa a entender o enfrentamento do pequeno contra o grande, do camponês, do extrativista, do agricultor contra o grande capital. O meio em que a gente está, ele vive em permanente disputa e de uma forma muito desigual porque a estrutura do Estado lá atrás, ela já desenhou a favor do grande capital isso tudo, então a gente sai atrasado no processo. Então o que a gente faz hoje, criar o movimento de resistência para recuperar aquilo que o Estado já organizou para atender a outros interesses. A Reserva Cajari espelha muito bem isso. A briga foi contra quem? Com a Jari, onde o presidente da república chegou a vir jantar com o dono da empresa, onde a estrutura do Estado serviu para estruturar esta empresa. Foi contra as grandes empresas dos grupos madeireiros, muitos deles ligados ao mercado internacional, aí você tem a Brumasa, Madesa, Banacoba, empresa que o capital delas não era nem capital nacional, esse retrato do que foi a luta da reserva aqui. A vida tudo é uma disputa e a gente já disputa por uma coisa que já está estruturada pelo interesse do grande capital e não o nosso. A nossa luta já é desigual por uma questão de origem, da estrutura do Estado (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>2</sup>*

*Eu tenho esse pensar comigo que nós temos vários desafios aí, a burocracia é muito grande, a questão política que envolve é muito grande, a gente vê que o sistema político, o sistema governamental não é amigo de trabalhador rural, embora a gente tenha amigos lá, só os grandes, cara, se a gente não procurar descobrir qual é os nossos direitos e não lutar com conhecimento nós vamos passar anos e anos e vamos continuar do jeito que estamos (MOGNO, 2017).<sup>3</sup>*

<sup>2</sup> Entrevista concedida em 26 de julho de 2017.

<sup>3</sup> Entrevista concedida em 04 de Dezembro de 2017.

*O finado José Valente nos comprou com toda a nossa família dentro destas terras, falsificaram documentação e nos compraram, a minha avó tinha um cafezal e eles destruíram tudo, e a minha mãe calada, meu pai calado, todos calados porque não tinham estudo, não tinham conhecimento do seu direito (BURITI, 2017)<sup>4</sup>.*

A percepção que emana das falas denota uma consciência de classe alicerçada na leitura crítica da história e do próprio processo de envolvimento na luta de organização e enfrentamento assumida pelo movimento social. Em consonância com Gohn (2010), os camponeses percebem o Estado, o capital internacional, as empresas e os fazendeiros locais como inimigos, adversários que operam em conluio com falsificações de documentos, numa aliança que vem desde a estruturação do Estado nacional.

O movimento social do sul do Amapá tem claro quem são seus adversários, percebe que eles estão em uma luta desigual para recuperar algo que lhes foi tirado de forma violenta e injusta, conforme as falas seguintes:

*Nós estamos aqui numa área onde a predominância era inteiramente da Jari, a atuação da Jari aqui era muito pesada mesmo, eles se diziam donos, a gente não tinha liberdade para nada, até a casa para fazer era um sacrifício, tinha os seguranças aí direto, olhando, verificando, enfim, foi uma vida muito sofrida nessa época, teve muitas dificuldades, com a Resex recém-criada isso gerou uma revolução, foi uma luta travada muito grande mesmo, foi uma situação muito crítica (MOGNO, 2017).<sup>5</sup>*

*Com a situação da Reserva, no meu ver melhorou muito aqui, até porque antes todo mundo era privado aqui, ninguém tinha liberdade para vender a produção da gente para quem quisesse, para quem desse mais, éramos sujeitados a entregar para o “seu fulano” por aquilo que ele bem quisesse pagar ou trocar, no caso.[...] Depois da Reserva a gente não tem liberdade de uma forma que a gente gostaria, mas, por outro lado foi bom, até porque não existe aquela invasão do “seu fulano”, do poderoso, do que tem dinheiro entrar aqui e fazer o que bem quiser (IPÊ, 2017).<sup>6</sup>*

*O que me levou a entrar no movimento social foi quando eu via a forma que meu pai era tratado pelos patrões. Na época eu já sabia ler, mas eu não podia falar nada, meu pai comprava um objeto por um valor, eles diziam que era um valor e eu percebia que estava sendo anotado outro valor, mas eu não podia dizer nada porque eu seria repreendido pelo patrão, como meu pai, pois meu pai dependia do patrão, isso doía muito dentro de mim. Na verdade era uma questão muito caótica a exploração, eram explorados os nossos pais que não tinham o direito de dizer quanto era o valor da produção, mas sim era o patrão que dizia quanto dava e também era o patrão que dizia se dava para vender, se ele dissesse que não dava tinha que esperar, e a minha realidade, o que eu sofria, foi identificado que todo mundo estava sofrendo, todos estavam passando por isso, não era só o meu pai e sim todas as famílias (ANGELIM, 2017).<sup>7</sup>*

*Em 1981 tinha muito assalto aqui na orla do Rio Amazonas, da castanha, o pessoal tocava fogo em casas aqui para cima, o papai tinha que tirar a castanha que era o sustento da nossa família, esconder no mato porque os jagunços entravam aqui e*

<sup>4</sup> Entrevista concedida em 05 de Dezembro de 2017.

<sup>5</sup> Entrevista concedida em 04 de Dezembro de 2017.

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 02 de Dezembro de 2017.

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

*quem tivesse castanha eles batiam, tomavam tudo, levavam. O meu pai fazia paiol para esconder esta castanha para nos alimentar, mas se pegassem ele com essa castanha, lhe batiam, levavam preso, a polícia vinha e prendia, estavam assaltando aqui nas margens do Maracá, do Cajari e do Jari, tinham jagunços por aí, pistoleiros corriam atrás (BURITI, 2018).<sup>8</sup>*

As violências descritas pelos trabalhadores iam desde a restrição da liberdade de construir suas casas e comercializar seus produtos, os valores eram determinados unilateralmente pelos patrões numa relação de submissão, exploração, falsificação de valores, casas eram incendiadas, espancamentos, assaltos, roubo das produções, perseguições e prisões. Os inimigos dos camponeses eram identificados como os donos da Jari e seus seguranças, o “seu fulano”, o poderoso, o que tem dinheiro, os patrões com seus jagunços, pistoleiros e a própria polícia a serviço dos poderosos. São modos de manter o poder pela violência muito utilizados no chamado coronelismo e no aviamento, práticas comuns nos anos 1980 e 1990 no sul do Amapá (FILOCREÃO, 2014).

Com a consciência de que todos estavam passando por isso, veio também a organização e a luta do movimento social para enfrentar os adversários e conquistar a posse do território, pois os extrativistas estavam nestas terras desde séculos de ocupação mas não dispunham de autonomia para gerir suas próprias tomadas de decisões, fato referenciado na constituição de novos sujeitos históricos, que conforme Vieira (1999) se dá na elaboração de uma “consciência crítica das desigualdades sofridas e das necessidades compartilhadas pelos membros do grupo que vivem uma história em comum” donde emergem os valores “identidade”, “autonomia” e “emancipação”.

Partindo destas características próprias da luta de classes no sul do Amapá, se constata similaridade com o movimento social das demais regiões brasileiras, pois o inimigo comum e as práticas violentas foram experimentados pelos camponeses em todo o território nacional, como uma dimensão que unifica a classe trabalhadora no campo brasileiro e suas lutas de resistência por terra, trabalho e autodeterminação.

A oposição ao coronelismo também foi vivenciada pelos camponeses nas diversas regiões do país, com pequenas variações de matizes, ao passo que o aviamento seria uma relação encontrada de forma mais clara na estruturação da região amazônica, o que apresenta uma nuance diferenciada na experiência do movimento social no sul do Amapá (FILOCREÃO, 2014).

Como os camponeses da região amazônica praticam agricultura de subsistência e obtém do extrativismo a maior quantidade de elementos necessários para sua reprodução material e cultural, sua organização social também apresenta um modo de ser que difere das demais

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

regiões brasileiras, corroborando as palavras de Marx (2009) que define a identidade, o como eles são realmente, a partir de como agem, como produzem materialmente, como trabalham em determinadas condições materiais que muitas vezes não dependem da sua vontade.

O sul do Amapá tem sua origem e identidade centrada nas áreas protegidas e nas lutas dos camponeses extrativistas. Esta característica produziu nos movimentos sociais no sul do Amapá um caráter extrativista, que o aproximou das lutas dos seringueiros do Acre e o distanciou dos demais movimentos sociais do cenário brasileiro.

A gênese deste movimento aponta para a atuação da Igreja Católica, a organização em um Sindicato unificado em todo o Território do Amapá (SINTRA) como embriões da organização do CNS como movimento social dos extrativistas do sul do Amapá. A Igreja Católica, por meio da CPT e o SINTRA tiveram atuação em todos os municípios do então Território e hoje Estado do Amapá, mas o CNS teve sua atuação orgânica no sul do Estado, em virtude da preponderância dos extrativistas e da conquista de suas áreas protegidas.

Os sujeitos entrevistados manifestaram diversos elementos que corroboram com esta organização do movimento social no sul do Amapá em sua gênese extrativista. A importância da Igreja Católica como espaço de formação de lideranças é apresentada nas falas a seguir:

*Todo esse trabalho de base, a Igreja foi muito forte nesse processo e aqui naquele momento começou-se pelo Estado, no período do regime (militar), a Igreja fazendo todo o trabalho de organização de base, que ajuda na formação dos sindicatos, das organizações, o movimento dos grupos de jovens, a criação do partido (PT), as coisas vão acontecendo todas de uma forma muito articulada, em 1981, acontece a primeira articulação aqui no Estado pelas Escolas Família, ao mesmo tempo que houve a formação das Comunidades Eclesiais de Base, o movimento dos jovens, na Igreja Católica.[...] O movimento de jovens teve um trabalho fundamental, ali foi a base, pela conjuntura da época que o sistema era patriarcal muito forte, mas é central na nossa vida, para mim e para muitos outros, esse foi um momento fundamental onde a Igreja Católica nos anos 70 e 80 cumpriu um papel na vida da minha geração que foi muito importante (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>9</sup>*

*Eu não tive acesso a escola, não estudei. O pouquinho que eu aprendi, parte da minha educação vem da comunidade, da igreja, do dia-a-dia, aprendi ler e escrever, e fui aprendendo a ver as coisas, sempre participei da comunidade (MOGNO, 2017).<sup>10</sup>*

*A partir daí é que vieram algumas oportunidades, os movimentos sociais, as Comunidades Eclesiais de Base, a partir dos padres e das comunidades começaram o movimento sindical, foi o tempo que começou as discussões deles, eu comecei a ingressar juntamente com o movimento sindical, eu fui um dos articuladores e mobilizadores para a formação dos sindicato (ANGELIM, 2017).<sup>11</sup>*

*A Igreja, o movimento social cresceu bastante, a gente foi vendo que sem organização a gente não podia vencer o poder aquisitivo, o poder concentrado em quem tem o*

<sup>9</sup> Entrevista concedida em 26 de julho de 2017.

<sup>10</sup> Entrevista concedida em 04 de dezembro de 2017.

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

*dinheiro e a maioria fica para baixo. Quando eu pude a partir da palavra de Deus, lendo a Bíblia, participando de encontros, o CNS promovendo os encontros, o sindicato rural também aí eu fui me envolvendo nisso (BURITI, 2018).<sup>12</sup>*

A Igreja Católica é apontada em todas as entrevistas como espaço de formação e organização das comunidades, dos trabalhadores, movimentos sindicais e sociais. Apesar de ter cumprido um papel histórico de contradição onde ora apoiava a colonização europeia catequizando os indígenas e abençoando a escravidão dos africanos, ora se rebelava contra os maltratos e se colocava do lado dos oprimidos, sua atuação durante a ditadura militar foi muito importante para a resistência e luta pela retomada da democracia e fim do regime de exceção.

As falas dos sujeitos entrevistados apontam para a atuação dos padres católicos no trabalho de organização de base com as CEB's, por meio dos estudos bíblicos na perspectiva crítica da Teologia da Libertação que possibilitaram formação e tomada de consciência das lideranças e toda comunidade. Numa fala sobre a atuação recente da Igreja

*Eu vejo que a igreja é um dos caminhos para voltar para a base, trabalhar a juventude, trabalhar as mulheres, entendeu. Tivemos uma reunião com o bispo e ele dizia que a Igreja católica tem que ir pro movimento, a igreja tem que trabalhar o movimento social, tem que trabalhar a economia solidária, a igreja tem que deixar de ser assistencialista e fazer com que as pessoas que tão lá no assentamento possam buscar um meio de vida e ter uma qualidade de vida mais digna, eu vejo que a igreja hoje tá fazendo um pouco por onde, começando pela criação dessa coordenação de povos e comunidades tradicionais que justamente isso é pra estar mais próximo vendo a demanda da comunidade, da base da igreja e pra estar levando também (UCUÚBA, 2017).<sup>13</sup>*

Esta atuação é considerada decisiva para a estruturação do movimento sindical, movimento social e do próprio CNS, ao ponto de se confundir a formação e os encontros promovidos pela pastoral, o sindicato e o CNS nas comunidades.

Em uma relação dialética, além da Igreja Católica o movimento sindical também é apontado com ênfase nesta gênese do movimento social no sul do Amapá, conforme as falas que seguem

*Porque que começou a organização dos trabalhadores pelas pontas, pelos agricultores, porque aqui tinha o governo ditatorial, pela cidade a coisa era mais fácil de haver a interrupção do trabalho, espancamento, prisão, estas coisas, e nas comunidades rurais não. No início dos anos 80 houve um papel fundamental do sindicato do Estado do Amapá, o meu pai completamente envolvido com este trabalho do sindicato, a minha família totalmente envolvida, o sindicato cumpriu um papel fundamental na organização dos trabalhadores deste Estado, era um sindicato para o Estado todo, porque primeiro lá atrás nasceu a SOCEAP que era a Associação dos*

<sup>12</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

<sup>13</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

*Agricultores do Estado do Amapá, era uma associação do Estado. Depois nasce o sindicato e o sindicato também nasce para o Estado todo (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>14</sup>*

*Fundação do sindicato no ex-Território do Amapá, seria um único sindicato para todo o território, não seria um por município, ao decorrer do tempo é que foi desmembrado (ANGELIM, 2017).<sup>15</sup>*

*Ele criou uma força muito grande, o sindicato rural começou a atuar muito forte na organização das comunidades. O Sindicato rural denunciou para o Governador Barcelos e a polícia veio e identificou (violência dos jagunços sobre os extrativistas) e a partir daí se fez a luta para a organização do Assentamento, o segundo assentamento extrativista do Brasil, o primeiro foi o Assentamento Chico Mendes e o segundo é o PAE Maracá (BURITI, 2018).<sup>16</sup>*

Estes relatos apontam para o sindicato único como uma força e uma estratégia dos trabalhadores. A evolução da luta de classes e a tomada de consciência dos trabalhadores do campo amapaense os impele para a organização de instituições cada vez mais eficientes para enfrentar os inimigos comuns. Como afirmam Marx e Engels (2009) ao referir que são “as condições de vida reais que fizeram deles aquilo que são” e criticam Feuerbach por este não fazer “nenhuma crítica às condições de vida atuais”. Partindo da crítica as situações e buscando melhor organização, os camponeses vão da associação para o sindicato, e de sindicato para movimento social. Essa é a gênese do processo organizativo que vai culminar na criação do CNS como ferramenta da luta dos extrativistas do sul do Amapá.

Mas os extrativistas do sul do Estado não permaneceram isolados em sua organização, atuaram junto aos seringueiros e castanheiros do Estado do Acre e participaram ativamente da luta unificada em todo o país nos anos 1980, conforme indica a seguinte fala:

*Lembro que no 3º Encontro Nacional da CUT em Belo Horizonte, nós já tivemos os primeiros encontros, as primeiras conversas com Chico Mendes. E lá o Chico fazia parte da coordenação do evento e ao término do encontro fomos vitoriosos, porque a tese que nós defendemos elegeu Jair Menegheli, que defendia o setor primário onde estavam os extrativistas, neste setor, e saímos vitoriosos com uma linha bem avançada (ANGELIM, 2017).<sup>17</sup>*

A participação deste momento histórico da organização dos trabalhadores e a aproximação com Chico Mendes e demais lideranças extrativistas apresentam aos camponeses do sul do Amapá uma nova percepção que será fundamental na diferenciação de sua organização política partindo desta nova identidade. Esta é a tônica das próximas manifestações dos sujeitos da pesquisa

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida em 04 de Novembro de 2017.

<sup>15</sup> Entrevista concedida em 05 de Dezembro de 2017.

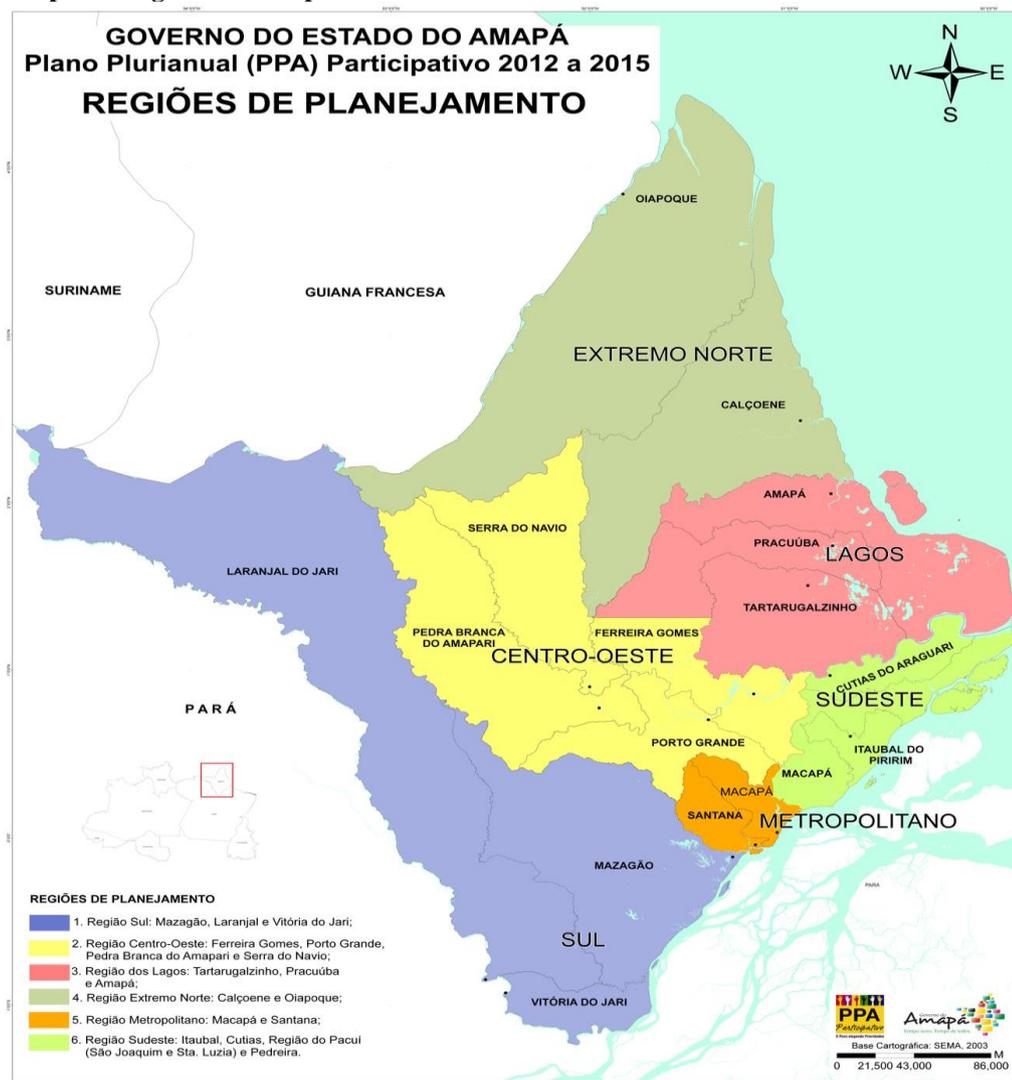
<sup>16</sup> Entrevista concedida em 24 de Janeiro de 2018.

<sup>17</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

*Os trabalhos do sindicato começaram aqui no Amapá (após 3º Encontro Nacional da CUT), para que nós ampliássemos a discussão a partir do município do Macapá, mas também juntamente com a região sul, que é justamente o município de Mazagão, que ao correr do tempo foi desmembrado e emancipou-se o município de Laranjal do Jari e o município de Vitória do Jari que na época não existiam, no início era só Mazagão. [...] A partir da abertura, do momento que a lei deu ao sindicato o direito de discutir, de dialogar com o agricultor, com todos os extrativistas, tivemos oportunidade de chegar com todo mundo. Isso nós fizemos o trabalho de forma voluntária, nunca tivemos questão financeira, chegava na casa dum, comia um peixe com um, conversava com ele, reunia com vizinho, e dialogava com eles (ANGELIM, 2017).<sup>18</sup>*

O início da organização dos extrativistas em Mazagão (depois Laranjal do Jari e Vitória do Jari) justifica a escolha da delimitação da área deste estudo no sul do Amapá, conforme o Mapa 4:

**Mapa 4 - Regiões do Amapá em 2012**



Fonte: SEMA (2012).

<sup>18</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

O sul do Amapá foi o território onde os extrativistas iniciaram sua organização política partindo desta nova identidade. Esta faixa do espaço é também mapeada como região sul dentro da cartografia da gestão estadual (SEMA, 2012) e Território da Cidadania para as políticas e programas federais (MDA, 2009). Esta é a região das áreas protegidas conquistadas pelos extrativistas na década de 1990 (FILOCREÃO, 2014), ou seja, território de luta dos extrativistas organizados no CNS no sul do Amapá.

*A nossa finalidade é outra, é viver dos recursos naturais mas conservar eles e preservar as espécies que tem que ser preservadas. Isso eu aprendi e sempre defendi. Tem gente que diz assim: “- Esse recurso não pode ser manejado!” Até que pode. Infelizmente nós não temos a técnica que nos ampare. [...] Nós tivemos também a oportunidade de começar a ingressar e começar a trabalhar e enxergar a distância que tinham os governantes e nós começamos a trabalhar para que as autoridades governamentais comessem a reconhecer a nossa classe de verdade. Extrativista. Como as nossas atividades eram tão diferentes, não só a questão agrícola, agricultura era de subsistência, auxiliar à produção extrativista aí que começou a nascer, e a gente começou a fazer os encontros (ANGELIM, 2017).<sup>19</sup>*

*Em 93, após a criação da RESEX, minha formação na Escola Família no Espírito Santo me fez ter uma visão crítica sobre o meio, a proteção do nosso meio, fortalecer o nosso meio. Daí quem forçou a ter uma Escola Família diferente fomos nós do CNS. Porque as Escolas Família todas nasceram agrícola, o que é extremamente compreensível porque vieram com modelo do sul do Brasil, o sindicato vem desse modelo, onde a questão de floresta, biodiversidade era ignorada no processo. Então deu-se o conflito. Entramos numa contradição danada. Apesar de ter clareza sobre muita coisa, mas em relação das atividades do que eu fazia aqui eu era ignorante. A cabeça ficou encucada (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>20</sup>*

*Em março de 1989 teve o Congresso do CNS, que teve cobertura mundial, que foi o CNS reconhecido em nível nacional. Foi a entidade que deu todo o suporte para que existisse essas unidades de conservação, foi a maneira, o CNS abriu as portas, foi a entidade principal do reconhecimento dos extrativistas da Amazônia (ANGELIM, 2017).<sup>21</sup>*

Foram as tentativas de organização dos trabalhadores do sul do Território do Amapá, município de Mazagão, que constituíram o amálgama de uma nova identidade camponesa coletiva: os extrativistas. Uma consciência coletiva que brota do diálogo face a face, entre iguais, se amplia para os sindicatos e organizações institucionais e reclama do Estado e dos gestores públicos um tratamento diferenciado que considere esta identidade diferenciada. Fernandes (2009) afirma essa recriação criativa do campesinato por meio da luta, pois são parte da classe trabalhadora, sim; Agricultores, sim, de subsistência; Mas, de forma central e totalizante, extrativistas.

<sup>19</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

<sup>20</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

<sup>21</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

Fez parte deste processo de construção de identidade o contato com Chico Mendes e os companheiros extrativistas do Acre e, ao mesmo tempo, esta nova autoimagem reflete um estranhamento frente ao jeito de ser do “modelo do sul do Brasil” (Açaizeiro), um processo educativo fundado na agricultura, sindicatos nesse perfil e uma crise diante dos extrativistas amapaenses em seu meio. Da ignorância sobre o que se fazia para a convicção de uma irrupção coletiva diversa do restante da classe trabalhadora no cenário nacional.

Este estranhamento diante do restante do país produz um novo sindicalismo (ou a crise do sindicato tradicional como se organizava até então), impulsiona o surgimento de novas Escolas Família que se fundamentam neste caráter agroextrativista, firma a luta de resistência e disputa do território no sul do Amapá na forma inovadora de Reservas Extrativistas e solidifica a base do CNS como movimento social próprio e apropriado para a defesa dos camponeses extrativistas, os povos da floresta.

No que tange às políticas públicas e a relação com o Estado, ao que Vieira (1999) considera um compromisso com a democracia mais participativa e direta por meio da descentralização das ações políticas e a autonomia das organizações da sociedade uma marca dos movimentos sociais nesse período, os sujeitos da pesquisa relatam um importante fato no final da década de 1980. A leitura da conjuntura apontou para a necessidade de uma estratégia para construir um parceiro institucional que atendesse as demandas dos camponeses na luta pelo seu território, conforme segue

*Neste movimento todo não tinha Incra no Estado do Amapá (Governo Barcelos). O Incra do Amapá foi criado por uma estratégia do movimento social. O Incra tinha sede em Belém. Quando iniciamos a organização aqui para brigar com as grandes empresas que era a Jari, Banacoba, Brumasa, madeireiras e indústria de celulose que se aglomeraram e tomaram conta desse território no sul do Amapá. Quando eles vão visitar para começar a conversa no Incra de Belém, eles descobrem que o procurador do Incra em Belém era o mesmo procurador da empresa Jari Celulose. Então realmente eles não iam conseguir, então eles param com o processo e começam o movimento para criar o Incra do Amapá. Esse movimento começa a ser extremamente positivo, as coisas vão ser criadas, nós temos que ver quem que a gente vai colocar aqui para que a nossa agenda flua rapidamente. Chegaram então no nome do Guaracá Nunes, filho do Janari, ex-governador, além de ser filho de ex-governador, ele era muito desse lado da esquerda, se diferenciava da direita dentro de casa. E o fato de colocar o nome dele já seria muito simpático para o sindicato, já com o cardápio prontinho na mão com as questões da Reserva e dos Assentamentos aqui do sul do Amapá. Para desembaraçar aquele sistema de pirataria aqui nos rios Maracá, além do coronelismo que tinha havido com a castanha, com a borracha, então o Guaracá levou uma denúncia para Brasília e na sequência desapropriaram esta área todinha e o Incra aproveitou a figura jurídica e fez o assentamento do Maracá I, II e III. Essa foi uma estratégia política de organização com influência numa política bastante exitosa (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>22</sup>*

<sup>22</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

*No ano de 1988, no ano que Chico foi assassinado, antes de ele ser assassinado nós começamos uma discussão aqui no Amapá e o Incra na oportunidade do Dr. Guaracá Nunes, filho do ex-governador Janari Nunes, na época ele acolheu a nossa proposta porque o Incra não tinha representação permanente aqui no Amapá, era uma representação do Pará e ele vem para cá. Na oportunidade ele pediu que a gente se dispusesse porque ele não tinha pessoal do Incra para fazer o trabalho, o quadro dele era resumido, o quadro técnico e o nosso conhecimento (lideranças do CNS), pudesse fazer isso. A partir daí a gente começou a fazer o estudo da questão fundiária aqui no Maracá e a situação toda dessa questão social, da maneira que nós era tratado, que nós era explorado e também passamos a fazer o cadastro das populações que habitavam aqui e das condições de quem era isso aqui, que alegavam que eram os donos, os patrões (ANGELIM, 2017).<sup>23</sup>*

Esta estratégia assumida pelos extrativistas de interromper com a negociação direta em Belém e tensionar para a criação da estrutura do Incra aqui no Estado do Amapá com uma liderança que fosse sensível numa aliança com as bandeiras dos extrativistas acabou confluindo para uma ação exitosa que teve as lideranças do CNS como protagonistas no levantamento de informações para a criação dos projetos extrativistas no Maracá.

A clareza da leitura dos aliados e adversários e a coerência dos passos e ações adotadas garantiram ao movimento social do sul do Amapá uma expressiva vitória que é marco da história dos extrativistas na luta por seus territórios (FILOCREÃO, 2014). Esta conquista aproxima o movimento social extrativista da gestão da política pública, o que será uma característica marcante de sua ação nas décadas seguintes (GOHN, 2011) e se configura num tema muito sensível que é a tutela do Estado na sua atuação de organização dos trabalhadores, culminando em consequências negativas para a autonomia e vitalidade da classe trabalhadora.

A questão da tutela envolve ainda a relação do movimento social com as chamadas ONGs, outra característica marcante dos anos 1990 (GOHN, 2000). Se por um lado os organismos internacionais foram fundamentais para a vitória dos extrativistas na conquista de seus territórios, por outro lado esta ajuda não se deu sem ingerências e intervenções diretas na organização das áreas protegidas, nas decisões governamentais e na organização dos trabalhadores. As lideranças entrevistadas relataram que

*Aqui no Estado do Amapá, logo que se criou a Reserva, nós tivemos dinheiro do PPG7, nós tivemos dinheiro da WWF, dinheiro que veio de diversas fontes, Fundação Ford, foi dinheiro e investimentos que, por mais intencionados que estivessem, não deram conta de construir, foi um dinheiro que veio e fez a mesma coisa, tudo terminou num processo, nós, o erro foi do próprio movimento que não teve planejamento estratégico. (AÇAIZEIRO, 2017)<sup>24</sup>*

<sup>23</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

<sup>24</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

*Em 93, com recursos da WWF foi feito um trabalho de levantamento sócio econômico da área, onde inicia um embrião de um trabalho muito importante. O Banco Mundial fez um convenio com CNS para que o CNS fizesse um trabalho de organização dentro da reserva Cajari para fortalecer, como resultado da ECO 92, aquele negócio todo, as lideranças fizeram uso dos recursos mas não se efetivou a organização de base que era tão necessária. (AÇAIZEIRO, 2017)<sup>25</sup>*

*Em 1999 nós era apoiado por uma ONG alemã, a gente era apoiado pelo projeto Rebrafe, aí o projeto Rebrafe teve que sair porque eles (direção da Associação) apoiaram um candidato lá e esta instituição não pode, na Alemanha “Deus o livre!” se souber, aí deu problema e tiraram o nosso projeto. (BURITI, 2018)<sup>26</sup>*

Os recursos e convênios com as ONGs internacionais foram importantes na organização dos extrativistas, mas não produziram um salto qualitativo e perene nesta estruturação política, nem produtiva. A categoria reconhece que não soube aproveitar a possibilidade, e os erros da condução das lideranças das organizações sociais acabaram comprometendo esta parceria, porém, não há relato de tutela em nenhuma entrevista realizada, ou seja, os extrativistas não perceberam a atuação e os recursos oriundos das parcerias e convênios com ONGs como perda de autonomia e diretividade das ações realizadas.

Estes são os aspectos destacados na pesquisa empírica que embasam a afirmação de um movimento social dos extrativistas capitaneado pelo CNS enquanto “entidade principal do reconhecimento dos extrativistas da Amazônia (ANGELIM, 2017)”.

### **3.3.1 Conquistas no período de 1990-2016**

A conquista das áreas protegidas da Resex e do PAE são defendidas por todos os entrevistados como uma conquista maiúscula dos extrativistas do sul do Amapá que significou um marco histórico para a luta de classes como uma vitória inédita para os trabalhadores diante do Estado, das grandes empresas nacionais e internacionais e representantes da agricultura capitalista.

Enquanto os anos 1990 são recordados pela organização das instituições e planejamento das ações, foi o acesso a políticas públicas e melhorias obtidas no período de 2002 a 2015 que impactaram positivamente na vida dos trabalhadores em suas comunidades, relatadas pelas falas que seguem

*Ei! Mas nós não estamos tristes. O movimento social não está apagado. Ele está vivo dentro de nós! (BURITI, 2018).<sup>27</sup>*

<sup>25</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

<sup>26</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

<sup>27</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

*Hoje não, a gente apesar das dificuldades que sempre vão existir, mas a gente já tem várias conquistas, muitas conquistas a gente já tem hoje, só resta a gente tentar preservar, ter os cuidados e tentar melhorar os conhecimentos porque depois de 2002 até 2015, depois da época do grande conflito com a Jari aqui no caso, a coisa melhorou, veio os créditos do Incra, do PRONAF, Programas da Educação [...] Aposentadorias, auxílios, pensões, direitos trabalhistas, habitação, PAA, são vários programas que a gente conseguiu acessar. Até 2015 a gente teve assim um avanço, e agora de 2016 para cá a coisa já começa a mudar, a gente já está num cenário, as organizações já não estão tendo aquela recepção nos órgãos, temos um governo aí que já dificulta, se aproveita do sistema burocrático que tem para afastar um pouco as organizações, já não tem mais essa chance de ter esse apoio, de ter esse incentivo, essa ajuda (MOGNO, 2017).<sup>28</sup>*

*Já de 2000 pra cá não, a escola família já entrou, aí o Estado já colocou também o ensino médio na vila Maracá então já tem mais uma participação. então não era mais aquela coisa a pessoa tá entrando leigo, leigo sem saber escrever. Naquela época nos movimentos o pessoal muitas vezes sabia ler mas não sabia escrever porque não tinha uma educação mesmo nas comunidades agora não devido a ter um avanço no governo do PT né com relação mais as comunidades, ao movimento social, depois teve um retrocesso praticamente com todo o governo Temer e aí a gente tá enfrentando mas a gente tá resistindo até hoje (MASSARANDUBA, 2018).<sup>29</sup>*

*Até porque o movimento social como um todo ele tá fragilizado, a gente vê que depois de sair o presidente Lula as coisas ficaram mais difíceis. Aquilo que era nosso, aquelas políticas que nós conquistamos foi perdendo, então foi fragilizando cada vez mais (UCUÚBA, 2017).<sup>30</sup>*

Do ponto de vista da política e do acesso dos trabalhadores às políticas públicas, os sujeitos entrevistados são unânimes em afirmar os governos petistas relacionados com os avanços obtidos na luta da classe trabalhadora. Os extrativistas perceberam a pertinência dos programas e políticas sociais para os trabalhadores do campo nas comunidades do sul do Amapá e a mudança de cenário a partir do impeachment da Presidente Dilma em 2016.

Tem uma clareza nítida na memória da formação da CUT e do PT nos anos 1980, na irrupção das pautas dos trabalhadores com a chegada de Lula ao Governo Federal e no período de acesso e desenvolvimento produzido pela participação do CNS e demais forças políticas dos trabalhadores na definição e implementação das políticas e programas sociais. Ao findar do período, o pessimismo com o poder em Brasília aponta para novo período de resistência e luta organizada, conforme a fala de Massaranduba

*Então algumas comunidades ainda tem essa resistência, no caso a nossa ainda tem essa plena visão que ou a gente faz a resistência ou a gente vai submisso ao sistema político né que tá voltado ao político ao capitalismo e tudo mais. Tanto é que a gente hoje é visto como uma comunidade que não quer pra eles o desenvolvimento, mas sim, a gente quer o desenvolvimento mas que seja voltado pra nossa realidade e pras famílias, a gente tem a participação, a transparência, o envolvimento das*

<sup>28</sup> Entrevista concedida em 04 de dezembro de 2017.

<sup>29</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

<sup>30</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

*famílias, e das comunidades realmente, então, voltado pra essa questão da não participação das comunidades é mais por que não tem mesmo a participação delas pra fazer um projeto, geralmente o projeto vem de cima pra baixo na qual é totalmente errado, tem que ser discutido da base pra poder ele ter um alicerce pra poder chegar num determinado momento e todo mundo ser a favor do projeto pra vir trazer benefícios, não só pra um, mas pra todos (MASSARANDUBA, 2018).<sup>31</sup>*

Em conformidade com Gohn (2011), os movimentos sociais, a partir do ano 2000, tematizam e redefinem a esfera pública por meio da realização de parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, pois têm grande poder de controle social e criatividade para construir modelos de inovações sociais.

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

#### 4 AS DEMANDAS DA JUVENTUDE E DAS MULHERES NO SUL DO AMAPÁ

Neste capítulo damos continuidade na apresentação das entrevistas junto aos sujeitos da pesquisa em fidelidade aos aspectos assumidos com centralidade, descortinando as falas acerca da crise do movimento social tradicional e a atuação da juventude e das mulheres em seu protagonismo dentro das organizações sociais, fechando com os desafios que permanecem, como a Educação do Campo que foi referenciada amplamente no decorrer das entrevistas.

O fim dos anos 1980 marca a afirmação dos extrativistas como identidade social e provoca a ruptura com o modelo de sindicalismo tradicional, que sofre uma crise interna a partir de algumas alterações que são expressas da seguinte maneira

*A descentralização sindical e a questão da federação é complicado. Ocorre que tanto os sindicatos como a federação (Fetragrap) organizam a sua estrutura com pessoas que não tem a formação lá de trás (Igreja, CEBs, Escola Família...), aqui no Estado tem presidentes de sindicatos que não são nem do Amapá. São novas pessoas que vieram do nordeste, tem sindicato aqui que defende o agronegócio como ninguém, defende as mineradoras como ninguém porque como não tem uma formação com uma base política boa, eles se contaminam muito fácil. A gente discute isso na CONTAG em Brasília e eles tem uma dificuldade muito grande de lidar com as federações, por causa destes interesses, então a estrutura sindical do Amapá está muito fragilizada também (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>32</sup>*

*O sindicato se limita a questão da previdência, a luta ficou de lado, e isso aconteceu nos sindicatos como um todo. Quando você analisa os pescadores não é diferente, a colônia dos pescadores se resumiu no defeso, para defender o seguro defeso e não mais para fazer a organização da categoria. Então o sindicalismo dos anos 90 ficou com este perfil, o conjunto das organizações dos trabalhadores ficou com este perfil, tanto a questão sindical, a questão dos pescadores, a questão das políticas públicas e o esvaziamento fazendo um certo desinteresse pelas entidades de base (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>33</sup>*

*Tudo isso aí deu uma parada, o sindicato funcionava aqui, os associados não participam, eu sou associado e, se não estou enganado no ano passado só fui em duas reuniões. Eu sempre cobro deles para vir aqui na comunidade, para criar também a delegação de sindicato aqui na comunidade, mas eles alegam que tem dificuldade, não tinha condição, sindicato estava sem dinheiro, os sócios não pagavam. O sindicato, a maioria é os velhos, os novos acham que não precisam se associar, que sindicato é para velho, tudo isso é falta de mobilização, de incentivo, de formação, porque muitos nem sabem o que é a origem (IPÊ, 2017).<sup>34</sup>*

Estas falas corroboram com a mudança de eixo vivenciada pelo sindicalismo tradicional nos anos 1990. O abandono da formação, o descuido com a base, o esfriamento da dinâmica de luta e resistência confluíram para um esvaziamento que será propício para a construção de uma nova modalidade organizativa de perfil militante e orgânico.

<sup>32</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

<sup>33</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

<sup>34</sup> Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2017.

Esta crise no sindicalismo tradicional e surgimento de outras formas de organização política da classe trabalhadora, no sul do Amapá, se constituíram num espaço para a afirmação do CNS como legítimo representante das demandas e bandeiras dos extrativistas. Se o sindicato unitário dos anos 1980 foi um espaço de fortalecimento das lideranças e comunidades extrativistas, a federação e os sindicatos municipais nos anos 1990 não mobilizaram mais e se deixaram contaminar por outros interesses, inclusive com a corrupção de lideranças por bandeiras partidárias de práticas a serviço do capital ou em benefício próprio como será aprofundado em seguida.

#### 4.1 O MOVIMENTO SOCIAL TRADICIONAL: CRISE OU CRIATIVIDADE?

Para responder às questões norteadoras desta pesquisa, importa compreender a crise do movimento social tradicional e a emergência de novos sujeitos e organizações sociais desde a fala das lideranças do sul do Amapá. Após a delimitação das áreas protegidas, como estes camponeses extrativistas se organizam politicamente para responder a este momento que pode ser considerado como crise ou adaptação criativa. Neste item se destaca também as vozes da juventude e das mulheres, sujeitos que têm sido silenciados ao longo da história da organização da classe trabalhadora, das organizações e movimentos sociais e das pesquisas e produções acadêmicas.

Os entrevistados manifestaram muitas percepções que materializam como a crise dos anos 1990 foi vivenciada pelos movimentos e organizações sociais no sul do Amapá conforme as seguintes falas

*Meu ingresso no movimento social foi em 1994 quando conheci a ATEXMA. Era contra. Porque não entendia ainda. Depois que eu li o Estatuto da Associação, Plano de Utilização, Concessão de Direito Real de Uso eu vim entender que eu tinha que me envolver porque isso defende exatamente o trabalhador, o extrativista amazônida (BURITI, 2018).<sup>35</sup>*

O passado dos trabalhadores do sul do Amapá era somente sofrimento e violência, abandono, analfabetismo, isolamento. Uma tradição de escravidão e subserviência. Nestas condições, muitos foram contrários e não entenderam o que se passava então. Contrário porque não tinha tradição, cultura de participação, autonomia, autodeterminação. Sem ler, sem entender, sem se envolver.

---

<sup>35</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

Mas após acessar a compreensão mínima do que se tratava, muitas lideranças e comunitários se dedicaram a estruturar a nova organização para gerir seu território e suas instâncias próprias, assim como relata Buriti. Porém, vencidos os grandes inimigos com a conquista da área protegida, a observação de Ucuúba manifesta que

*Eu acho que naquela época, talvez assim que se pensava que depois que se conquistasse talvez não tivesse mais a necessidade de brigar de manter seu território porque eu lembro que na época da criação da reserva, eu era criança mas o meu pai fala muito ainda, e do assentamento Maracá que são vizinhos houve muita resistência por conta de que os grandes latifundiários queriam ter aquela área na mão deles, o pessoal da Jari Celulose, o pessoal da Agroindustrial do Amapá não queriam liberar aquela área, então quando essa primeira geração conseguiu aquilo ali e colocou na mão das pessoas que ali moravam eles acabaram se acomodando né e não fizeram, talvez, algo que pudesse assegurar aquilo ali mesmo (UCUÚBA, 2017).<sup>36</sup>*

Depois de disputas, de muita resistência, de enfrentamento de inimigos poderosos, Ucuúba percebe um relaxamento dos comunitários. Talvez a impressão de que tudo estava resolvido e a conquista seria perene levou as pessoas à acomodação. Talvez a histórica não participação falou mais alto, conforme a próxima fala

*A comunidade não se preparou, eu não consigo achar a estratégia em relação, a partir da conquista. O Assentamento Maracá e a Reserva Cajari, que juntos os dois territórios tem mais de 1 milhão de hectares, uma conquista formidável que a gente tem, o pessoal não tem noção do gigantismo disso, do tamanho disso, da riqueza que isso significa. Tinha muitas intenções, boas intenções, mas estas intenções não foram organizadas estrategicamente para o processo. A área protegida tem legislações que definem como ela vai funcionar. Mas isso não quer dizer que a comunidade não tenha que pensar o seu próprio desenvolvimento nesse processo. Não conseguimos construir uma proposta de desenvolvimento para o território. Por uma serie de fatores a gente não se organizou para esta questão da economia. As lideranças que comandaram a conquista tiveram uma boa formação política, muito bem preparados para fazer o enfrentamento político, enfrentar o capital e brigar pelo território. Depois que pegou isso na mão, ficou tateando, sem saber o que fazer com isso. Foram feitos muitos ensaios, criando algumas unidades produtivas, mas não pensou-se uma estratégia para o território, ninguém conseguiu pensar o território com toda essa riqueza e pensar uma estratégia a partir disso. O êxito não foi tão positivo (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>37</sup>*

O pensamento agudo da liderança extrativista define: “- A comunidade não se preparou!” As lideranças fizeram boa formação política, exitoso enfrentamento político, se levantaram contra o capital e venceram a briga pela posse do território. Depois que pegou a área nas mãos, titubeou, não sabia o que fazer, ensaiou. Faltou preparação dos comunitários. Faltou preparação das lideranças. Houveram boas intenções. A área estava protegida. A

<sup>36</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

<sup>37</sup> Entrevista concedida em 26 de julho de 2017.

legislação apontava o quê e como deveria ser feita a gestão. Mas os trabalhadores renunciaram a tarefa de pensar o seu próprio desenvolvimento. Acreditaram na burocracia.

A Igreja, o Sindicato unitário e o CNS foram substituídos por novas instituições com novas finalidades. Conselhos, Institutos, Associações, Cooperativas, Cantinas, Grupos e Diretorias se erigiram sem a devida preparação, sem capacitação, sem amadurecimento e sem controle social. A crise foi consequência da ausência de planejamento estratégico, metas de curto, médio e longo prazos, instrumentos democráticos e efetivos de gestão. E a fragmentação foi a consequência, segundo a fala de Açaizeiro

*Quando eu olho um pouco lá atrás, se fosse entendido que não precisava tá se fragmentando, a gente tinha outra dinâmica, como nós não definimos a estratégia para o território, como eu não faço isso, o Estado faz impondo as regras. O erro primeiro foi nosso, de não ter percebido que precisava de uma estratégia muito clara. Não adianta capacitar o conselheiro sem esta estratégia, fica muito solto no processo, eu vejo essa fragilidade. A gente acaba deixando que a burocracia institucional do instrumento dar o rumo das coisas. Falta planejamento numa estratégia de curto, médio e longo prazo, nisso o MST é mais estratégico e tem uma pauta muito mais estruturada (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>38</sup>*

Além da ausência de uma estratégia dos extrativistas para planejar o desenvolvimento no território conquistado, o que deixou a dinâmica por conta da burocracia institucional, ainda foi citada pelos sujeitos da pesquisa a problemática acerca da questão técnica, conforme segue

*Técnicos contratados para viabilizar, mobilizar os técnicos que tinham o melhor perfil para trabalhar nas comunidades, aí fui escolhendo os que tinham passado pela Escola Família, tinham se formado juntos, aí começou o trabalho que durou 05 anos. Eu fiquei um ano e meio, aí começa a minha percepção do papel da floresta, e mostrando a crise que eu tinha trazido da Escola Família. O PPG7 tinha recursos para investir nas políticas internas da Resex em relação a produção. Quem administrava as Resex era o CNPT, vinculado ao IBAMA, a equipe era formada por profissionais de um perfil muito mais agrônomo. Como era natural, a turma enveredou, em vez de entrar na questão da biodiversidade, na questão da borracha, castanha, açaí, foram abandonando isso e entrando na questão da agropecuária, da roça, da criação de porcos, da galinha de granja, pelo perfil e eu discordei disso e pedi para sair. O dinheiro do PPG7 não veio para isso, veio para fortalecer a floresta em pé. (AÇAIZEIRO, 2017)<sup>39</sup>*

*Nós não podemos perder as nossas origens, a nossa tradição, os nossos costumes e a fidelidade com nossa classe.[...] Então a dificuldade para o desenvolvimento da área da Resex se chama questão técnica, conhecimento, e os técnicos que foram trabalhar nesta área tem que se adequar com os conhecimentos tradicionais e valorizar os moradores daquele território (ANGELIM, 2107).<sup>40</sup>*

<sup>38</sup> Entrevista concedida em 26 de julho de 2017.

<sup>39</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

<sup>40</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

As dificuldades com o perfil dos técnicos contratados começam a produzir uma fissura no tecido já frágil da organização social da rede recém-formada. Libertos dos coronéis, dos patrões, os extrativistas são forçados a criarem novas instituições, com perfil de produção e gestão, numa área em que são completamente inexperientes. Na luta, os padres e as lideranças sociais assessoravam e indicavam os caminhos, mas neste momento, são os burocratas estatais e os técnicos contratados, estranhos à cultura e convívio com eles, que darão as diretrizes.

E os técnicos de perfil “agronômico” com certeza não consideraram os “conhecimentos tradicionais”, mas impuseram aos extrativistas outras culturas e produções que se chocavam frontalmente com a perspectiva da “floresta em pé”. Capacitação para agropecuária, crédito para iniciar roça e entrar no pacote da agricultura capitalista, que destrói a biodiversidade, vê a floresta como um obstáculo para a monocultura de escala. Sem saber, a classe trabalhadora estava entrando em uma armadilha com consequências nefastas à sua reprodução material e ao seu modo de vida.

Para a execução da produção nos novos moldes, foram acessados recursos e sua aplicação representou nova armadilha, conforme as falas

*Quando entra o PPG7 daí fragmentou. Fragmentou a institucionalização, a organização, as coisas foram acontecendo sem uma reflexão, se a gente não tiver cuidado o dinheiro começa entrando e dividindo as coisas, a organização que era para ter se mantido forte que era para poder capturar isso com mais eficiência se fragiliza no individualismo (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>41</sup>*

*No caso do Amapá, com o PPG7, passou em nome do dirigente se debruçar sobre a comunidade, uma medida chamada de POA, com ajuda de custo da liderança, combustível, alimentação, toda semana a associação recebia aquele dinheiro, dinheiro para pagar salário de diretores e fazer todo o trabalho de base que era para fazer mas na verdade não faziam. Então ali foram 05 anos de um grande negócio para as lideranças mas sem nenhum trabalho de base. As lideranças antigas que brigaram pelas reservas não estavam aqui, foram substituídas por outras lideranças que não vieram desta formação de base, e assumem a gestão financeira deste processo. Uma decisão do CNPT afirmando que não era mais necessário que as comunidades continuassem pagando as mensalidades das associações, porque tinha dinheiro, os comunitários não precisavam pagar mais, isso foi um golpe na coluna que desmobilizou e rompeu o compromisso das comunidades com a associação. Chegou o momento que o CNS tensionou e o coordenador do CNPT do Estado do Amapá disse que era para proibir a entrada do CNS na área do Assentamento (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>42</sup>*

Este momento foi um divisor de águas na organização social do sul do Amapá. Uma linha divisória entre as lideranças comunitárias, formadas na igreja, orgânicas aos movimentos sociais de um lado e, por outro lado, jovens lideranças, gente que veio de fora, sem formação de

<sup>41</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

<sup>42</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

base, responsáveis pela gestão financeira das novas organizações. Muitos recursos para organizar a base, mas a tarefa não foi feita. Ao invés de uma base fortalecida por um trabalho intenso com recursos suficientes, veio a fragmentação, o individualismo e a desmobilização.

*A partir daí nós começamos a trabalhar a questão do investimento, e o Técnico que veio tinha muita experiência com os trabalhadores, especialmente os extrativistas. Ele elaborou o primeiro levantamento de abastecimento tipo cantina. Esse foi um procedimento louvável no momento, mas ao correr do tempo, a grande dificuldade nesse sentido do abastecimento é o extrativista, o agricultor assumir o local do patrão é porque ele não estava preparado, não foi questão de má fé, foi questão de não saber, era um campo diferente, lidar com estas situações, então as cantinas não foram muito bem e as comunidades extrativistas não deram conta de manter o sistema de controle da questão econômica, mercado, produção, venda, eles não sabiam lidar com gestão, levantamento de custos, gastos, isso foi um ponto negativo (ANGELIM, 2017).<sup>43</sup>*

As falas de Açaizeiro e Angelim apresentam ao menos três fatos dignos de registro: a) o Conselho gestor da Reserva dissuadir os comunitários a não mais contribuírem financeiramente com suas associações, significou um “golpe na coluna” da organização social dos extrativistas pois se temos recursos públicos em profusão, não é mais necessária a responsabilidade e o compromisso com as organizações comunitárias autônomas da classe trabalhadora. Quando o recurso acaba, a consequência é previsível; b) O Dirigente do CNPT tentou proibir a entrada do CNS dentro do assentamento, como se os líderes do movimento social fossem presenças indesejáveis na comunidade, como se representassem perigo ou fossem inimigos dos extrativistas e suas demandas. Não conseguiu seu intento, mas certamente houve prejuízo nesta relação; c) Os extrativistas tiveram que substituir os técnicos na gestão das cantinas, não tinham domínio das ferramentas de gestão e as coisas começaram a entrar em crise.

A colheita desta primeira fase foi nefasta. Lideranças históricas ameaçadas e perseguidas, novas lideranças personalistas com acesso a dinheiro público e poder de aplicar como bem quisessem e os comunitários com responsabilidades para as quais não tinham capacitação, experimentando o fracasso e a desmobilização.

Iniciaram as falhas e erros. E onde abunda o dinheiro e inexistente o controle social, veio também a corrupção, conforme relatam os sujeitos da pesquisa

*Sem ter instrumentos de controle, isso fragilizou muito, e aí nossas lideranças se corromperam, nossas lideranças se venderam, numa análise mais profunda é uma coisa você executar a política e outra coisa é você não ter instrumentos de controle desse processo, ficou muito fácil para todo mundo, um rapaz que executa a política do PAA, em 2 a 3 anos executa uns 05(cinco)milhões de reais, mas imagino que pouca coisa ficou lá, tanto é que tem polícia federal nesse negócio todinho, e pior, na intenção do governo era para fazer o recurso chegar lá. A corrupção endêmica*

<sup>43</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

*do sistema político se alimenta da corrupção endêmica da sociedade aqui. O sistema corrupto se nutre do nosso comportamento de base. A fragmentação, a falta de controle da comunidade, porque a comunidade não concorda com o que suas lideranças estão fazendo, mas ela não tem força de enfrentar, ela prefere se acomodar (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>44</sup>*

*A princípio a gente teve certa dificuldade, até com os companheiros mesmo, porque as pessoas já tinham consciência da coisa, a gente fez muita reunião nas comunidades, mostrando, incentivando. Uma coisa que eu não pude atuar direito como conselho fiscal é que geralmente aqui foi usado um modelo assim, uma diretoria para formar, completa o conselho fiscal, que a partir do momento que começava a trabalhar, que a gente começava a perceber as coisas erradas nos passos até dos presidentes, a gente começava a querer apertar o cinto daí eles começavam a tirar a gente fora porque eles só querem puxar a brasa para a sardinha deles, aí depois ficava sendo inimigo por causa disto, porque eu vi umas irregularidades dele e eu comecei a botar para o limpo, né, dizer, e aí ele ficou bravo comigo por causa disso. Aconteceram erros, isso aí foi uma das coisas que fez a maioria até desacreditar na associação, justamente por causa dos presidentes que começaram a fazer coisas erradas. Fizem muitas coisas erradas. Uma polêmica danada. Até hoje eles respondem por isso. A gente tinha trator, tinha o caminhão, tinha a cantina que funcionava, tinha a fábrica, e aí foi, foi, foi que foi acabando justamente por isso. Por causa que sempre os que entravam lá queriam “passar a mão”. Isso aí não partiu só da diretoria, tudo tinha a ver com o pessoal lá do ICMBio, eles comiam a sardinha junto. Eles fizeram tanta sacanagem que chegou a ser preso (IPÊ, 2017).<sup>45</sup>*

Os relatos são abundantes e convincentes. As lideranças cometeram erros e a comunidade se afastou. O Estado do Amapá aparece com frequência nos meios de comunicação nacional em virtude de grandes casos de corrupção efetivados por agentes públicos que desviam recursos públicos que seriam aplicados em obras e serviços. A expressão “corrupção endêmica” dá conta da gravidade e profundidade desta situação. E os relatos seguem

*As pessoas que tinham o entendimento não queriam passar para as outras pessoas esse entendimento, aí usaram as associações só para tirar vantagem, “não, não precisa nem tu ir lá, só assina aqui, só assina para nós”, isso tudo isso rolou aqui, rolou livro de ata para a pessoa assinar sem saber o quê, enfim, isso gerou um descontentamento, a coisa estava fluindo para o outro lado. [...] Os projetos que foram executados aqui viabilizavam recursos financeiros para estruturar, para dar capacitação, para uma série de coisas. Depois a reserva foi incluída no programa de Reforma Agrária do governo federal e participou dos créditos do Incra. Isso trouxe a habitação, os apoios, o fomento, só que isso viciou muito as direções de associações, os caras superfaturavam nota e era tudo pela metade e isso fez com que não deixassem ninguém entender. Os técnicos que fazem projetos não estão nem aí, porque além do percentual que tem para a assistência técnica eles cobram mais R\$1.000,00, R\$1.200,00 por fora (MOGNO, 2017).*

*Eu sempre participei. Participei das reuniões. Participei das mobilizações para a gente discutir o que dava certo e o que não dava, a respeito da cooperativa, da fábrica lá, a gente chegou a entregar a produção lá, mas foi de água abaixo assim porque as lideranças que ficaram começaram a não manter suas obrigações como deviam. Aí começou um puxa para um lado, o outro puxa para*

<sup>44</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

<sup>45</sup> Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2017.

*outro, e largando de mão. Hoje tá lá, a fábrica abandonada. Não tem trator. Não tem nada (IPÊ, 2017).*

*Por que quando se fala em associação as pessoas já falam que é porque querem fazer projeto, querem tirar dinheiro, entendeu, já tem esse pensamento negativo. Eles não pensam nessa parte organizacional da comunidade, já pensam logo na questão financeira até porque no passado eles visavam isso, se criava uma associação porque tinha um recurso pra acessar (UCUÚBA, 2017).*

Com este nível de comprometimento das lideranças e gestores, se explica o motivo de as estruturas implantadas (prédios, máquinas, equipamentos, veículos) terem produzido benefícios nos primeiros 3 a 5 anos e estarem abandonadas em seguida, sem manutenção nem recursos para reformas ou consertos. Se a posse coletiva do território representou o que Chaves (2015) denomina como formas de propriedades que impõem novas “relações sociais de produção que se sobrepõem ao desenvolvimento capitalista”, os camponeses do sul do Amapá viveram o contato com os recursos financeiros sem controle social, armadilha capitalistas letal.

Para aprofundar ainda mais as contradições e problemas enfrentados pelos extrativistas, suas lideranças ainda se alinham com práticas clientelistas na questão partidária, como os relatos a seguir

*Depois houve uma decadência, porque o movimento social envolveu a política partidária. E a partir daí ele não soube absorver isso para nós. A política é necessária para o movimento, ela é o fundamento de tudo, mas quando nós do movimento social deixa-se levar pela política partidária, levantando a bandeira de partidos, aí acabou com movimento social (BURITI, 2018).<sup>46</sup>*

*No fim do governo FHC, nós assinamos um contrato de reconhecimento das comunidades extrativistas na política de reforma agrária. Então tudo aquilo que é de política veio. E aí, em nome de executar política pública pulverizou-se um conjunto de organizações, já de uma nova geração que não contou mais com o apoio da Igreja Católica que ela deixou de fazer isso e se criou-se para fazer gestão de política pública e não para organizar os trabalhadores. As organizações deixaram de organizar os trabalhadores, discutir politicamente, dar suporte para a compreensão desta relação capital e trabalho, isso deixou de ser feito (AÇAIZEIRO, 2017).<sup>47</sup>*

*As lideranças que foram entrando pensavam: “Tu vai ser o presidente!” E aí entrou uma questão muito negativa dentro dos movimentos sociais, foi a questão política. Porque eu fui com fulano de tal e eu vou apoiar o fulano de tal para ser o candidato a presidente, então vou preparar um estatuto para ele criar uma associação para ele ser presidente e aí a questão política começou a tomar conta dos movimentos sociais. Tinha gente que tinha interesse de se apropriar dos extrativistas, não com questão de explorar a produção dele, mas explorar o voto dele que era questão de direita e que ia trabalhar. [...] E ao correr do tempo ela foi se dando dessa forma, hoje quando eu chego num presidente de associação, que é um erro muito grande, precisamos retomar isso aí: “- Ah porque eu sou apoiado pelo fulano de tal, meu candidato é o fulano de tal, meu prefeito e o vereador tal, deputado tal!” Isso foi*

<sup>46</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

<sup>47</sup> Entrevista concedida em 04 de novembro de 2017.

*muito ruim. Colocava a pessoa como cabo partidário, eleitoral, fulano é representante de fulano de tal. Isso precisa que seja passado (ANGELIM, 2017).<sup>48</sup>*

*Hoje se você for em qualquer associação, nas quarenta e poucas aqui do assentamento e perguntar: “- Cadê seu estatuto?” você não vai encontrar nenhuma regular, estão todas irregulares, porque a maioria delas foram criadas com interesse de sustentabilidade econômica própria, sem olhar o quadro social que é o dono da associação, criaram as associações para coletar o recurso e extrair ele, a partir desta política errônea que foi construída, olha só, 569 mil ha, 36 comunidades, quase 3.000 pessoas dentro é um bom curral eleitoral, seguraram isso com convênios e troca de favores (BURITI, 2018).<sup>49</sup>*

*Não adianta só a gente apontar o dedo tem que olhar também um pouco pro nosso lado, o assentamento devido a sua falta de gestão e desorganização deixou o CNS um pouco de lado e foi cuidar mais da parte devido essa grande intervenção política, e com mais a questão partidária praticamente o que eu posso dizer é isso. A associação daqui do assentamento é mais voltada pra questão partidária até que a gente vê apoio de governo, apoio de algum deputado federais, estaduais, do próprio prefeito então ele não trata mais as políticas voltadas pras comunidades e sim aos interesses políticos dos partidos né e principalmente das pessoas que tão lá atuando pelo prefeito ou presidente ou deputado (MASSARANDUBA, 2018).<sup>50</sup>*

Estas relações perversas de clientelismo sufocaram a força inovadora do movimento social. As lideranças sociais foram substituídas por uma classe dirigente corrupta e entreguista. As instituições viraram moeda de troca e o pior da política partidária se instalou no seio das comunidades. O interesse pessoal, a trocas de favores e a exploração do voto tiraram a autonomia delas.

Nesta mistura viral de elementos dispersivos se perderam os referenciais de mobilização e mudança social característicos dos movimentos, sua capacidade de enfrentar os desmandos do capital sobre o trabalho e produzir inovações numa direção de humanização e justiça social. Nas palavras de Gohn (2011), o movimento social perde sua energia redefinidora da esfera pública, seu grande poder de controle social e sua tenacidade de construir modelos de inovações sociais.

Sem conseguir reagir diante dos desmandos e vícios da classe dirigente das organizações sociais os comunitários acabaram se resignando e não exerceram o seu papel, em conformidade com as vozes dos sujeitos pesquisados

*Na década de 90, quando a Reserva foi criada, o movimento, começou a surgir as organizações, associações, cooperativas, o sindicato já predominava na época, mas as associações foram surgindo a partir de 90, eu estive participando. Não de forma direta, participando do quadro, mas participando como comunitário. Sempre estive acompanhando, tentando entender, o que que é a associação, porque que se associa-se, qual é a finalidade. Fui descobrindo a importância que tem dos*

<sup>48</sup> Entrevista concedida em 05 de dezembro de 2017.

<sup>49</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

<sup>50</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

*trabalhadores se organizarem. [...] A associação não é uma fazedora de milagres, ela é um instrumento, ela não é a solução do problema, ela é a ferramenta para a solução dos nossos problemas, essa é uma parte. Isso foi herdado por pessoas que estiveram no início das associações e não começaram a colocar para as pessoas da forma correta, como é que é ser sócio, o que é ser sócio, o que é ser da associação, porque que é associação. Hoje eu estou no segundo mandato mas estou preocupado, porque não vejo pessoas com pique para conduzir a associação. Eu vejo as pessoas reclamando, falando, comentando, mas pessoas de fato se organizando para estarem dentro das associações para poder votar e ser votado, para levar em frente o trabalho da associação, para ser um sucessor, eu não vejo isso. Então as associações ficaram muito nas mãos de uma só pessoa por muito tempo. [...] Nós tivemos um projeto da FBB e executamos, só que gerou crise na própria diretoria da associação. Nós compramos duas pick-ups, compramos um caminhão, quando chegou esses veículos, os diretores queriam que eu repartisse, desse um para cada um, aí começou a crise por causa de carro, eu tentando, vamos usar nos trabalhos da associação, e virou crise. Então eu vejo que as pessoas precisam aprender as coisas, se adaptar nas coisas, saber o que é, porque é e como é, como nós vamos trabalhar (MOGNO, 2017).<sup>51</sup>*

*Tá faltando lideranças locais, eu lembro que na época da eleição houveram muitos candidatos pra regional, então quando a gente vê essa disputa acontecer é porque não tem um grupo que queira trabalhar em conjunto, quando tem diversos grupinhos eu acho que eles deixam de trabalhar em união. Eu acho que eles deixam de se unir pra fazer algo em prol da comunidade acabam a criticar, a ficar jogando pedra, a ficar de longe, então se tem hoje um coordenador regional aquelas lideranças que poderiam estar ali dando suporte pra ele, não eles querem ficar de longe, pra eles se não der certo melhor ainda. Então eu vejo que faltam as lideranças locais irem pra dentro (UCUÚBA, 2017).<sup>52</sup>*

Quando os comunitários ficam desmobilizados, desunidos, pessimistas, estas ações acabam impactando no desenrolar das atividades. O líder Mogno manifesta agudo conhecimento sobre a participação dos extrativistas enquanto membros, comunitários, base das organizações sociais. Ser comunitário implica uma postura ativa e dinâmica, envolvida com as ações sociais.

O fato de não estar organizando as atividades não significa não se envolver, ter proatividade, empenhar-se para que tudo possa acontecer a contento. As energias dispersivas e ações descompromissadas demonstram o outro lado do entreguismo e corrupção da classe dirigente de uma instituição.

*Quando acabar essa diretoria tem que renovar uma nova porque senão vai ficar que nem os políticos que tão aí se aposentando e a gente vem assistindo dentro dos noticiários e justamente esses mais velho é que são mais corruptos, se cria sei lá um costume, não sei qual é a palavra mais correta, as pessoas tão lá assumindo um cargo mas pra se beneficiar, não para tratar de políticas pra benefício da sociedade. As políticas tão um pouco paradas, muito também porque o movimento também se acomodou devido a esse processo todo a gente fica no comodismo em vez*

<sup>51</sup> Entrevista concedida em 04 de dezembro de 2017.

<sup>52</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

*da gente se organizar pra tentar tá resistindo a gente fica no comodismo (MASSARANDUBA, 2018).<sup>53</sup>*

*Elas já não acreditam, já estão desacreditadas no envolvimento, no desenvolvimento das associações, porque muitas vezes as outras pessoas que vieram na frente não tiveram a iniciativa de desenvolver um trabalho que chamasse a atenção, que mostrasse, que viesse trazer uma melhoria para a comunidade, então hoje elas já estão assim com um pé atrás (SAMAÚMA, 2017).<sup>54</sup>*

Na polarização “resistir x acomodar-se”, as pessoas escolhem parar. O movimento parado. Contradição irresolúvel. Segundo o relato das lideranças Massaranduba e Samaúma, os extrativistas desacreditaram, perderam a fé no coletivo, se acomodaram e desmobilizaram. Param as “políticas para o benefício da sociedade”. Para a política. Para o movimento.

*Essa crise que eu vejo, aqui na nossa região, caboclo fala e tal mas não está vivenciando, não vem para a luta! (MOGNO, 2017).<sup>55</sup>*

*Um dos pontos mais forte que aconteceu foi isso, as pessoas achar que deviam largar de mão e não partir para cima, quando dois ou três enxergavam a coisa e queriam partir para a briga, a maioria ficava contra, daí perdia a força. Daí largaram de mão. Desmobilizou (IPÊ, 2017).<sup>56</sup>*

Segundo Ammann (1991, p. 02) sem manter a característica da luta, da briga, “do protesto, da contestação, que seria a evidência concreta de um movimento social” e quando desmobiliza e paralisa, não se pode mais afirmar que existe movimento social. Então ao perguntar se houve crise ou adaptação do movimento social no sul do Amapá, a resposta resta clara e nítida.

Quando do levante para enfrentar a violência dos coronéis, patrões e grandes empresas, a resposta é a segunda, pois o movimento foi dinâmico e soube se organizar, lutar, se adaptar até conquistar a posse do território por meio das áreas protegidas. Por outro lado, após acessar a área e diante da tarefa de empreender seu desenvolvimento vieram os erros, desvios e corrupções que acabaram por estabelecer tamanha crise que levou a paralisia e desmobilização do movimento.

Perdeu espaço a Igreja, o Sintra e o CNS. Se erigiram e ruíram associações, sindicatos municipais, cantinas comunitárias, fábricas e cooperativas.

---

<sup>53</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

<sup>54</sup> Entrevista concedida em 13 de outubro de 2017.

<sup>55</sup> Entrevista concedida em 04 de dezembro de 2017.

<sup>56</sup> Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2017.

Se retiraram lideranças autênticas e comprometidas com as lutas extrativistas. Se ergueram e tombaram líderes da classe dirigente das malfadadas organizações financiadas com recursos públicos que não se desenvolveram devido a malversação e práticas corruptas de gestão.

#### 4.2 JUVENTUDE: OUTROS PROTAGONISTAS

Se a crise se abateu sobre o movimento social, e velhas lideranças foram substituídas por más lideranças que não souberam conduzir os rumos da classe trabalhadora no sul do Amapá, o que se pode dizer das autênticas lideranças que não deixaram de acreditar e continuam a impulsionar as ações? E onde estão as novas lideranças tão necessárias para renovar como um sopro o fogo da vitalidade social da classe trabalhadora, dos extrativistas amazônidas? São estas respostas que serão apresentadas por meio das falas das lideranças jovens que começam afirmando que

*Atualmente eu acho que o movimento social está tentando reescrever algo que no passado já foi mais ativo. Sempre eu digo que o movimento social hoje ele vive uma terceira geração, na primeira geração eu tenho em mente o Pedro Ramos, o Tomé Belo, o próprio meu pai que era mais ali no local mas também era uma liderança, (Sabá Marques – Sebastião Marques), que foi o primeiro presidente da associação da escola família do Maracá e que ajudou a fundar a escola também em 1999/2000, mas muito antes dele já tinha essas pessoas (Pedro, Tomé...) mas assim, de lá prá cá veio a segunda geração foi o pessoal do Duca, o próprio Joaquim eu considero como segunda geração, e essa terceira geração eu vejo que somos nós que já estamos na frente das associações então eu sempre penso que diante de tudo isso que eles já passaram a gente tem que avaliar e ver o que de bom eles fizeram por nós? Será que a segunda geração deu sequencia no que os outros deixaram? Ou será que nós vamos ter que de certa forma consertar algo que a segunda geração fez de errado? Porque eu lembro que na década de 1980 o movimento social era muito forte na minha região, hoje ele tá fragilizado. Então, de certa forma a gente tem que resgatar isso e que não é fácil hoje (UCUÚBA, 2017).<sup>57</sup>*

O jovem Ucuúba está reescrevendo a história do movimento social com sua memória histórica e sua ação militante. Quilombola, extrativista, presidente de associação, uma liderança jovem da “terceira geração”, como o próprio sistematizou. Na fala deste jovem líder é possível traçar a trajetória do movimento de uma forma inédita e carregada de simbolismo: geração, sucessão de pai para filho. Esta percepção embasa a característica determinante apontada por Marx (2009, p. 21) quando fundamenta a trajetória dos trabalhadores na relação “historicamente criada com a natureza” e de uns com os outros, salientando a importância do legado que cada geração recebe de sua predecessora.

---

<sup>57</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

A trajetória de Ucuúba é a mesma de centenas de outros jovens extrativistas. Com o pai aprendeu a tirar da floresta o sustento, mas aprendeu mais. Diferente de outros jovens de sua idade ele aprendeu a ler a história da sua classe com a sensibilidade e o compromisso necessários para se erguer e assumir uma liderança em sua comunidade.

Busca na memória um tempo bom, quando o “movimento social era forte”, puxado por lideranças que “passaram por muito” e coisas muito boas fizeram. Fundaram escolas. Eram ativos. E se questiona a si e à segunda “geração” se há uma sequência ou se erros devem ser consertados.

Mas não se acomoda, age. E afirma resolutivo: “- A gente tem que resgatar isso!”

*Diretamente desde 2001, quando a gente fala que o jovem hoje tá mais atuante é que na década de 1990 a gente não tinha tanto... o pessoal não dava tanta importância pro jovem, não era tanto a importância, não colocavam ele pra assumir um cargo nem que seja um cargo daqueles como conselheiro fiscal ou suplente, não colocavam devido a idade a não ter maturidade e até porque o jovem naquela época não tinha certo conhecimento se a gente for avaliar a década de 1990 o ensino era praticamente zero aqui na nossa região o pessoal terminava a quarta série normal e isso a gente sabe que um ensino bem abaixo do esperado então aí o jovem não tinha como estar participando (MASSARANDUBA, 2018).<sup>58</sup>*

Se a Escola Família foi espaço de formação positivo para o líder Ucuúba, a falta de uma educação com qualidade é apresentada pelo jovem Massaranduba como um dos motivos pelos quais estes não tinham participação ativa nas organizações da sociedade. “Ensino bem abaixo do esperado” ou “praticamente zero” era uma realidade que comprometia a participação juvenil.

Afirma-se nestas duas falas uma possível diferença no comportamento da geração jovem nestes dois momentos. Sem educação de qualidade com escolas referenciadas na realidade e na cultura extrativista, sem participação da juventude. Com educação que possibilita a formação da consciência e da militância, jovens atuando e assumindo liderança em sua base.

É possível que a questão da participação juvenil seja bem mais complexa, mas estas percepções manifestadas apontam para uma questão fundamental presente nas falas de todos os entrevistados que será retomada adiante: a educação do campo.

Segue a narrativa de Massaranduba sobre seu processo de liderança jovem

---

<sup>58</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

*Aí foi que em 2012 eu já fazia parte do movimento social da escola família como tesoureiro da associação aí eu vim numa assembleia, foi justamente no dia que tinha uma assembleia na comunidade foi que a comunidade me perguntou se eu não tava interessado em ser o presidente da associação aqui do Conceição. Aí num primeiro momento a gente imaginava que seria só uma associação aqui da comunidade do conceição, mas aí a gente viu pelo histórico da família a árvore genealógica, né que todo o Igarapé do Lago ele é só uma família, aí veio esse que já foi o primeiro presidente da ATEXMA o Edmundo e disse que tal criar um território quilombola, aí foi discutido e todo mundo disse que é importante que todas as comunidades estejam envolvidas nessa política para o afrodescendente. Aí foi discutido o estatuto e foi que me convidaram pra ser presidente, aí a gente logo no início é um susto né, não tá preparado pra assumir uma responsabilidade tão grande né, mas como a gente já, eu já tinha terminado meu ensino médio, já vinha numa preparação dentro da escola família que ela prepara dentro dos seus instrumentos pedagógicos, aí eu não fui uma pessoa que entrou no movimento crua, né, no nosso linguajar propriamente dito, aí foi que eu engajei como presidente e estou até o presente momento como presidente da associação, no segundo mandato (MASSARANDUBA, 2018).<sup>59</sup>*

Mais uma liderança moldada na Escola Família, no ensino por alternância pedagógica e seus instrumentos. Experiência educativa que foi uma escolha estratégica do CNS para a formação dos filhos dos extrativistas. Esta experiência formativa é referência de uma ação de empoderamento dos educandos, desafiando a vivência do protagonismo no seu meio e o engajamento pelo desenvolvimento de suas comunidades. A questão do território quilombola, a responsabilidade e maturidade, o segundo mandato seguido são pistas de um trabalho aceito e acreditado pela sua base social. Por outro lado, a fala de Castanheira afirma que

*No Maracá também tem essas lideranças que não querem dar oportunidade, que querem ficar fechados ali, que não querem sair, aí os jovens não se preocupam, não ligam muito pro movimento social pra falar a verdade porque não tem aquilo ali pra explicar a importância pra eles, aí eles não tão atuando muito por causa disso. Não tem espaço, nas associações que tem no Maracá pouco tem jovens (CASTANHEIRA, 2017).<sup>60</sup>*

Algumas associações desafiam e aceitam a liderança jovem enquanto em outros espaços essa porta é fechada. O jovem pode até tentar, mas não encontra espaço para atuar. Mas Jequitibá percebe diferente

*Hoje já tem um certo espaço, tem essa porta, porque antes o jovem não tinha muito espaço, sempre era os mais velhos e eles falavam que tinha assim um olhar muito, olhavam o jovem como se não tivesse uma direção, infelizmente não se via esse potencial, sempre eram os mais velhos, falavam ah, o jovem não tem experiência, hoje já tá bem mudado o jovem já pode participar, não tanto né, a gente entra porque a gente força mesmo uma barra porque a gente tem que se engajar, porque se a gente não entrar sempre vai ter aquele que vai ter experiência, porque se a*

<sup>59</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

<sup>60</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

*gente não tem experiência eles acham que a gente não tem potencial pra assumir uma associação. Mas hoje já tá bem melhor, já tem bem mais jovem envolvido na associação do que antes (JEQUITIBÁ, 2018).<sup>61</sup>*

Jequitibá reconhece que existem resistências ao assumir dos jovens, por falta de experiência, sem poder mostrar seu potencial, mas percebe também que aumentou o espaço, a porta está mais aberta. Ainda que o jovem precise “forçar a barra” para participar, precisa se engajar e hoje está melhor porque tem mais jovens envolvidos do que no momento anterior.

As falas se entrecruzam, pois mesmo reconhecendo as dificuldades e obstáculos, existe a participação jovem, ainda que minoritária, num espaço que não era possível a presença da juventude nas décadas de 1980-1990.

Assim como foi no tempo da primeira e segunda geração, a igreja é percebida como espaço formativo da juventude camponesa, conforme afirma Castanheira

*Na Cáritas a gente tá atuando bem com a Juventude, a gente tá participando de uma formação continuada sobre mudanças climáticas que engloba a juventude e eu sou uma multiplicadora. O Eldione e o André fizeram uma viagem de formação e lá eles pediram para falar um pouco das mudanças climáticas no bioma de cada um e quando ele voltou foi selecionada uma multiplicadora que aí eu fui na viagem pra Brasília e cada Estado ficou responsável por selecionar 10 pessoas pra essa formação, eu sou multiplicadora e eles são multiplicandos e eu era responsável pelas atividades. O pessoal de Brasília todo mês tinha uma reunião comigo e depois eles mandavam um material para os multiplicandos, eles liam tudinho e depois desse material a gente tinha que produzir uma atividade, podia ser um documentário ou uma música, ou vídeo (CASTANHEIRA, 2017).<sup>62</sup>*

A Igreja realizando a formação dos jovens na perspectiva de multiplicadores dá conta de um processo que visa atingir outros jovens nas comunidades. Nos anos 1980 eram os movimentos de jovens no Amapá e nos anos 1990 a Pastoral da Juventude Rural em todo o país. Esta proximidade da igreja com as lutas dos extrativistas e o cuidado com a formação de novas lideranças aponta para outra retomada interessante que está em curso no sul amapaense, impactando positivamente na participação e liderança da juventude camponesa.

Outra experiência formativa vivenciada pela juventude do sul do Amapá é a Licenciatura em Educação do Campo ofertada pela Universidade Federal do Amapá no Campus de Mazagão. Neste curso Castanheira vivenciou um projeto de extensão que contribuiu com suas escolhas conforme o relato

*O que me ajudou mesmo foi o projeto de extensão que o professor falava que a gente tinha que ter o nosso protagonismo, nos incentivou, aí eu me lembro que*

<sup>61</sup> Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2018.

<sup>62</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

*quando foi pra mim ser a coordenadora eu fiquei pensando... o professor e a professora falam que a gente tem que ter o nosso protagonismo, aí foi que eu fui! (CASTANHEIRA, 2017).<sup>63</sup>*

*Eu acho que é incentivo, eu durante o curso fui bem incentivada, por isso eu acho que talvez seja isso que tá faltando pra eles, uma capacitação como o professor deu, pra explicar, pra não querer mais ninguém dando a opinião pela gente. A gente tem que expressar nossa opinião, talvez é isso que falta alguém dizer vocês são donos da opinião de vocês, vocês tem que decidir por vocês, vocês tem capacidade pra isso, isso que tá faltando pros jovens da minha comunidade, não só da minha como de todas, é isso (CASTANHEIRA, 2017).<sup>64</sup>*

*Acho que é fortalecer mais ela, pra eles terem mais o seu protagonismo, não ficarem só ali parada, a juventude tem que ter a sua própria opinião, acho que isso é importante, capacitar para que os jovens cada vez mais tenham a sua opinião, a sua própria decisão, pra falar “não, é isso e isso e isso” pra falar por eles, que é muito importante (CASTANHEIRA, 2017).<sup>65</sup>*

Com a formação recebida, Castanheira sentiu-se empoderado para assumir um cargo de coordenação e representação a nível estadual, se sentindo incentivado pelos professores universitários para se expressar, viver seu protagonismo, tomar suas próprias decisões, acreditar em sua própria capacidade e espalhar isto para os outros jovens de sua comunidade, na esteira do que afirma Castro (2010).

Partindo da experiência de formação nas Escolas Família, na igreja e na universidade, os jovens ampliam sua capacidade de interação e leitura crítica do processo que os cerca, chegando ao ponto de tecerem críticas também ao movimento social, conforme as falas a seguir

*O CNS enquanto Juventude eu não vou mentir tá meio parada as atividades, pelo menos aqui no Estado. Enquanto a Cáritas né, o pessoal hoje em dia tão bem ciente né, pelo menos nas comunidades onde ela anda, tem muito parceiro, no Maracá, eles vão comunicando, vão fazendo ação é importante também ter ação, enquanto CNS não tem chegado nas comunidades, não sei pra fora o presidente é mais nacional né, aí talvez... A última vez que eu procurei o Joaquim eu falei na reunião que eu queria fazer uma capacitação pros jovens extrativistas ele colocou a maior dificuldade que não era com ele que eu tinha que procurar o Dione que é o coordenador da juventude nacional, mas que ele ia falar com ele e depois ia me falar e não me deu retorno. E lá no Maracá também tem coordenadora das mulheres, mas a gente não tem uma atuação específica (CASTANHEIRA, 2017).<sup>66</sup>*

*Pra falar a verdade teve a eleição né, que foi através do grito da floresta aí que foi decidido que eles iam fazer uma reunião e que ia ter a posse nossa e nada disso aconteceu, eu não sei se tem algum documento especificando que a gente é coordenador ou não, porque não teve posse, a gente foi eleito mas não teve... Enquanto juventude também eu não sei só em alguma parte... E é filho de extrativista, quem tá lá na escola do Maracá é filho de extrativista... É quem ele tem que representar também (CASTANHEIRA, 2017).<sup>67</sup>*

<sup>63</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

<sup>64</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

<sup>65</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

<sup>66</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

<sup>67</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

*Inclusive os meninos que me cobram muito são os meninos do Bailique, eles ligam e puxam minha orelha, no entanto, eu ainda não tive condições de ir lá com eles sentar pra conversar, pra saber as coisas que eles necessitam mesmo, as demandas deles. Eu tenho contato deles, eu falo por telefone com eles, com a Mauriele que é minha suplente, mas eu ainda não cheguei pra reunir com os jovens e é importante isso no Bailique, não só no Bailique mas em outras comunidades (CASTANHEIRA, 2017).<sup>68</sup>*

A Escola Família prepara para intervir no meio, a igreja desperta a liderança e convida a multiplicar nas comunidades e a universidade desafia a vivência do protagonismo pela pesquisa e extensão. Esta formação recebida fortalece as lideranças jovens que ousam fazer críticas também ao movimento social, pelos espaços vazios, falta de ação e problemas de organização.

Os jovens querem mais, cobram muito, “puxam a orelha” das lideranças e exercem a vigilância própria de quem está na base mas querem sentar e conversar e resolver suas demandas. Castanheira cobra representação, cobra ação. Como afirma Vieira (1999), os movimentos sociais são sacudidos pela “ascensão da organização das mulheres e da juventude com bandeiras próprias e autonomia”.

Os jovens querem mais e sua voz começa a ser ouvida, o “grito da floresta” perde a timidez e se ergue com altivez e coragem.

*A verdade nós a alguns anos viemos fazendo uma avaliação em relação aos grandes movimentos, no caso o CNS, o GTA, na qual prá cá pra nossa região ele não faz um trabalho transparente, né, no qual a gente fez uma avaliação e nunca muda a diretoria do CNS, nunca dão a oportunidade pras novas lideranças, uma pessoa que a gente tem grande respeito é o Pedro Ramos que ele é um dos grandes pessoas que trouxe o movimento aqui pro Estado do Amapá que a gente reconhece, mas as outras, tem o Joaquim que tem um trabalho muito importante mas que pouco tem participação dos outros movimentos, no caso dos núcleos de base, das outras associações que dão suporte ao CNS. Porque querendo ou não o CNS só existe devido as outras associações só que a gente nunca é chamado pra reunião, a gente nunca sabe das assembleias gerais do CNS, tanto do CNS quanto do sindicato rural também, nunca foi feito uma reunião aqui na comunidade pra explicar qual é o papel do sindicato, o que o agricultor familiar tem por direito o que ele tem por dever também que ele tem que cumprir e o CNS também nesse perfil nunca reuniu com a gente, então a gente tem mais crítica pra falar do que... só que a gente reconhece que sem esses movimento a gente tava ainda muito a desejar com as políticas públicas voltadas para o Agricultor Familiar, para o Extrativista e para o quilombola e para os outros segmentos da sociedade civil (MASSARANDUBA, 2018).<sup>69</sup>*

A juventude apresenta também uma crítica responsável, se incluindo dentro do processo, reconhecendo os elementos positivos, avaliando, valorizando e cobrando transparência. Massaranduba reconhece o trabalho de Pedro Ramos, “grande pessoa” e Joaquim Belo, com trabalho muito importante. Mas aponta uma fragilidade, pouca

<sup>68</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

<sup>69</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

participação da liderança nacional nos grupos de base, falta de reuniões e assembleias a nível estadual, inexistência de reuniões nas comunidades. Esse é o motivo da crítica.

Por outro lado, conclui reconhecendo que sem esses movimentos não haveriam as políticas públicas para o extrativista, para o quilombola.

O movimento social foi presença constante na base nos anos 1980 para lutar ao lado dos camponeses. Foi enfraquecido nos anos 1990 quando da criação das organizações produtivas e hegemonia da classe dirigente que geriu estas iniciativas malfadadas. Foi ausente do dia-a-dia das comunidades após o ano 2000, pois estava envolvido na proposição e implementação de programas governamentais e políticas públicas que vieram a beneficiar os camponeses.

*A crítica é desde a última década, desde 2000 porque a gente sabe que quando o CNS foi criado foi em cima do assentamento agroextrativista do Maracá e da reserva extrativista do Cajari nessas duas áreas sendo que na até na última informação que eu soube o presidente hoje da regional era o seu Adamor, né o CNS hoje ele tá voltado muito pra reserva extrativista do Cajari, até porque o assentamento Maracá devido a sua desorganização falta de gestão também, falta de participação do CNS deixou muito desejar (MASSARANDUBA, 2018).<sup>70</sup>*

A base das comunidades extrativistas do sul do Amapá se ressentiu desta ausência do seu movimento social. Os jovens recordam as lutas e vitórias passadas e reclamam a retomada da organização e da participação. Se nos anos passados o CNS “deixou a desejar”, as falas da juventude cobram a retomada do processo formativo e organizativo das lideranças que não pode ficar parado.

*Só que a gente (inaudível)... tinha que ter mais representantes no CNS, só que a gente não tinha nem de mulher e nem de jovens então a gente se organizou e colocou só que se a gente for avaliar o que eles desempenharam praticamente não aconteceu nada. Por quê?! Eu acho que é uma via de mão dupla tanto da pessoa que tá aqui na base quanto da pessoa que é o coordenador do CNS regional porque as duas tem que ter o mesmo interesse de tentar desenvolver um trabalho tanto com os jovens quanto com as mulheres até porque eles assumiram um papel importante que se eles não desenvolverem um bom trabalho quem vai perder é o movimento e o CNS em si, principalmente aqueles que estão naquelas localidades como aqui o Maracá que precisa de um movimento de mulheres mais organizado, um movimento de jovem mais organizado, que tenham mais conhecimento, que tenham mais envolvimento dentro dessas políticas públicas, então é uma via de mão dupla, tanto as pessoas que assumiram aqui na base e não tiveram aquele compromisso ou não tentaram assumir aquele compromisso tanto para os coordenados, porque o coordenador deve cobrar desses coordenadores “- Sim, mano. O que tu tá desenvolvendo lá na tua região?!” (MASSARANDUBA, 2018).<sup>71</sup>*

<sup>70</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

<sup>71</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

“Sim, mano. O que tu tá desenvolvendo lá na tua região?!” Com este questionamento o jovem Massaranduba chama para a responsabilidade de todas as lideranças que assumiram a vanguarda do CNS. Do coordenador nacional ao coordenador do núcleo de base na comunidade. Se não for feito o trabalho, quem vai perder é o movimento, é o CNS, são aqueles que estão nas comunidades e mais precisam de organização, conhecimento, envolvimento e desenvolvimento.

Esta mão dupla da troca de informações e cobrança de atuação responsável é apontada como caminho para que os representantes de jovens e mulheres possam atuar efetivamente, conforme a fala seguinte

*Ainda precisa o jovem lá se despertar um pouco pra isso e acordar pra essas coisas porque eu vejo muito poucos jovens ainda que pensam dessa forma, eu vejo que precisa ainda muito mais jovem pensando como a gente pensa, com o objetivo de melhoria, com objetivo de desenvolvimento, de envolvimento, de participação, eu acho que ainda precisa mais jovem do campo pensar dessa forma (JEQUITIBÁ, 2018).<sup>72</sup>*

Jequitibá corrobora com a percepção de Massaranduba. Falta mais jovens pensando e agindo, objetivando melhorias e trabalhando por elas, envolvendo-se e desenvolvendo suas comunidades por meio da participação ativa e efetiva. Jovens lideranças renovam o movimento social e a vida de suas comunidades. Os jovens do sul do Amapá apontam para o que Gohn (2000) referencia ao afirmar que a vitalidade do movimento social está em provocar processos e lutas sociais que incidam sobre as condições econômicas e sociais (luta de classes) de forma transformadora.

#### 4.3 MULHERES: OUTRAS VOZES

As entrevistas revelaram algumas discordâncias entre as lideranças do CNS em relação a vários tópicos sobre sua organização e atuação, mas a unanimidade marcou algumas temáticas específicas, como as mulheres e sua participação, por exemplo. Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar a existência do machismo na cultura extrativista e o reflexo deste preconceito na atuação feminina na organização social.

Em virtude disso, não tem ocorrido a chegada das mulheres nos cargos de direção (até período recente), mas sua presença e intervenção nas comunidades é percebida de forma positiva pelos sujeitos das pesquisas. Vamos às falas

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2018.

*A igualdade ainda tá muito abaixo né, do que a gente espera pra uma sociedade bem equilibrada. Aqui ainda tem o movimento de mulheres mas bem pouco, até voltado para realidade da nossa comunidade, existe né, por exemplo na nossa diretoria da associação não tem uma mulher, mas não porque a gente não queira, mais é porque a gente dá o espaço mas não tem uma que queira ainda (MASSARANDUBA, 2018).<sup>73</sup>*

*Ainda não partiu da comunidade montar um grupo forte de Juventude, de mulheres. A gente tem associação de mulheres pra tudo quanto é lado, tem no Maracá, tem no Cajari mas a do Maracá ainda não deslanchou, no Cajari elas acessam Ecofort, tem outros projetos que elas conseguiram, elas são mais organizadas, é cozinha agroindustrial, no Maracá não teve ainda alguém, um grupo forte que tivesse pulso pra tocar esse movimento. Tem associação de jovem mas que também ainda não fez isso (UCUÚBA, 2017).<sup>74</sup>*

As mulheres são presença constante nas comunidades, mas não nas coordenações, nas diretorias. Elas ainda cuidam da casa, da família, dos filhos enquanto o homem cuida da roça, das compras e da gestão das organizações. “A igualdade está baixa” diz Massaranduba, mas não porque não se abre o espaço, mas são as mulheres que “ainda” não querem.

A divisão social do trabalho é uma marca muito forte nas sociedades humanas e os extrativistas manifestam de forma muito clara esta definição de papéis, e Ucuúba percebe que sua comunidade ainda não conseguiu uma organização “forte” das mulheres. Elas têm dificuldade para romper com a rotina preestabelecida, mas quando o fazem, demonstram organização e força. Em muitas comunidades elas tem suas próprias organizações, acessam recursos, produzem, fazem a gestão, mas na comunidade do entrevistado Ucuúba, ainda não.

*Num evento que eu participei o Padre Miguel falou que as mulheres tem que ter a vez, e ele falou uma coisa muito importante pra mim, ele disse “Tu tá estudando, tu estuda, mas tu não esquece de uma coisa importante também, pra ti ajudar na tua comunidade não basta só tu estudar, tu tem que entender das leis, estuda e também se aprofunda nas leis par tu poder ajudar na tua comunidade.” (CASTANHEIRA, 2017).<sup>75</sup>*

A fala de Castanheira testemunha o apoio da Igreja, a importância da formação, do conhecimento das leis, do estudo, para que as mulheres possam “ter a sua vez”. No CNS o setorial de mulheres foi organizado a pouco tempo, menos de dois anos, para fazer aquilo que nunca tinha acontecido, uma Coordenação Regional de Mulheres, conforme narra Ucuúba

*Hoje ficou um pouco solto, primeiro porque não se criaram regimento. Quando houve a eleição da nova diretoria do CNS nós participamos, nós fomos no chamado da floresta e quando se chegou de lá eles reuniram a primeira vez e ficou definido que eles iriam reunir novamente pra se tirar um regimento e fazer com que aquilo que nunca tinha acontecido antes fosse acontecer dali pra frente porque no CNS*

<sup>73</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

<sup>74</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

<sup>75</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

*não tinha coordenação de mulheres, não tinha coordenação de juventude, então nessa uma eles criaram. No CNS tinha coordenação nacional eu lembro que no mandato passado era um lá do Amazonas, então assim, ele de certa forma podia estar mais atuante no Estado dele né, por conta da disponibilidade (não sei) então por conta disso é que se criou as regionais (UCUÚBA, 2017).<sup>76</sup>*

No Estado do Amapá a escolhida para a Coordenação foi a líder Samaúma, que narrou um pouco de seu trabalho e seus desafios

*Assumi essa responsabilidade de Coordenadora da Secretaria de Mulheres do CNS porque eu senti a necessidade de levar as informações para aquelas mulheres que são mais desinformadas, aquelas pessoas que estão lá na ponta, sem informações e precisam de pessoas para lhes orientar, mostrar os direitos que elas tem, porque muitas vezes a gente vê mulheres que tem necessidades, e a gente que é liderança e vê as pessoas que precisam, sente que precisa agir e fazer alguma coisa (SAMAÚMA, 2017).<sup>77</sup>*

*Eu vesti a camisa do CNS, encarei, com dificuldades sim porque temos vontade de desenvolver os trabalhos mas não temos transporte, combustível para ir até as comunidades, mas eu fui, de carona eu fui na Lontra da Pedreira, no Bailique para atuar na organização das mulheres (SAMAÚMA, 2017).<sup>78</sup>*

Samaúma assumiu a responsabilidade de coordenar as mulheres extrativistas para levar informações, para orientar, para mostrar os direitos, para saber as necessidades e ir até aquelas que estão lá na ponta, nos lugares mais longínquos e de difícil acesso. Assumi a coordenação porque já é liderança, senti que precisava “agir e fazer alguma coisa” por suas companheiras, como aponta Vieira (2000), nessas novas práticas coletivas e participativas dos movimentos sociais acontece a construção de outra ordem social, emancipadora e sensível as necessidades dos indivíduos.

Samaúma vestiu a camisa e encarou. Sem recursos, sem veículos, sem combustível, de carona, indo aos locais mais distantes para atuar na organização das mulheres. Essa é uma característica marcante do movimento social. O CNS não tem veículos, não paga diárias, não remunera seus quadros. O movimento social se faz com o tempo livre e a dedicação voluntária de suas lideranças.

Em sua comunidade Samaúma assumiu outro desafio, a direção da Associação de Mulheres

*A diretoria anterior deixou inadimplente a Associação de Mulheres e eu estou correndo atrás para regularizar, já conversamos e nosso objetivo é regularizar a associação, tirar da inadimplência e desenvolver um trabalho aqui na comunidade.*

<sup>76</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

<sup>77</sup> Entrevista concedida em 13 de outubro de 2017.

<sup>78</sup> Entrevista concedida em 13 de outubro de 2017.

*Estamos reunindo e trazendo as mulheres e já estamos encaminhando a reativação dos trabalhos da Associação (SAMAÚMA, 2017).<sup>79</sup>*

*As Associações, as organizações precisam se unir, e trabalhar em prol de um objetivo só, trabalhar juntos, caminhar juntos e nossa prioridade é lutar pelo desenvolvimento de nossa comunidade, nossas associações, nossas famílias. Porque não temos ainda energia 24 h aqui na comunidade? Com energia poderemos desenvolver as atividades da castanha, da agricultura, do comércio, da agroindústria. Porque até hoje nós vendemos nossos produtos in natura? Porque não temos energia e não avança o comércio, uma fábrica, empregos para as mulheres, fazer biscoito, tudo isso é desenvolvimento (SAMAÚMA, 2017).<sup>80</sup>*

Esta herança recebida da gestão anterior não é encarada como dificuldade por Samaúma. Ela enfrentou com determinação a inadimplência e demais irregularidades encontradas e está reunindo as mulheres para trabalharem juntas, reativarem a associação e desenvolverem a comunidade.

Mangas arregaçadas, coragem e percepção crítica do papel da liderança feminina nas organizações. União, objetivos comuns, prioridades, luta, denúncia da falta de energia, mas, principalmente, visão de desenvolvimento. Samaúma enxerga e luta para que venha a energia, o comércio, a indústria, o emprego para as mulheres. Sua associação está se reorganizando. Samaúma já é liderança de um novo tempo em sua comunidade. Mulher extrativista que se levantou, olhou adiante e se pôs a caminhar com sua classe social.

*Isso aí foi uma das coisas que mais avançou aqui, por sinal até hoje ainda está prevalecendo né. As mulheres estão mais organizadas que os homens, com certeza! Aqui tem duas fábricas que tá funcionando e as dos homens acabaram. Justamente elas estão conseguindo, estão melhores em organização do que os homens, tá aí direto. Não tá assim uma coisa 100%, mas elas pagam uma importância boa pelo material e lá os homens não podem opinar, tem dificuldade, mas tá dando um lucrozinho (IPÊ, 2017).<sup>81</sup>*

Na comunidade de Ipê são as mulheres que dão aula de organização. Enquanto as fábricas dos homens pararam, as mulheres demonstram que é possível manter a organização com competência e não deixar parar. Tem dificuldade, mas “tá dando um lucrozinho”.

*O machismo impera muito, mas nós temos um sinal muito forte do movimento feminino que está despertando nas comunidades. Eu percebo que falta formação, as mulheres daqui já receberam capacitação e as que mais falam são as mulheres e estão começando a participar e falam mesmo, questionam, batem mesmo. A presidente do conselho é uma mulher e ela bate forte. As associadas, a Domingas, a Dona Ana, a mamãe, tem uma lá de baixo que briga mesmo, a Soraia. Se tiver elas questionam, prestação de conta então mano! (BURITI, 2018).<sup>82</sup>*

<sup>79</sup> Entrevista concedida em 13 de outubro de 2017.

<sup>80</sup> Entrevista concedida em 13 de outubro de 2017.

<sup>81</sup> Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2017.

<sup>82</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

O movimento social enfrenta os preconceitos, como o machismo, mas não consegue transformar a sociedade de forma isolada. O CNS está tentando virar esta página, e Buriti afirma que onde chegou a formação as mulheres estão libertando sua voz, participando, questionando, batendo mesmo. Se associam, brigam, cobram e exigem transparência nas coisas da comunidade.

São as novas vozes do movimento social no campo brasileiro. Estão lutando lado a lado com os homens desde o início, mas estão ousando erguer a voz nas últimas décadas. Ainda são minoria. Ainda não estão nos espaços de liderança em representatividade numérica. Mas vieram para ficar. Nas comunidades, nas associações, no movimento social. As falas dos extrativistas apontam a irrupção das vozes femininas ecoando forte no sul do Amapá.

#### 4.4 DESAFIOS QUE PERMANECEM

Esta pesquisa empírica ouviu as lideranças do CNS que atuam nas áreas protegidas do sul do Amapá sobre a gênese, a estruturação, a crise e os desafios enfrentados em sua organização política. Os extrativistas relataram suas alegrias e esperanças e também seus medos e inseguranças. É preocupante a fala de Ipê quando afirma que

*Das coisas que não desenvolveu, começou mas logo, logo parou, isso aí é o que falta mesmo pra gente desenvolver pra negociar e ver onde consegue um preço melhor, como chegar até lá, e isso aí acabou, parou mesmo, já tá voltando de novo. Olha a gente tinha lá os trator da gente, a gente ia lá tirava a castanha trazia prá cá, fazia lá esse movimento, hoje tá tendo dificuldade até pra trazer uma castanha pra dentro de casa, tamo dependendo mesmo lá deles, já tá ficando mesmo quase do jeito que era com o patrão (IPÊ, 2017).<sup>83</sup>*

As experiências de organização econômica podem ter significado a maior derrota para a classe extrativista. Todos os recursos e estruturas acessados não garantiram de forma sustentável os ganhos econômicos do início dos anos 1990. As melhorias obtidas com as políticas públicas após 2002 não apagaram as marcas do fracasso das cantinas, fábricas, cooperativas e demais iniciativas que não prosperaram. Este é o receio de Ipê, a volta daquele tempo de dependência do patrão, do fim da autonomia, da liberdade de escolher com quem negociar e conseguir um preço melhor. Para que não volte este tempo e não se reestabeleça essa relação do passado é que muitos desafios se colocam para as comunidades.

---

<sup>83</sup> Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2017.

*Pra gente compreender que a nossa luta hoje aqui dentro desse território quilombola é pra que a vida continue existindo, aqui não tem ganância de poder, de terra, nada...isso é pra que um dia o nosso próprio Estado possa olhar e dizer, puxa, valeu a pena a luta daqueles que por aí passaram, porque isso que o senhor tá vendo, que nós estamos vendo, isso aqui é vida que emana lá de cima das cabeceiras do Igarapé do Lago do Maracá. Se nós perdermos isso, as cabeceiras, nós estamos mortos, porque a fonte da vida é a água, e a nossa luta é pela preservação das nascentes desse igarapé, a gente não está aqui pra lutar por interesse de ambição, não! Uma ambição coletiva, uma ambição onde todos vão poder usufruir disso aqui, então muitas das vezes nós estamos sendo mal entendidos por isso, só porque eles estão cobiçando, cobiçar o que? Ter uma vida livre? Toda cheia de verde, de esperança, isso é cobiçar alguma coisa pra si? Não! É pra nós! E eu retrato bem o que tão querendo fazer com o nosso Estado que é a última fronteira de exploração, eu não sou contra a soja, eu não sou contra o plantio da soja, eu sou contra a forma que se planta a soja envenenando o solo, professor, o senhor já andou nesse Estado, cada lugar que você anda é uma fonte de água nesse Estado, se você envenenar esse lado de lá plantando soja, você vai jogar esse veneno lá para aquelas famílias que moram abaixo de Santa Maria, Santa Luzia até a Foz do Rio Maracá. Tão querendo implantar soja aqui em cima no Rio Branco, é um crime, vai nos matar tudo porque a água, essa água toda que tá caindo agora nessa chuva vai jorrar tudo prá cá, vai matar a vida. E o ecossistema do campo? As abelhas, os gafanhotos, as cobras, os papagaios, os periquitos, os polinizador... pra onde eles vão, professor? Então... tem outra forma de você desenvolver o Estado, existe sim, existe, e o que falta pra nós? Tecnologia de ponta, pessoas que tenham essa mentalidade de que na terra tudo dá mas de uma forma sustentável, onde nós temos o adubo orgânico que nos ajuda, a agroecologia, as florestas. Professor nós temos aqui tantas cavernas, o turismo aqui (BURITI, 2018).<sup>84</sup>*

O desafio verbalizado por Buriti manifesta toda a complexidade e fragilidade do ecossistema protegido no sul do Amapá. A busca por liberdade, a vida cuidada e protegida são as aspirações dessa liderança para fazer valer a luta dos que vieram antes de nós. O inimigo: a soja e seu pacote tecnológico apoiado no uso intensivo de agrotóxicos. A última fronteira da agricultura capitalista no país chegou nas nascentes das águas amazônicas e apavora o coração extrativista.

A luta para cuidar da vida, da floresta em pé, dos animais e plantas, dos polinizadores e de todo o ecossistema parte de uma mentalidade aguçada na compreensão da linha tênue que liga todas as criaturas vivas numa rede inescapável. Se a água for envenenada, toda vida fenece. Esse é o vaticínio da liderança quilombola.

Mas aponta também o antídoto para tão poderoso veneno: o adubo orgânico, a agroecologia, o uso sustentável da floresta, o turismo, os recursos e belezas da Amazônia amapaense. Essa é a aposta de Buriti para ter uma vida livre no território quilombola. Vida para as pessoas e também para todas as demais criaturas.

Diante do risco da volta dos padrões e do avanço da monocultura e dos agrotóxicos, os extrativistas têm clareza dos desafios para fortalecer sua organização e enfrentar estes novos adversários, conforme segue

---

<sup>84</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

*Que a gente possa inserir dentro das organizações os jovens, as mulheres, diversificar pra que as coisas possam ser mais distribuídas, distribuir as tarefas, mas tudo dentro do entendimento, não adianta você dizer fulano vai ser tal coisa sem ele entender, pelo menos ter interesse se não entender, porque as vezes a pessoa não sabe naquele determinado momento mas se ele tiver interesse ele pode ir atrás. (MOGNO, 2017)<sup>85</sup>*

Nas palavras de Mogno, a retomada da organização passa pelos jovens e mulheres, estes novos sujeitos que irromperam no movimento social com sua capacidade de inovar e cobrar suas demandas.

Mogno propõe distribuir tarefas, descentralizar responsabilidades e produzir entendimentos, numa lógica de apropriação da teoria e do método de trabalho, desde a base das comunidades, até as tarefas de liderança das instâncias organizativas.

Nesta metodologia de articulação, reside uma ciência e uma militância. O desenvolvimento do sul do Amapá passa, nas palavras de Buriti, por essa retomada do envolvimento, da participação ativa, da reorganização dos espaços internos, ou seja, para enfrentar os desafios e inimigos “de fora”, há que organizar “a casa” primeiro.

Mas os desafios são muitos, conforme refere Ipê

*Eu já vejo assim, sempre eu tive uma ideia de a gente dentro da reserva aproveitar cada um que tem sua área de mata, seu castanhal aproveitar as árvores adultas aquelas que já caíram no chão ou mesmo que tando em pé mas tão mortas que poderia aproveitar mas de uma forma que tenha manejo também, e isso aí tem gente que não vê, acha que deveria fazer o que bem quisesse, tem gente que acha ruim a criação da reserva nesse sentido. Outra coisa que também que eu acharia que agente deveria aproveitar também que era a área de campo que tem muita área de campo que a gente poderia aproveitar tanto pra criação como pra fazer lavoura e que gente já lutou um dia, uma ano aí atrás a gente teve um projeto da roça agrícola, virada no arado e que aí sugeriu pega a área de campo mas não foi possível, o IBAMA barrou a gente (IPÊ, 2017).<sup>86</sup>*

São quase um milhão de hectares de floresta protegida. Uma área gigantesca de riquezas incalculáveis. Mas na avaliação de Ipê, de que adianta tanta fortuna, se os extrativistas não podem usufruir das árvores caídas, das mortas, dos campos e de tantos outros recursos. Neste sentido se tece uma grande crítica ao modelo de manejo que já dura quase três décadas e não encontrou os caminhos junto aos órgãos de controle para proporcionar o usufruto sustentável destes potenciais naturais.

---

<sup>85</sup> Entrevista concedida em 04 de dezembro de 2017.

<sup>86</sup> Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2017.

O líder Ipê nomina o IBAMA. Outros entrevistados recordam outros órgãos em suas críticas. O Estado libera as licenças, mesmo significando muitos danos ambientais, para os grandes empreendimentos na área de minérios, energia, comunicações e transportes, mas não autoriza a abertura de ramais, redes de luz e água potável ou manejos comunitários quando os demandantes são as populações extrativistas.

O paradoxo se repete na história do Estado do Amapá, no qual os grandes empreendimentos sempre tiveram o apoio do poder público para sua atuação e aprovação, inclusive com financiamento, mas as comunidades tradicionais, os camponeses que a séculos ocupam este território ainda não tem escolas, postos de saúde, energia e água potável contínuas e de qualidade.

Daí a crítica do movimento social se apresenta iniludível: o Estado tem lado sim, e não é o lado do trabalho, é o do capital (MARX, 2009).

*Esse entendimento da importância que as organizações têm na conquista desses benefícios, porque olhando assim comunidades vizinhas onde não tem esse privilégio de ser unidade de conservação aqui na região do Jari, aonde não tem associação a dificuldade das pessoas conseguirem conquistarem seus direitos, pessoas com idade já além que não conseguem se aposentar, não pode acessar crédito, pra nós não tem, graças a Deus tem essa facilidade. Mas a partir da organização, quanto mais a organização tiver estruturada mais conquista nós vamos ter. Então nós aqui no Cajari já vimos que através da organização já mudou muito a vida dos ribeirinhos, o senhor vê todas essas vilas tem o seu grupo gerador com uma energiazinha, tem o seu transporte no porto, seu barquinho, seu catraio, olha até voadeira o pessoal já tem. Tem o freezer que o pessoal não tinha, tem até a energia solar que tá chegando agora, telefone, a televisão, casa de telha que antes era coberta de palha, então mudou muito, a gente vê que isso ajudou muito a vida das pessoas (MOGNO, 2017).<sup>87</sup>*

Mogno manifesta a certeza de que o desenvolvimento vem pela organização da comunidade. Basta olhar as comunidades vizinhas que não estão organizadas, que não conquistaram o domínio de seu território de reserva protegida e ver pessoas fora do gozo de seus direitos. Não é que a organização conceda direitos numa fórmula mágica, mas as comunidades organizadas têm o acesso facilitado aos direitos que pela constituição são de todos os trabalhadores.

Com a organização veio o desenvolvimento, o acesso aos direitos, as aposentadorias, a energia, melhores meios de transporte e comunicação, eletrodomésticos que antes estavam inacessíveis e trouxeram um conforto para os extrativistas conforme Sachs (2000). Casa de “telha que antes era coberta de palha”.

São muitas melhorias na vida de trabalhadores que foram explorados historicamente enquanto o fruto de seu trabalho somente era aproveitado pelos patrões, longe, nas capitais da

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida em 04 de dezembro de 2017.

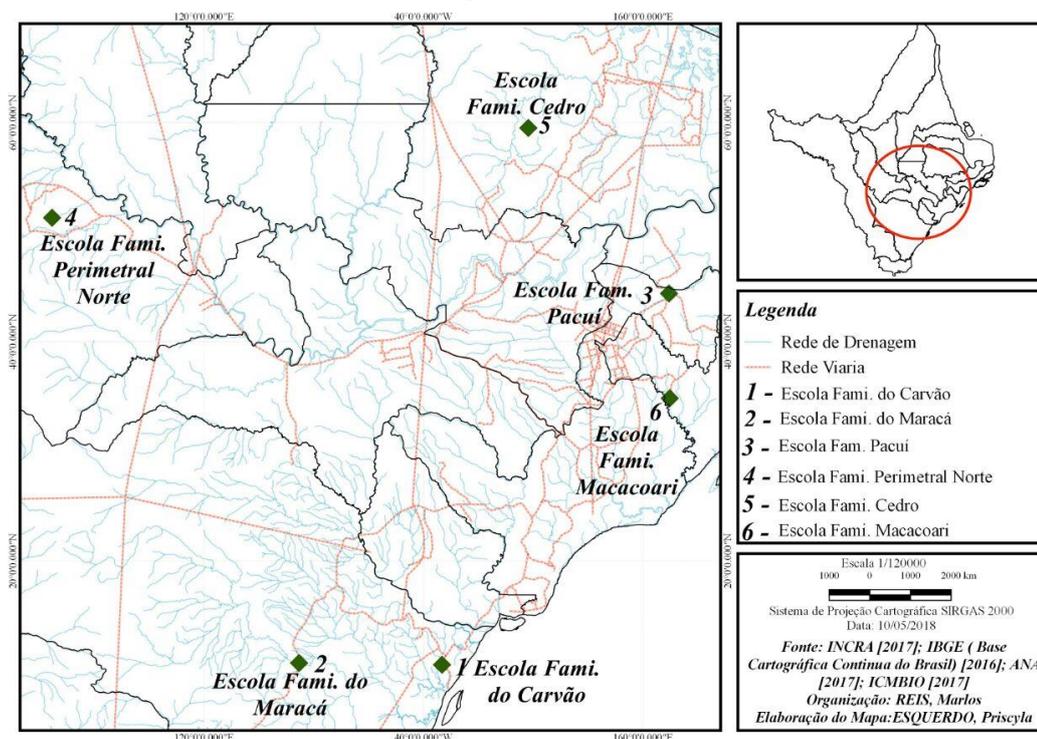
Amazônia e do mundo. E agora que estes camponeses aprenderam a se mobilizar para garantir o acesso às melhorias de vida, o desafio é aumentar cada vez mais ao nível desta organização porque daí “mais conquistas nós vamos ter”.

E este aprendizado se deu em grande medida por uma linha estratégica tirada pelo movimento social, o investimento na dimensão da educação. A estruturação de uma educação para o campo foi um projeto estruturante dos movimentos sociais no campo brasileiro desde os anos 1980/1990. No sul do Amapá foram as Escolas Família a materialização desta prioridade estruturante, conforme os relatos a seguir

*Aí teve um projeto grande da ATEXMA que foi a criação da Escola Família, na qual, na época meu pai me matriculou na Escola Família e a Escola Família é voltada pra realidade das comunidades e dentro das escolas tem a pedagogia da alternância que a gente sabe que é uma pedagogia diferenciada né outra modalidade de ensino, né de educação (MASSARANDUBA, 2018).<sup>88</sup>*

As Escolas Família foram criadas pelo movimento social para preencher a ausência das escolas públicas no campo amapaense e proporcionar uma proposta educacional com qualidade social referenciada na cultura e nas necessidades dos extrativistas e de suas comunidades conforme o Mapa 5.

**Mapa 5 – Escolas Família do Estado do Amapá em 2018**



Fonte: Esquerdo, P. A. (2018).

<sup>88</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

Estas seis Escolas Famílias estão localizadas nos municípios de Mazagão (Escola Família Agroextrativista do Carvão - EFAC e Escola Família Agroextrativista do Maracá - EFAEXMA), Macapá (Escola Família Agrícola do Pacuí - EFAP), Pedra Branca do Amapari (Escola Família Agroextrativista da Perimetral Norte - EFAPEN), Tartarugalzinho (Escola Família Agroextrativista do Cedro - EFACEE) e Itaubal (Escola Família Agroecológica do Macacoari - EFAM). Os entrevistados fazem referência direta às escolas EFAC e EFAEXMA, que se situam no Mazagão e atendem aos jovens do sul do Estado, além das ilhas do Pará.

Conforme afirma Costa (2016, p. 119), a Educação do Campo no Brasil surge da “participação dos trabalhadores organizados para reivindicar e assegurar o direito à educação, a partir da realidade e das necessidades do campo”.

*A educação do campo ela é um ponto importantíssimo principalmente pras comunidades e pra agricultura familiar em si, falando da escola família por que ela trata de uma pedagogia diferenciada que é voltada pra realidade de cada comunidade e de cada região. Ela tem um papel fundamental com relação a essas políticas públicas pra qual ela possa chegar na comunidade e em relação ao Procampo no qual já existe as grandes intervenções da sociedade civil que conseguiu e não dizer: “- Ah, o governo que quis implantar” Devido as organizações se organizarem porque a gente tem direito a constituição é só uma na qual lá o pessoal da região sul eles tem direito mas a gente tem o mesmo direito que eles tanto na área urbana quanto na área rural. Só que ainda tem uma grande diferença né com relação a educação só que a gente vem conquistando. Apesar que nesse governo atual (Jan/2018 – Temer) a gente só tá vendo que tá retroagindo nas políticas públicas na qual as comunidades já conseguiram e a sociedade que mora na zona rural em si mas a gente vê que é uma grande importância pra nossa comunidade hoje. Se a gente for avaliar a cinco anos atrás não tinha nenhum aqui da comunidade com ensino médio completo. Mas hoje a gente já tem pessoas que já terminaram o ensino médio, já fizeram curso técnico profissionalizante, tem outros que tão cursando curso superior, uns já tão terminando, outros iniciaram e a gente tá esperando que haja mais inscrições na qual a gente possa incluir os nossos jovens aqui da comunidade e das outras comunidades também. Da comunidade tem 5 se eu não me engano, tem o Dione que tá quase terminando, tem o Pedro que é da nossa região só que não se associou, mas só aqui do nosso movimento quilombola tem uns 5 ou 6 eu acho. Eu, logo que iniciou, eu me inscrevi só que não fui fazer a prova, aí nas outras inscrições eu não me inscrevi e ainda não tive oportunidade, tô esperando uma nova, nunca é tarde pra gente se qualificar. Já tenho um curso técnico em agroecologia e outro técnico em meio ambiente pelo IFAP de Laranjal do Jari que eu me inscrevi aqui pelo assentamento Maracá que eu já terminei e o de agroecologia pela escola família do Maracá e tô pretendendo atingir o curso superior. Mas a educação do campo tem um papel fundamental tanto pro desenvolvimento na parte de campo quanto também o conhecimento (MASSARANDUBA, 2018).<sup>89</sup>*

Massaranduba afirma a importância da Educação do Campo para o desenvolvimento das comunidades, muito além do acesso ao conhecimento. Sua fala é carregada de sentidos e elementos estruturados de uma liderança que percebe a profundidade e o alcance da temática com propriedade.

---

<sup>89</sup> Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2018.

Dentre os temas elencados nesta fala, a especificidade da Educação do Campo como uma proposta diferenciada que vai ao encontro da realidade da comunidade e de cada região é amplamente referenciada nos teóricos que embasam a Educação do Campo (Caldart, Koling, Hage e outros). Como resposta dos movimentos sociais a uma educação homogeneizadora com currículo e materiais didático-pedagógicos urbanocêntricos, a afirmação da realidade das comunidades do campo de cada região é a garantia de um processo de construção do conhecimento que contemple os saberes e a cultura de cada educando, direito ancorado na Constituição Federal e na LDB/1996.

O quilombola Massaranduba afirma ainda que a Educação do Campo tem um papel “fundamental com relação a essas políticas públicas” acessadas pela comunidade, pois é pela educação que se acessa o conhecimento do direito e a necessidade de luta para que este imperativo legal possa se materializar na realidade do campo.

É pela organização dos trabalhadores que estes avanços se “vão conquistando”, não como bondade dos gestores públicos, mas como fruto da pressão coletiva dos camponeses, sendo que é um momento negativo pois o governo atual está “retroagindo” estas políticas públicas (Janeiro de 2018 – Temer).

Num intervalo de cinco anos é apresentada uma mudança de cenário educacional na comunidade, pois onde ninguém conseguia concluir o Ensino Médio, hoje os jovens além de acessar este nível de formação, podem realizar Cursos Técnicos e, também, o tão sonhado Ensino Superior por meio do PROCAMPO e da LEDOC.

Com alegria e esperança, Massaranduba comenta sua formação com dois cursos técnicos (Agroecologia e Meio Ambiente), sendo um pela Escola Família e outro pelo IFAP, e os planos de ingressar no Ensino Superior. É uma jovem liderança que se formou na Educação do Campo e milita na defesa desta demanda.

*A educação do campo ela vem como um elo principal acho que através dela talvez a gente consiga manter nossos jovens no campo, não só os jovens mas também aquelas pessoas que pensariam em sair pra estudar fora, mas como essa nova oportunidade aqui no Mazagão de ter educação do campo mais próximo e de estar na comunidade dando continuidade ao movimento social e estar estudando ao mesmo tempo eu acho que isso é muito importante e talvez dessa forma a gente consiga reestruturar novamente, entendeu? Porque se não tiver educação acho que não se consegue nada (UCUÚBA, 2017).<sup>90</sup>*

A percepção de Ucuúba aproxima o campo amapaense do Ensino Superior e garante a continuidade do movimento social nas comunidades, pois essa é uma prerrogativa da

---

<sup>90</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2017.

alternância pedagógica, onde os diferentes espaços se cruzam em tempos formativos tanto na universidade como nas comunidades, no trabalho e vivência familiar. Conforme apresenta Heliadora Costa (2016) em sua dissertação, o PROCAMPO e a LEDOC concretizaram a Educação do Campo de ensino superior no sul do Amapá, no município do Mazagão, para que os povos do campo tenham seus educadores formados sobre estes princípios e fundamentos epistêmicos.

Em fidelidade a estes princípios, na Amazônia amapaense a Educação não é somente do Campo, mas também das Águas e Florestas. Na aposta de Ucuúba, esta é a chance de reestruturar a região, pois sem educação “não se consegue nada”.

*A luta lá atrás era pro jovem chegar num ponto assim de tocar, eu lembro do seu Pedro Ramos e li alguma coisa do Chico Mendes (que já morreu) que o sonho deles era o Jovem ter uma faculdade no interior, muitos deles não viram isso, mas essa luta já vem de lá pra o jovem pudesse ser um professor... eu vejo que se hoje tá nessa situação é reflexo lá de trás, já pensaram, já foi pensado, não é de hoje não. Então a gente acha que a faculdade tá aqui ou que tem uma associação, numa escola ali e acha que foi agora, mas isso já foi pensado e realizado lá (JEQUITIBÁ, 2018).<sup>91</sup>*

Este recorte das bandeiras históricas na fala de Jequitibá situa as experiências de Educação do Campo no seio das lutas travadas nos anos 1970-1980 que só foram materializadas a partir dos anos 1990. A recordação de Chico Mendes, Pedro Ramos e outras lideranças históricas da primeira geração de extrativistas amapaenses que iniciaram a organização dos camponeses remete a uma raiz das conquistas que se apresentam como dadas no momento atual.

As realizações de hoje são reflexo do que foi pensado e lutado no passado. Uma faculdade próxima dos extrativistas, jovens das comunidades se formando professores são parte desta estratégia assumida e posta em curso pelo movimento social no sul do Amapá.

*Hoje sim, professor, demais, que a gente aqui na faculdade a gente buscou assim alguns teóricos que ajudou a gente a melhorar aquilo que a gente já vivia antes na prática né, a gente só falava mas não tinha a compreensão de um teórico assim falando da prática. Então isso ajudou a gente a fortalecer essa relação de como eu era antes de entrar na universidade e agora, e além disso a gente toma mais um pouco de cuidado, a gente amadureceu mais nessa questão de cuidado pra não passar uma informação errada, então isso fortaleceu mais a gente de antes para agora. Quando a gente entra em algum debate assim já tem uma base de algum teórico né, isso ajuda a gente a ter mais propriedade do que a gente vai falar, não é mais só eu que estou falando tem alguém confirmando o que eu tô falando, então isso pra mim ajudou muito a minha vida hoje eu acho de estar na faculdade (JEQUITIBÁ, 2018).<sup>92</sup>*

<sup>91</sup> Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2018.

<sup>92</sup> Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2018.

A LEDOC aproximou os jovens extrativistas dos teóricos que estudam e publicam a história das lutas dos trabalhadores no campo brasileiro. A academia possibilita a familiarização com estes teóricos, seus princípios e conceitos.

Jequitibá tem mais cuidado para não passar uma informação errada, adquiriu maturidade, confiança e fortaleza em falar com propriedade sobre sua comunidade, a educação e outras bandeiras do movimento social.

*O maior desafio é a compressão, ver compreender, saber o “porquê”, e isso eu espero que se dê a partir da educação, conhecimento do que é a associação, porque que nós precisamos nos associar, a importância das organizações. Quando falo das associações, cooperativas, a organização social, um dos grandes desafios que a gente tem é tentar fazer com que as pessoas possam compreender, quando as pessoas compreender o que é melhor, nós vamos resolver nossos problemas e tudo depende muito da educação (MOGNO, 2017).<sup>93</sup>*

Mogno enfatiza o valor do conhecimento e da compreensão de como as coisas são, dos “porquês”, da importância da organização dos camponeses e a posição estratégica que a educação ocupa nesse processo.

Não qualquer tipo de educação, mas um processo que aproxime a construção do conhecimento com as organizações dos extrativistas, suas associações e cooperativas, ou seja, um conhecimento que sirva para a vida e para os processos de união e articulação da classe trabalhadora.

Dentre tantos desafios, a Educação do Campo se assenta numa posição estratégica e central. Com ela as lutas se articulam e as conquistas se materializam. Sem ela, as chances da organização e efetivação dos direitos dos extrativistas se distanciam e dificultam. E é o movimento social que conduz os esforços dos camponeses por uma educação de qualidade “no” e “do” campo, águas e florestas no sul do Amapá (CALDART, 2002, p. 18).

---

<sup>93</sup> Entrevista concedida em 04 de dezembro de 2017.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou analisar em profundidade a trajetória da organização política dos extrativistas do sul do Amapá, suas conquistas e crises, suas lutas e demandas, seus desafios e novos sujeitos sociais.

O trabalho desenvolvido atendeu aos objetivos propostos e respondeu as questões levantadas no projeto de pesquisa. A escuta dos sujeitos possibilitou ampla argumentação sobre suas vivências concretas em seu território onde se trava a luta de classes e a elevação da consciência coletiva.

Os extrativistas do sul do Amapá se organizaram em sindicato unitário e no movimento social por meio do CNS. Estas ferramentas organizativas foram fundamentais para as conquistas das áreas protegidas nos anos 1990 e acesso a políticas públicas após 2002. As tentativas de organização produtivas por meio das cantinas, associações, cooperativas e grupos tiveram duração curta por uma série de fatores desde o despreparo, a falta de formação, os erros, a corrupção dos dirigentes, o envolvimento com questões partidárias e outros.

Esta crise que se instalou nas organizações dos extrativistas dificultou as atividades do movimento social, o que gerou autocritica nas falas de suas lideranças e abriu novos desafios para os camponeses no sul do Amapá. Dessa forma se respondeu positivamente à hipótese levantada no início do projeto, pois “após a delimitação das áreas extrativistas os movimentos sociais no sul do Amapá enfrentaram dificuldades que fragmentaram sua organização política e prejudicaram a renovação de sua base”.

As dificuldades enfrentadas foram apresentadas com riqueza de detalhes e dificultaram realmente a organização política do movimento social, acarretando inclusive o envelhecimento das lideranças históricas sem a devida renovação dos quadros pela participação ativa da juventude e das mulheres.

Apesar disso, as mudanças e melhorias identificadas nas falas dos sujeitos dão conta de que, mesmo com dificuldades organizativas, a luta do CNS e outros movimentos no Estado do Amapá e em todo o território nacional possibilitaram efetivo desenvolvimento para os trabalhadores e suas famílias, sendo que as demandas que permanecem dão conta de investimentos estruturais em saúde, educação, energia, saneamento e transportes que ainda não foram efetivados pela ação estatal.

O estudo evidenciou a trajetória dos extrativistas e sua consolidação em um sujeito social com identidade própria, processo evidenciado no trabalho de construção das consciências e no embate e afirmação diante das outras forças externas locais, nacionais e internacionais.

Os extrativistas se perceberam e se afirmaram como classe social ao lutar contra os coronéis, empresas e patrões na defesa do seu território, sua autonomia e garantia de manutenção de seu modo de ser e de viver e de trabalhar. Seringueiros e castanheiros, perceberam na floresta em pé um marco comum na construção da categoria social identitária: Extrativistas. Trabalhadores extrativistas. Camponeses extrativistas. Juventude extrativista. Mulheres extrativistas.

A juventude e as mulheres extrativistas têm uma trajetória marcada pelo silenciamento e pela invisibilidade, na organização política no território e nas pesquisas e trabalhos acadêmicos. Este estudo aponta para um marco na história do movimento social e das pesquisas da universidade ao tirar desta posição inferiorizada e explicitar suas demandas e suas maneiras próprias de construir sua luta e sua organização.

O texto está embasado nas falas dos sujeitos entrevistados como expressão de suas vivências e lutas revisitadas em sua memória e consciência de classe trabalhadora. Esta escolha por apresentar as vozes destas lideranças, jovens e mulheres extrativistas atende à opção metodológica de ouvir os sujeitos e trazer para a sistematização e elaboração as suas expressões originais, sua visão e percepção, sua autoimagem e identidade em construção.

Os limites deste texto apontam para a necessidade de outras pesquisas que ampliem o quantitativo de vozes e joguem luzes sobre outros elementos também importantes para a compreensão do fenômeno social, bem como aprofundem e esmiúcem dados aqui apresentados ainda que de forma introdutória.

Estas páginas se encerram, mas a luta da classe trabalhadora está longe de ser concluída, pois são muitos desafios levantados pelos extrativistas para qualificar seus processos de educação, organização e melhorias em seu desenvolvimento. E estes desafios se apresentam em momento de incertezas no país como um todo, numa crise institucional grave que põe em alerta todas as lideranças e pessoas que se preocupam com a ordem democrática e a justiça social.

É um cenário de disputa com a agricultura capitalista que se impõe sobre o Estado do Amapá com apoio governamental para ampliar as áreas destinadas a criação extensiva de bubalinos, monocultura do eucalipto e soja, mineração e projetos hidrelétricos. Para as populações tradicionais se apresenta a necessidade de manter a luta e a organização para fazer do campo e da floresta espaços de produção de trabalho e vida, material e simbólica, guardando múltiplas formas de relacionamento com os recursos naturais por meio de atividades complexas e organizadas, do manejo e associação de atividades adequadas a realidade local.

O Amapá foi um território valioso para os europeus durante o mercantilismo; para os capitais estadunidenses e chineses exploradores de minério, madeira, celulose e caulim; e

continua sendo lucrativo para as elites locais que se associam aos capitalistas internacionais nestes grandes empreendimentos.

Mas não se configura como um bom “negócio” para as populações tradicionais do Amapá, os Indígenas, os Extrativistas, os Quilombolas, os Caboclos e tantos trabalhadores explorados, pois estes não participam das benesses produzidas e das riquezas acumuladas pela elite local e internacional. São pessoas vulneráveis que ainda padecem de fome e miséria ao se encerrarem os ciclos das drogas do sertão, da borracha, do manganês, da base aérea internacional. Vão-se os grandes empreendimentos, fica a população abandonada à própria sorte.

Nesta simbiose do Estado com o capital, os trabalhadores são os mais atingidos, pois, a estrada de ferro da ICOMI resta abandonada, enquanto os assentados não têm um ramal para escoar sua produção. As hidrelétricas e os rebanhos de búfalos modificam a “pororoca” e alteram os cursos dos rios, enquanto os ribeirinhos não têm energia para ligar uma lâmpada, uma geladeira, uma bateadeira elétrica de açaí. O Linhão de Tucuruí cortou a floresta e derrubou inúmeras castanheiras para interligar o Estado do Amapá ao sistema nacional de energia, enquanto os extrativistas do Maracá continuam sem usufruir da eletricidade. Macapá e Santana concentram a renda, a riqueza, a elite burocrática e os melhores indicadores sociais, mas as comunidades quilombolas não tem água tratada, escola, posto de saúde.

Na formação brasileira a fronteira se configurou como espaço pouco desenvolvido economicamente, historicamente abandonado pelo Estado e pelas políticas públicas, marcado pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, caracterizado pela falta de coesão social, pela inobservância das leis e outros problemas peculiares às regiões fronteiriças. Esta realidade de abandono e equívocos nas agendas e projetos no tocante às fronteiras produziram uma agenda negativa, de regiões concentradoras e propícias à prática de delitos diversos, marcadamente o narcotráfico, a prostituição, a violência e abusos diversos aos direitos humanos, daí o necessário viés de militarização e controle ser o padrão da concepção de política e ação pública para a fronteira.

A Amazônia é a fronteira das águas doces e limpas em plena crise hídrica, das espécies ainda não estudadas e catalogadas pela ciência moderna, da diversidade de gentes e culturas em desenhos singulares de habitabilidade e sustentabilidade, fronteira de saberes e sabores próprios, exóticos, perturbadores, fronteira do que foi e do que ainda poderá vir-a-ser.

A Amazônia amapaense é território de luta dos extrativistas e quem com eles se une para defender a vida, a água, a floresta e o futuro das gerações que virão.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Dilemas da união europeia na reforma da política agrícola comum**. 1999. Tese (Livre docência), Departamento de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- AMMANN, S. B. **Movimento Popular de Bairro de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortês, 1991.
- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BETTO, J. **Chega de ficar de fora já chegou a hora de participar: trajetória política do MMC/SC e o engajamento militante das dirigentes “jovens camponesas”**. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2016.
- BOYER, V. **Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: O caso de Mazagão Velho, Amapá**. In: Religião e Sociedade. Rio de Janeiro, 2008.
- BONI, V. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2012.
- BORGES, A. **Origem e papel dos sindicatos**. Cartilha da CONTAG, I Módulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG/ENFOC, Brasília-DF, 2015.
- CALDART, R. S. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J; CERIOLI, P. R; CALDART, R. S. (Orgs.). **Por uma educação do Campo: Educação do campo, identidade e políticas públicas**. v. 4, Brasília-DF: Articulação nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo n. 4.
- CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma Identidade em Construção. In: ARROYO, M; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Presidente Prudente: UNESP, 2014.
- CAMILO, J. V. P. **Homens e pedras no desenho das fronteiras**. 2003. 186f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História Cultural, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CASTRO, E.G. **Quem faz o campo das políticas públicas de juventude:** demandas, bandeiras e questões. Palestra. Ação Educativa. 2010.

CHAVES, P. R. **Rebeldia e Barbárie:** Conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio. 2015. 404f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CTP, Comissão Pastoral da Terra. **Histórico.** 2010. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/sobrenos/historico>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo – Brasil 2015.** CANUTO, A; LUZ, C. R. S; ANDRADE, T. V. P. (Orgs.) Goiânia: CTP Nacional - Brasil, 2015. 240p. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DABOIT, P. C. **Do Sócio-religioso ao Sócio-político:** A nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense. 1996. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em questão.** São Paulo: USP, 2016.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930:** Historiografia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Clacso - Editora Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Delimitação conceitual de campesinato.** 2004. Disponível em: <<http://coptec.org/index.php/shortcode/carousel/category/9-artigosdownload=36:delimitao-conceitual-de-campesinato-bernardo-manano>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

FILOCREÃO, A. S. M. **A História do Agroextrativismo na Amazônia Amapaense.** Macapá: UNIFAP, 2014.

GOHN, M. G. M. **História dos movimentos sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sem terra, ONGs e cidadania:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p.333-513, mai/ago. 2011.

GOMES, F. S. **Nas terras do Cabo Norte**. Belém: EdUFPA, 1999.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARIN, R. E. A; GOMES, F. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, São Paulo, v. 2, n. 149, p.69-107, dez. 2003.

MARTINS, J. M. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Ed. Vozes: Petrópolis, 1981.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Bomtempo, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOISÉS, J. A. **Greve de massa e crise política**. São Paulo: Pólis, 1978.

OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

\_\_\_\_\_. Território: de quem? **Revista Sem Terra**, Brasília-DF, n. 47, p. 17-21, out/nov. 2008.

PALHETA, R. P. **Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena**: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais. 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2004.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Femininos**, v.12, n.1, p.229-252, jan/abr. 2004.

PICOLOTTO, E. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 288 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2011.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. 2002. 206p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. STROH, Y. (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SALVARO, G. I. J; LAGO, M. C. S; WOLFF, C. S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Revista de Estudos Feministas**, v.22, p.51-70, jan/abr. 2014.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

SANTOS, L. V; FILOCREÃO, A. S. M. **Crédito Rural e Aviamento: Mudanças e Significados em áreas de agroextrativismo no sul do Amapá**. VI Encontro Nacional da ANPPAS, Belém-PA, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed Hucitec, 1996.

SCALABRIN, R. **Diálogos e aprendizagens na formação em agronomia para assentados**. 2011. 268 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p.1-21. jul/dez. 2005.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TURATO, E. R. A questão da complementaridade e das diferenças entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária. In: GREBITS, S. P; NORTEG, S. **Método qualitativo: epistemologia, complementaridade e capôs de aplicação**. São Paulo: Vetor, 2004.

VIEIRA, L. Cidadania Global e Estado Nacional. **Dados**, v.42, n.3, p.395-419. 1999.

WEISHEIMER, N. **Juventude Rural: Mapa de Estudos Recentes**. Brasília: NEA, 2010.

## APÊNDICE A

### Roteiro de Entrevista

#### OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUL DO AMAPÁ

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

- 1) Você participa de algum Movimento Social? Relate sua história inicial neste Movimento Social. Como é sua atuação atual (envolvimento) no Movimento que participa?
- 2) Como é o processo organizativo do Movimento Social que você participa? Como se dão as instâncias de gestão deste Movimento social (direção, coordenação, representação)?
- 3) Como você percebe o papel e os objetivos do Movimento Social que você participa?
- 4) Quais os principais desafios enfrentados pelo movimento social que você participa em termos de organização política?
- 5) Quais os desafios **que você** enfrenta na **sua** atuação dentro do Movimento Social?
- 6) Como você observa na prática o processo de representação do Movimento Social que você participa?
- 7) De que maneira o movimento social que você participa articula as demandas da juventude?
- 8) De que maneira o movimento social que você participa articula as demandas das mulheres?
- 9) De que maneira o movimento social que você participa articula as demandas da educação do campo?
- 10) No seu ponto de vista, atualmente as pautas do movimento social que você participa estão em sintonia com as demandas da sua base social (comunidades)?
- 11) Como você visualiza o futuro dos Movimentos e Organizações sociais? Quais as pautas e demandas necessitam de fortalecimento e organização?